

Revista

Perspectiva
Histórica

Dossiê: Culturas Juvenis

Volume 2, nº2, Janeiro-Julho de 2012

ISSN 2237-3195



A Revista *Perspectiva Histórica* é uma revista semestral, cujo objetivo é discutir criticamente temas relevantes para a sociedade brasileira, funcionando como um canal de diálogo entre a produção acadêmica e um público mais amplo. Procuramos, também, articular diferentes espaços de produção de conhecimento, contando com a participação de autores renomados e novos pesquisadores que apresentem uma produção de qualidade em seus respectivos campos de estudos.

Informações, colaborações e assinaturas contatem-nos pelo e-mail:

revistaperspectivahistorica@bol.com.br

Equipe Editorial: Adriana Martins dos Santos, Grimaldo Carneiro Zachariadhes (coordenador), Israel Silva dos Santos, Izabel Fátima de Cruz Melo, Joviniano Soares de Carvalho Neto, Lígia Conceição Santana, Sílvio César Oliveira Benevides

Conselho Editorial: Daniel Aarão Reis Filho (UFF), Elizete da Silva (UEFS), Evergton Sales Souza (UFBA), Jessie Jane Souza (UFRJ), Rafael Rosa Hagemeyer (UDESC) e Ruthy Nadia Laniado (UFBA)

Capa e Projeto gráfico: Andréia Santos Silva

Revisão: Gérsica Alves Sanches

Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 2237-3195

Este número foi organizado pelos pesquisadores Izabel Fátima de Cruz Melo e Sílvio César Oliveira Benevides

Revista publicada pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas (CEBEP). Rua Pedra da Marca, nº 13. Federação CEP: 40225-260.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....7

ARTIGOS

1 – UM SÉCULO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Otávio Luiz Machado.....13

O Brasil produziu durante o século XX um número expressivo de lideranças estudantis que, posteriormente, desempenharam importantes papéis no desenvolvimento econômico, político, cultural e social do país. Nesse sentido, o movimento estudantil tornou-se o movimento juvenil por excelência, considerando que em um século a juventude brasileira atuou e foi protagonista de momentos singulares da nossa história, mas que foi perdendo, gradativamente, a hegemonia para outros movimentos sociais a partir do final da década de 1970, tendo hoje um espaço extremamente reduzido no conjunto do protagonismo dos jovens. O presente trabalho tem por objetivo oferecer aos leitores e pesquisadores do tema um panorama da história do movimento estudantil brasileiro com vistas a ressaltar a importância do protagonismo juvenil na história das lutas sociais brasileiras.

2 – CICLO DE PROTESTOS E LUTAS ESTUDANTIS NO BRASIL

Breno Bringel29

As lutas dos estudantes universitários brasileiros se manifestam de acordo com as dinâmicas cíclicas e a partir da retroalimentação de outros movimentos sociais. No entanto, os movimentos estudantis apresentam especificidades importantes se comparados a outros movimentos sociais. Este é o ponto de partida deste texto, que leva ao desenvolvimento, na primeira parte do artigo, de alguns elementos para uma abordagem teórico-metodológica que interprete os movimentos estudantis como um movimento social sui generis. Na segunda parte, aprofunda-se o estudo dos movimentos estudantis e, em particular, as suas continuidades e rupturas, tendo como base as teorias dos movimentos sociais. Já na terceira parte, realiza-se uma breve análise cíclica das ações coletivas estudantis no Brasil, para centrar-se, na quarta e última parte, nas lutas recentes dos movimentos estudantis do país, principalmente aquelas ocorridas entre os anos 2007 e 2008.

3 – O REORDENAMENTO DE VALORES E DA POLÍTICA: A AÇÃO DE INDIVÍDUOS JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE

Silvio César Oliveira Benevides.....45

O presente trabalho resulta de uma pesquisa sobre a participação política de jovens no contexto histórico contemporâneo e amplia a gama de critérios de análise, indo além daqueles habitualmente examinados pelo campo dos estudos políticos. Seguindo uma linha de estudo que entende a política como presente e disseminada em espaços múltiplos, as premissas dessa tese se aproximam da argumentação de Ulrich Beck sobre a politização da sociedade civil. Nessa linha, buscou-se observar como os atores jovens percebem as motivações que os impulsionam a agir como atores politizados em novos espaços de participação assim como os valores que têm norteado as ações políticas no mundo contemporâneo.

4 – NOVAS TENDÊNCIAS NA ERA DIGITAL: OS USOS DOS ARTEFATOS MÓVEIS DIGITAIS (AMDS) NO AMBIENTE ACADÊMICO

Macello Medeiros, Jordan Mendes e Victor Menezes65

O presente artigo busca apresentar possíveis tendências sociais e comportamentais do ambiente acadêmico na era digital, principalmente em relação ao uso de artefatos móveis digitais que fazem parte da rotina dos estudantes universitários. Para tanto foi realizada uma pesquisa de campo entre Outubro de 2009 e Junho de 2010, quando foram coletados dados através de questionários compostos de 10 perguntas acerca das diferentes formas de utilização de telefones celulares, pen drives, aparelhos de MP3, notebooks, dentre outros, aqui definidos como Artefatos Móveis Digitais (ou AMDs). O principal objetivo do trabalho foi mapear o uso desses artefatos percebendo como esses jovens estão usufruindo destas tecnologias de comunicação móvel, apontando para novas tendências no que se refere ao compartilhamento de arquivos, principalmente os de música, como também o aumento, no âmbito acadêmico, da leitura de arquivos digitais de texto em relação aos livros convencionais.

5 – ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: O MOVIMENTO HIP HOP E AS TRADIÇÕES DE LUTA E RESISTÊNCIA DA CULTURA NEGRA

Rafael Lopes de Sousa77

Este artigo apresenta, no contexto das investigações que vêm ocorrendo sobre a cultura hip hop, a perspectiva de uma leitura das tradições de luta e resistência da cultura negra difundida para o mundo com a diáspora africana. Analisam-se paisagens em transição, e momentos de rupturas que se evidenciam nas intervenções públicas que os militantes da cultura hip hop trouxeram para a contemporaneidade. A análise decorre da problematização do caráter simbólico ou estratégico que a música desempenha na existência desses e de outros jovens, estará considerando as possibilidades ou não de a sociedade brasileira correr o risco de viver novas experiências e formulações de cidadania que a agenda do hip hop trouxe para os centros iluminados da nação. Considerando tal perspectiva, problematizam-se as práticas de intervenção no espaço urbano que a música rap descortinou para os jovens periférico, tendo em vista as contribuições que esses novos atores sociais têm oferecido para pensar questões cruciais do Brasil contemporâneo.

6- O SERTÃO VAI À FACULDADE: O SERTANEJO UNIVERSITÁRIO E O BRASIL DOS ANOS 2000

Gustavo Alonso.....99

Busca-se compreender as ambiguidades e potências do termo sertanejo universitário para se compreender o atual gênero da música rural que domina as paradas de sucesso nacionais desde pelo menos 2005. Faz-se uma comparação com o forró universitário do início do milênio numa tentativa de entender a legitimidade e as diferenças em relação à música sertaneja atual. O texto tenta compreender a razão da larga e disseminada utilização do termo “universitário” por grande parte da mídia e dos fãs e seu repúdio por parte dos próprios artistas. Aponta-se para uma nova realidade do Brasil urbanizado e a mudança do padrão estético universitário no país a partir dos anos 2000.

7 – O COPO, O TRONO E A FÉ NA MARCA DO PÊNALTI

Tom Valença.....113

Este artigo traça uma análise das relações entre esportistas, prioritariamente os futebolistas, e o uso de doping e de drogas recreativas lícitas e ilícitas na contemporaneidade.

ENTREVISTA

Edgard Navarro.....129

RESENHAS

CONFERÊNCIA DO NORDESTE 50 ANOS DEPOIS: UMA MEMÓRIA SUBVERSIVA DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO

Zózimo Trabuco.....143

MEIA-NOITE EM PARIS: VIVER O PRESENTE É MAIS IMPORTANTE QUE SONHAR O PASSADO

Grimaldo Carneiro Zachariadhes.....149

QUANDO DUAS MÃOS DECIDEM SE SEPARAR DO QUARTO PROIBIDO: OS AMORES DE JUCÉLIO MATOS

Aristides Oliveira.....153

APRESENTAÇÃO

Quando se fala em desejo de transformar radicalmente o mundo e a vida, geralmente toma-se como referência a década de 1960. Esses anos continuam a representar um marco no que tange às utopias revolucionárias, pois, nesse período, projetos de mudança e sonhos de liberdade foram intensamente vivenciados por diversos sujeitos sociais, especialmente, os jovens, que protagonizaram acontecimentos marcantes dessa época, parecendo indicar que a juventude estava disposta a tudo para construir um futuro de paz, amor e igualdade social.

Se este futuro almejado se concretizou ou continua restrito ao âmbito das utopias, não cabe aqui discutir. O fato é que, por conta dos feitos e acontecimentos dessa referida década, a juventude, enquanto categoria de análise, foi tradicionalmente apreendida a partir do papel dos jovens como agentes transformadores, propositores de mudanças e sujeitos capazes de desencadear transformações significativas na sociedade. Não por acaso, a maior parte das pesquisas acadêmicas sobre jovens concentrou – e ainda concentra – suas atenções e esforços nos movimentos estudantis. Por essa razão, outras configurações e manifestações juvenis, sobretudo no que concerne às suas dimensões culturais, simbólicas e comportamentais, conheceram poucos registros e análises.

Sendo assim, a fim de entender as especificidades que caracterizam as manifestações juvenis na atualidade, o presente número da revista *Perspectiva Histórica*, considerando também as formas tradicionais de participação juvenil, a exemplo dos movimentos estudantis, vem ressaltar outras dimensões sociais e históricas das condições e expressões juvenis, não como confirmação ou desvio de uma essência universal da juventude, mas como respostas vinculadas ao contexto histórico em que tais manifestações se realizam.

Partindo, então, de uma análise histórico-social da condição juvenil hoje, o presente dossiê inicia suas análises sobre CULTURAS JUVENIS com o artigo intitulado “Um século de movimento estudantil no Brasil”, do sociólogo e pesquisador da

Universidade Federal de Pernambuco, Otávio Luiz Machado, que discorre a respeito da história do movimento estudantil brasileiro no século XX, com vistas a ressaltar a importância do protagonismo juvenil na história das lutas sociais brasileiras. Mesmo tendo atuado e protagonizado momentos singulares da nossa história, o movimento estudantil brasileiro desde a década de 1970 vem perdendo,

segundo o autor, a hegemonia para outros movimentos sociais, ocupando hoje um espaço extremamente reduzido no conjunto do protagonismo juvenil atual.

Seguindo uma linha interpretativa semelhante, o artigo “Ciclo de protestos e lutas estudantis no Brasil”, do cientista político madrileno e professor da Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Breno Marques Bringel, discorre sobre as lutas dos estudantes universitários brasileiros como manifestações que ocorrem ciclicamente de acordo com dinâmicas conjunturais específicas e a partir da retroalimentação com outros movimentos sociais. Nesse sentido, pode-se dizer que o autor não acredita que os movimentos estudantis estejam a perder espaço para outros movimentos sociais, haja vista as lutas recentes dos movimentos estudantis do país.

O terceiro artigo do presente dossiê intitulado “O reordenamento de valores e da política: a ação de indivíduos jovens na contemporaneidade”, de autoria do cientista social e professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Silvio Cesar Oliveira Benevides, discorre sobre a participação política de indivíduos jovens no contexto histórico contemporâneo, buscando observar como os atores jovens de hoje percebem as motivações que os impulsionam a agir como atores politizados em novos espaços de participação que não mais se restringem aos espaços tradicionais de participação, pois a política no mundo contemporâneo está presente e disseminada em múltiplos espaços. Sendo assim, trata-se, segundo o autor, de um enorme equívoco afirmar que a juventude contemporânea não é portadora de utopias e projetos de transformação social.

O artigo seguinte intitulado “Novas tendências na era digital: os usos dos artefatos móveis digitais no ambiente acadêmico”, do doutor em comunicação e professor da Universidade Estadual da Bahia e do Centro Universitário Jorge Amado, Macello Santos de Medeiros, apresenta-nos possíveis tendências sociais e comportamentais do ambiente acadêmico na era digital, especialmente no que diz respeito ao uso de artefatos móveis digitais presentes no cotidiano de uma parcela significativa de jovens e estudantes universitários de hoje. Tais artefatos têm mudado a maneira como os estudantes se relacionam entre si e também com o conhecimento acadêmico, configurando-se em uma das principais marcas das juventudes contemporâneas.

O quinto artigo “Entre o passado e o presente: o movimento Hip Hop e as tradições de luta e resistência da cultura negra”, do historiador e professor da Universidade Santo Amaro, Rafael Lopes de Sousa, discute as tradições de luta e resistência da cultura negra difundidas para o mundo com a diáspora africana, a partir

de uma investigação sobre a cultura hip hop. O autor problematiza as práticas de intervenção no espaço urbano que a música rap, um dos elementos da cultura hip hop, trouxe para os jovens periféricos, analisando as contribuições que esses novos atores sociais têm ofertado para se pensar questões cruciais para o Brasil contemporâneo, o que, em muitos casos, se constitui numa manifestação político-social expressiva das novas gerações de jovens das periferias dos grandes centros urbanos do mundo, já que o que esses movimentos reivindicam, em última instância, é inclusão, pertencimento e reconhecimento de uma identidade.

O sexto artigo deste dossiê de autoria do historiador e professor da Universidade Cândido Mendes, Gustavo Alves Alonso Ferreira, aborda uma nova tendência comportamental da juventude contemporânea. Intitulado “O sertão vai à faculdade: o sertanejo universitário e o Brasil dos anos 2000”, o artigo visa compreender as ambiguidades e potenciais do termo sertanejo universitário, a fim de compreender esse atual gênero da música rural brasileira. O texto ressalta uma nova realidade do Brasil urbanizado e chama a atenção para o novo padrão estético universitário no país, o que reforça as análises acadêmicas sobre juventude, uma vez que estas têm destacado a necessidade de referir-se a esta categoria no plural e não no singular, haja vista que os jovens possuem múltiplas vivências.

O último artigo deste dossiê, de autoria de Tom Valença (Wilton Valença da Silva Júnior), psicólogo, antropólogo e professor do Centro Universitário Jorge Amado, do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia (CETAD/UFBA) e também do Centro de Atenção Psicossocial Gey Espinheira (CAPS AD III), trata do uso do doping e das drogas recreativas lícitas e ilícitas na contemporaneidade, no que tange aos esportistas, especialmente os futebolistas. No texto intitulado “No copo, o trono e a fê na marca do pênalti”, há uma reflexão a respeito do uso de substâncias lícitas ou ilícitas no mundo desportivo e de como isto pode ser capitalizado de maneira prejudicial à imagem dos atletas e de seus clubes, sem levar em conta os limites entre a vida privada e profissional destas pessoas. Assim, constrói-se uma imagem de um esportista abastémio, controlado e, portanto, vencedor, em oposição àquele que se permite aos prazeres provocados pelo álcool e outras substâncias, tornando-se, assim, um fardo e um exemplo a não ser seguido pelos jovens.

Além das resenhas de filmes e livros, neste número foi realizada uma entrevista com o cineasta baiano Edgard Navarro. Num dossiê que trata sobre



culturas juvenis, nos pareceu apropriado trazer um pouco da trajetória de um dos principais representantes da produção de cinema super-8 na Bahia dos anos 70, e que continua produzindo filmes contemporaneamente. Ouvi-lo falar da sua experiência enquanto jovem em Salvador nos permite caminhar junto a suas memórias em alguns

dos espaços, pessoas e influências, dando-nos pistas para a compreensão de uma das variadas experiências do ser jovem em Salvador na década de 70 do século XX.

Como já dito, a juventude, assim como outras categorias sociais, é perpassada por múltiplas vivências e responde de maneiras variadas às exigências do tempo presente, marcado por uma significativa ambivalência que atinge as diversas instâncias da vida social. Dizer, portanto, que os indivíduos jovens, hoje, são demasiadamente apáticos, conformados, pouco politizados e desprovidos de um espírito renovador capaz de intervir no processo de mudanças sociais, pode traduzir, de um lado, uma incapacidade do observador de se colocar no lugar daquele cujo comportamento observa, e, de outro, a preocupação deste em atribuir objetividade às suas pré-noções. Assim, é importante considerar a juventude como uma categoria historicamente construída, cujas distintas formas de manifestação são, na verdade, uma resposta às exigências da sociedade presente.

Perspectiva Histórica

A
r
t
i
g
o
s

UM SÉCULO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Otávio Luiz Machado¹

Foi com muita honra que aceitamos participar com um texto de uma revista temática sobre as juventudes, pois acreditamos estar contribuindo para o campo de estudos de Sociologia e História do Movimento Estudantil Brasileiro de forma permanente por meio de publicações, eventos, orientações a estudantes e a construção de um importante banco de dados sobre a temática no Brasil. Também foi o momento de retomar um pouco o trabalho que apresentei como dissertação de mestrado, cujos resultados ainda estão sendo divulgados até o momento.

Então, aqui teríamos um espaço não apenas para dar visibilidade ao que foi produzido, mas de fomentar novos estudos, de apresentar algumas questões que suscitamos nos estudos e pesquisas que produzimos, acompanhamos ou ajudamos a desenvolver com o mais alto sentimento do interesse público presente. O Brasil produziu, durante o século XX, um número expressivo de lideranças estudantis, que, posteriormente, contribuíram com importantes papéis no desenvolvimento econômico, político, cultural e social no país.

Não podemos esquecer que o movimento estudantil tornou-se o movimento juvenil por excelência, considerando que em um século a juventude brasileira atuou e foi protagonista de momentos singulares da nossa história, mas que foi perdendo a hegemonia para outros movimentos gradativamente a partir do final da década de 1970, tendo hoje um espaço extremamente reduzido no conjunto do protagonismo dos jovens.

O movimento estudantil constituiu-se em décadas passadas como um fenômeno social importantíssimo. Os atores sociais envolvidos construíram novos sentidos sobre o espaço **universitário** ao articularem interesses acadêmicos e políticos para atender a uma expectativa coletiva. A vida universitária constitui o momento em que jovens de diversas camadas sociais passam a ter uma atuação muitas vezes incompatível com a sua condição social de origem, suas vinculações familiares e sua própria expectativa de inserção na sociedade global. O inconformismo juvenil está ligado de alguma forma à maneira como os indivíduos globalizam a situação social, porque, segundo Ianni,² “no momento em que se inicia o ingresso na sociedade ampla, o jovem descortina condições e possibilidades de

¹Mestre em Sociologia. Pesquisador do Programa Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania da UFPE (PROJUPE-UFPE). E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

²Octavio Ianni. “O jovem radical”, In: Sulamita de Brito (Org). *Sociologia da juventude*, vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 228-229.

existência que o tornam consciente tanto das condições reais como das emergentes”. Daí poder assumir posições, inclusive, radicais.

Para a análise do movimento estudantil brasileiro e da reforma universitária de 1968, há várias vertentes. Uma delas é a representada por Souza Martins,³ autora que concebe a práxis estudantil como definidora de um projeto de reforma estudantil e de afirmação da condição estudantil. Concluiu que a ação dos estudantes, por meio de contestações e reivindicações visando à reforma da universidade, era resultado de sua insatisfação com as suas condições econômicas, sociais e políticas e de vislumbrarem um horizonte de ascensão social, afirmação profissional e desempenho na sociedade. Uma outra vertente é a de Paula,⁴ que considera o movimento estudantil uma instância formativa privilegiada, sobretudo na constituição de uma elite entre os estudantes universitários. Interpreta a autora que o movimento estudantil insurge-se contra o elitismo (privilégios sociais restritos), o pouco acesso à universidade e a formação precária dos profissionais, mas ao mesmo tempo “tende a reproduzir o *status quo* em seus quadros mediante trajetórias de distinção e formação de uma elite no meio estudantil pelo acúmulo de diversos capitais” (ibidem, p. 13). Outra vertente é aquela representada por Foracchi,⁵ para quem a universidade, por meio do movimento estudantil seria o canal de ascensão social do seu grupo familiar.

Observa-se, por outra parte, que é incipiente a vertente de estudos acadêmicos que relaciona profissões e movimento juvenil, aspecto que é explorado neste estudo visando compreender os processos sociais que tinham no ensino superior um instrumento de diferenciação social, considerando que o tema da formação profissional estava posto, segundo Brandão,⁶ como “ponto fulcral de reflexão da juventude brasileira, tanto do ponto de vista da sua adequação às necessidades sociais, quanto às oportunidades ocupacionais”.

O enfoque nas profissões como grupos de interesses pode esclarecer que as preocupações estudantis buscavam acumular benefícios econômicos e *status* na sociedade, na perspectiva da mobilidade coletiva, conforme discutido por Larson.⁷ Na construção de suas lutas (sejam elas específicas ou gerais), os jovens

³Heloísa T. Souza Martins “Movimento Estudantil e Reforma Universitária”. *Contexto*, n. 1, nov. 1976, p. 119-131.

⁴Lucília Paula. *Protagonismo juvenil e movimento estudantil: uma estratégia de distinção?* Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003.

⁵Marialice Mencarini Foracchi. *O estudante na transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

⁶Carla Brandão. *Movimento Estudantil Contemporâneo: uma análise compreensiva das suas formas de atuação*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, p. 21.

⁷Magali Larson. *The rise of professionalism: a sociological analysis*. Berkeley: University of California Press, 1977.

universitários pensaram profundamente o país, tendo como um ponto presente em todos os momentos fundamentais de sua luta a discussão sobre a “missão do universitário”, o aprendizado sobre a realidade nacional e a busca de saídas para a transformação da sociedade brasileira.

A reforma do ensino, em especial do nível universitário, permeou o debate durante todo o século, mas nunca alcançou tanto vigor como de fato veio a se concretizar na primeira metade da década de 1960, com os Seminários Nacionais sobre a Reforma Universitária, que foram marcados pelo seguinte slogan: “Reforma universitária: dever de nossa geração”. A reforma universitária estava amarrada com uma forte denúncia da dependência tecnológica do nosso país, porque se os jovens militantes sempre consideravam que a emancipação econômica do Brasil era fator fundamental para o progresso social, então o papel do universitário era o de se preparar enquanto futuros profissionais e enquanto força política para fazer chegar à transformação o quanto antes.

A Campanha “O Petróleo é Nosso”, iniciada em 1947, foi um momento-chave do despertar da consciência política dos jovens, pois, no bojo do fim da Segunda Guerra Mundial, entendiam que a existência de países desenvolvidos e atrasados era uma construção política de grupos dominadores que precisava ser combatida com uma reação coletiva.

Mas no meio do caminho havia uma pedra. Ou havia uma pedra no meio do caminho, como trazem os versos do poeta Carlos Drummond de Andrade. Aliás, duas. Trata-se da ditadura de Getúlio Vargas, iniciada nos anos 1930, e a ditadura civil-militar instituída no país entre 1964 e 1985. As ditaduras trazem como consequências a destruição de sonhos, a imobilização das lideranças e o corte no livre pensamento, o controle burocrático da vida institucional e individual é implacável. Despedaçam-se ao mesmo tempo sonhos, cérebros, corpos e trajetórias, uma vez que as ditaduras não pensam nos limites do sentir, do ser e da dor dos seres humanos, são como máquinas que limpam o terreno, passando por cima de tudo e de todos para implantarem o que realmente desejam como adequadas a si próprias e aos interesses dos seus patrocinadores.

Embora estivesse presente o desejo de transformação ou de mudança radical da sociedade brasileira no conjunto do movimento estudantil, também é preciso considerar que a juventude universitária optou, por muitas vezes, em apoiar seu projeto apenas no campo individual, sem definição ou estratégia política, agindo de acordo com o desejo do conjunto de seu grupo devido à desmobilização ou despolitização dos movimentos estudantis.

Na nossa exposição trataremos resumidamente de três períodos: 1) o da criação das primeiras entidades *estudiantis* (1901) à fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE);⁸ 2) o do início da UNE até o golpe de 1964; 3) o de 1964 a 1975 (retomada do movimento estudantil).

1 - ENTRE OS ANOS 1901 ATÉ 1938

Até o início do século XX, pode-se dizer que tivemos no Brasil várias manifestações que simbolizavam o envolvimento dos estudantes com questões políticas, principalmente através da imprensa universitária, dos clubes universitários, das repúblicas e das casas de estudantes que concentravam os estudantes e ali desenvolviam debates, congregações e formulavam-se ideias importantes para a causa estudantil ou nacional. O caso mais importante a registrar foi o movimento pela abolição da escravidão, que se deu sem uma articulação estrutural, sem formas de mobilização organizadas e sem um conjunto de especificidades integradas que poderíamos chamar de movimento estudantil.

Embora as universidades nesse período estivessem totalmente dedicadas à formação de jovens oriundos das elites, o que se observava era a organização interna dos estudantes, visando o apoio mútuo, a socialização profissional e a criação de iniciativas no interior das escolas através de entidades estudantis. A primeira delas foi o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em 1901. Outras vieram em seguida. É o caso do Grêmio Politécnico da USP (1903), do Centro de Estudantes Universitários da UFRGS (1903), do Centro Acadêmico Horace Lane da Escola de Engenharia do Mackenzie (1905) e de tantas outras entidades, principalmente após o Estatuto das Universidades Brasileiras estabelecido com o Decreto-lei nº. 19.852 de 11 de abril de 1931, ao dispor que as faculdades deveriam se adequar ao modelo universitário que estava sendo implantado, bem como seriam orientadas pelas determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE), criado para assessorar o MEC.

O movimento estudantil brasileiro também passou por adequações com a edição desse Estatuto, pois o mesmo estabeleceu critérios para a organização de

⁸Vários documentos sobre a UNE estão aqui sendo apresentados: UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Declaração da Bahia. Rio de Janeiro, 1961; *Carta do Paraná*. Resoluções do II Seminário Nacional da Reforma Universitária. Curitiba, março, 1962. Cadernos da UNE 2, Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962; *Luta atual pela reforma universitária. Cadernos de Coordenação Universitária*, Rio de Janeiro, nº 4, 1963; Teses: “Programa para o Movimento Estudantil”. 1968; Teses: “O papel do movimento estudantil no processo revolucionário”. 1968; O papel do movimento estudantil no processo revolucionário da sociedade brasileira. 1968; Teses: “Política de massas para o ME”. 1968; Teses: “O povo na luta derrotada a ditadura e expulsa a ditadura”. 1968; Teses: “A situação no Brasil e o movimento estudantil”. 1968; “A situação no Brasil e o movimento estudantil”, documento preparatório ao 30º Congresso da UNE. 1968.

entidades estudantis, como Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes, bem como regulamentou as entidades estudantis no Brasil. A organização do movimento estudantil passou a contar com algumas particularidades, pois, de acordo com Velasco e Cruz,

Em cada unidade básica do sistema de ensino superior – a Faculdade – deveria existir um órgão de representação estudantil, o Diretório Acadêmico, cujo estatuto seria aprovado pelo Conselho Técnico-Administrativo do estabelecimento. As universidades deveriam ter Diretórios Centrais, com estatutos redigidos em acordo com os reitores e aprovados pelos Conselhos Universitários. Órgãos oficiais da instituição, o Diretório Acadêmico e o Diretório Central de estudantes tinham assento, por força de lei, no Conselho Departamental da Faculdade e no Conselho Universitário, respectivamente. A filiação ao Diretório Acadêmico era automática. E nas universidades públicas, além de pequenas verbas, esse organismo contava ainda com franquia postal e o direito ao timbre com as Armas da República⁹.

Em 1938, com a criação da União Nacional dos Estudantes, a UNE, os estudantes brasileiros passaram a politizar muito mais o debate sobre suas reivindicações, pois a entidade construiu um discurso muito crítico sobre a realidade brasileira e atuou muito na formação política dos estudantes, sendo a maior escola de líderes do País durante várias décadas.

2 - ENTRE 1938 E 1964

Se é fato que os movimentos estudantis brasileiros tiveram seu processo de crescimento interrompido várias vezes durante o século XX por inúmeros fatores, também é fácil de ser percebido que, entre o final dos anos 1930 e até meados dos anos 1960, o movimento estudantil passou a tomar várias frentes de combate no Brasil.

A Campanha “O Petróleo é Nosso” (de 1947) foi o grande momento de debate sobre a importância da preocupação com as questões nacionais pelos estudantes universitários, levando-se em consideração os desafios do desenvolvimento econômico, a criação de mercado para os profissionais formados nas Universidades e a necessidade de seu crescimento e aperfeiçoamento.

A Campanha, que mobilizou diversas entidades estudantis e outros grupos sociais, como militares e jornalistas, objetivou discutir a emancipação econômica do

⁹Sebastião Velasco e Cruz. *Movimento estudantil e crise na política brasileira*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.p. 6

Brasil a partir da nacionalização das riquezas naturais, bem como a sua adequada exploração pelo próprio Estado. Para Roberto Gusmão,¹⁰ Presidente da UNE em 1947, data do início da campanha O Petróleo é Nosso, o movimento em torno do petróleo foi o ponto de discussão encontrado pelo movimento estudantil para envolver os estudantes na participação política; a UNE em suas circulares estimulava todas as demais entidades a aprofundar tal debate, tendo obtido adesão de diversos grupos sociais interessados na questão nacionalista.

No Brasil, a Segunda Guerra Mundial, também poderia ser vista como um divisor de águas, levando-se em consideração o crescimento econômico, a formação de uma classe operária considerável, a aceleração do processo de urbanização e de industrialização e a constituição de amplas camadas médias urbanas, bastando lembrar que, como aponta Cunha,¹¹ a população urbana subiu de 12,6%, em 1940, para 22,9%, em 1960.

Para Cunha,¹² com o processo de monopolização do crescimento econômico pelo Estado, buscou-se induzir o “atendimento da crescente demanda de ensino superior pelos jovens das camadas médias” no período definido como República Populista (1945-1964), o que significou também uma ampliação dos estabelecimentos escolares e do número de alunos matriculados – que passou de 20.739 em 1932 para 27.253 estudantes em 1945 – e da entrada no debate educacional de temas como gratuidade, expansão, integração, federalização, modernização e a construção de uma lei que introduzisse novas diretrizes e bases da educação nacional.

Foi também em meados da década de 1940 que o ensino superior começou a ter uma nova configuração, decorrente da federalização de universidades mediante a agregação das faculdades existentes, modelo que se manterá até a Reforma Universitária de 1968. Nesse contexto, o acesso à universidade visando à obtenção de diplomas foi parte do projeto de ascensão social das camadas médias que, segundo Cunha,¹³ “passam a procurar, cada vez mais, obter graus escolares de modo a ingressarem nas organizações burocráticas e progredirem através dos diversos níveis de remuneração/prestígio/poder”.

No discurso dos estudantes dos anos 1950 prevalece um pano de fundo nacionalista, principalmente relacionado à questão energética, tônica que mostrava as debilidades do desenvolvimento econômico brasileiro e a pouca preocupação do

¹⁰Roberto Gusmão. Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

¹¹Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983. p.43.

¹²Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*, p.14-17.

¹³Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*, p.62.

ensino superior para com o atendimento das necessidades sociais, pois, conforme Costa & Weber,¹⁴

Somente na nova etapa da industrialização brasileira, marcada pela produção interna de bens duráveis, que se inicia na década de 50, colocou-se mais explicitamente a problemática do planejamento econômico e do desenvolvimento, e se fez ênfase no planejamento correspondente dos recursos humanos e, assim, do sistema educacional, que deveria adequar-se às necessidades da realidade sócio-econômica.

Também existiu uma forte preocupação com as carreiras universitárias. Nos anos 1950, identificamos diversos cursos universitários que realizaram congressos específicos em suas áreas. Citamos alguns exemplos: 1) Direito: 1950 (da 1ª à 12ª Semana Nacional de Estudos Jurídicos); 2) Medicina (do 1º até o VI Congresso da União Nacional dos Estudantes de Medicina nos anos 1950); 3) Engenharia: 1953 (1º ao 7º Congresso Nacional dos Estudantes de Engenharia); 4) Arquitetura e Urbanismo: 1955 (1º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo); 5) Farmácia: 1961 (2º Congresso Nacional dos Estudantes de Farmácia); 6) Filosofia: 1958 (1ª Semana Nacional dos Estudantes de Filosofia); 7) Arte: 1953 (1º Congresso Nacional de Estudantes de Arte); 8) Artes Plásticas: 1955 (3º Congresso Nacional de Estudantes de Artes Plásticas); 9) Odontologia: 1956 (3º Congresso Nacional de Odontologia).

Um dos momentos mais ricos do movimento estudantil no século XX aconteceu com os Seminários sobre Reforma Universitária da UNE produzidos a partir de 1961, culminando na unificação do debate sobre ensino superior, formação profissional, participação do movimento estudantil e problemas brasileiros.

Para Fávero,¹⁵ o documento do Primeiro Seminário – a Declaração da Bahia (1961) – expressou uma fase de transição do movimento estudantil, porque tentou “não separar os problemas da universidade, de um lado, e a situação econômica e política do País de outro”. Tal tipo de preocupação indicaria que procede a análise de Florestan Fernandes,¹⁶ em relação ao movimento estudantil no início da década de 1960, quando destacava que na década de 1950 “foram criadas as condições materiais e intelectuais para que o estudante gerasse novos tipos de movimento estudantil e de

¹⁴Lia Parente Costa; Silke Weber. “Universidade e desenvolvimento: novas considerações sobre uma velha ilusão”. In: *A Universidade e seus mitos*. Comunicações Pimes, n. 18, UFPE/PIMES, 1977, p. 1-2.

¹⁵Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, p.37.

¹⁶Florestan Fernandes. *A Condição do Sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978. p.48.

protesto estudantil”. Segundo o autor, teria havido quebra na “acomodação conservadora”, conquanto admita ter havido no início da década de 1960 um movimento que também vinha de fora da Universidade.

Florestan Fernandes relacionou a demanda de mudanças estruturais à mobilidade social, como projeto de ascensão da classe média que crescia vertiginosamente. O interesse da classe média pelo ensino formal teria ocorrido nos anos 1950, quando conhecimentos técnicos nas principais carreiras foram associados a maiores vantagens sociais. A competição pelas oportunidades educacionais era a principal causa da mobilização estudantil, assevera Florestan. A partir daí a Universidade passou a ser extremamente valorizada.

No contexto da industrialização crescente (1945-64), marcado pelo populismo, o aumento da procura pela educação estava associada, segundo Cunha, ao “processo de deslocamento dos canais de ascensão social para as camadas médias”, uma vez que a universidade era percebida como instituição de modernização da sociedade, o que trouxe conteúdos novos ao movimento estudantil e consequências no campo educacional.¹⁷

A estrutura universitária pouco se modificara até os anos 1960, conforme Cunha, “foi só na década de 1960 que uma doutrina sistemática sobre a reforma universitária tomou forma no Brasil, respondendo a esses antigos anseios de superação do modelo napoleônico de ensino superior”, o que permitia pensar uma nova universidade em contraposição às universidades tradicionais, privilegiando novas formas para as carreiras consagradas, mais voltadas para a formação profissional diversificada e com conteúdo utilitário.¹⁸

O 1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino, de 1957, foi, de acordo com Cunha,¹⁹ o pontapé inicial do movimento que entrou os anos 1960 como pauta principal da entidade, dando continuidade à plataforma voltada para as questões nacionais. Vários seminários específicos foram realizados sobre o tema. O que se discutia, segundo Bomeny, era que “a sociedade se modernizava, mas a universidade caminhava em sentido inverso” e que era distante dos setores populares, tal como foi difundido pela União Nacional dos Estudantes (UNE).²⁰ Num estudo realizado para a UNE em 1960, Álvaro Vieira Pinto ressaltava que a universidade não preparava “o

¹⁷Luís Antônio Cunha. *A Universidade Reformanda: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.p.41.

¹⁸Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*, p.17.

¹⁹Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*, p.19.

²⁰Helena Bomeny. A reforma universitária de 1968 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 51-65, outubro de 1994.p.54.

profissional futuro para ser homem do povo, mas justamente para ser alguém que se destacou do povo, pela condecoração doutoral”.²¹

A inclusão da universidade brasileira num projeto de desenvolvimento nacional foi a tônica da Carta da Bahia, produzida pela UNE, em 1961, durante o I Seminário Nacional de Reforma Universitária. Referia-se à contribuição das universidades na formação de profissionais, exigindo-se a sua modernização e o atendimento a um maior número de estudantes. O aumento de vagas passou, então, a ser um ponto destacado nos diversos documentos da UNE na década de 1960.

O questionamento contra o tipo de ensino superior existente no país levava à crítica do sistema educacional organizado “sob o signo do humanismo alienado como as mais diversas variações da escola pragmática e instrumentalista, isto é, pseudo-técnica-profissional” (UNE, 1962). Os Seminários de Reforma Universitária objetivaram mobilizar o conjunto dos estudantes universitários tanto para a temática em si como para as transformações pelas qual o país passava em relação às quais os estudantes não podiam ficar indiferentes:

Mas, hoje, com o avanço industrial de nosso país, a conseqüente necessidade da Reforma Agrária, a importância crescente da classe trabalhadora no nosso panorama político, reivindicando melhores situações de vida, necessitando de escolas para seus filhos etc., a estrutura das universidades brasileiras tornou-se caduca, por não atender as necessidades de nossa atual situação. Assim, fica expressa a luta (até certo ponto) da superada classe latifundiária com a burguesia industrial e dos trabalhadores com ambas. Também, se lutarmos pela nossa Reforma Universitária todas as conquistas que sejam feitas representarão uma pequena ou grande vitória das camadas populares, pois elas estarão ligadas à luta pela escola pública, por maior rede de ensino secundário público etc. (Tese “Reforma Universitária: Instrumento Político na Luta do Estudante, UNE, 1962).

Vários documentos apresentados especificamente no II Seminário Nacional de Reforma Universitária apontam que, quando os estudantes refletiam sobre sua participação na vida do país a partir do debate sobre os rumos da universidade e o papel mobilizador que o tema teria sobre o conjunto dos estudantes, pretendiam indicar a potencial força dos estudantes para a libertação nacional.

O documento mais completo da UNE nesse período intitula-se “UNE: luta atual pela reforma universitária”, de dezembro de 1963. Está claro no documento que a partir desse tema seria possível desdobrar outros pontos de reivindicação, sem

²¹Álvaro Vieira Pinto. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.p.83.

perder o caráter específico da reforma. O documento, entretanto, poderia ser considerado elitista tendo em vista que o problema da formação profissional estava ligado, sobretudo, à possibilidade de “conferir ao ensino superior maior eficiência na formação daqueles que tivessem o privilégio do acesso ao nível universitário” (UNE, 1963).

Para a UNE, entidade que representava os estudantes no plano nacional, “foi o debate sobre as Diretrizes e Bases que introduziu a pergunta – ‘Universidade para quem?’ acrescentada a outras questões anteriores: ‘Universidade como ou para quem?’”(UNE, 1963).

Aí foi recuperada parte da história do movimento estudantil que, segundo o documento, esteve pautada sempre de forma desarticulada entre reivindicações estudantis e luta política, o que na prática ocorreu “como dois momentos isolados da vida universitária, dilacerada a presença do movimento estudantil entre a condição de estudante e a condição do cidadão” (UNE, 1963).

O mesmo documento identificou o momento de politização crescente e a fase em que o movimento estudantil partiu para o “combate sistemático às causas primárias dos seus problemas e da problemática geral do país” (UNE, 1963), como a fase de amadurecimento que seria justamente dada nas campanhas do petróleo, dos minérios e outros temas presentes no auge da fase das lutas nacionalistas. Portanto, a posição de luta pelo desenvolvimento econômico autônomo do Brasil marcaria uma tomada de posição importante para o movimento estudantil.

No ano seguinte, aumentaria a consciência estudantil de sua responsabilidade social e política, a UNE se tornaria um instrumento de pressão mais e mais poderoso, adquirindo conteúdo popular crescente, até que no XXVI Congresso, o programa político da UNE se enriqueceria com a luta pelas reformas de base, considerada como etapa para libertação nacional (...). A luta pela Reforma Universitária foi, desta forma, o elo que uniu as reivindicações escolares à luta política do movimento estudantil. Não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular em nome dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular.

A luta pela reforma universitária passou a ser uma luta política:

Só à medida que avança a luta política, e se define mais nitidamente como luta de libertação nacional, e inclui a luta pelas reformas de base como estágio da luta de libertação nacional, vai descobrir-se a reforma

universitária como uma das reformas da libertação nacional e à emancipação do povo.

O documento aponta que o debate da reforma universitária surgiu num momento especial, em 1957, quando se discutia o papel da universidade (para quê?) ou a sua contribuição para um projeto de país, que depois foi superado ao se entender que a Universidade possuía importância fundamental para um projeto de país. Agora, cabia discutir a democratização do acesso (Universidade para quem?).

Com efeito, no bojo da campanha pela reforma universitária, o Congresso Nacional aprovava em 1961 a LDB, que suscitou fortes reações da UNE porque, de acordo com Groppo,²² não atendia à sua visão da “necessidade de se reformar a universidade juntamente com a reforma da sociedade”. Tais questões já foram consideradas em trabalhos diversos, como os de Cunha²³, Fávero²⁴ e Poerner²⁵. A luta por espaços maiores para o movimento estudantil desembocou numa greve nacional, a Greve do 1/3, no primeiro semestre de 1962, tendo em vista os impasses gerados entre estudantes e governo em função da promulgação da LDB.

3 - ENTRE 1964 e 1975

O golpe militar de 1964 provocou a interrupção da efervescência vivida pelos estudantes universitários até então. Além do fechamento de entidades estudantis e a prisão dos principais líderes estudantis nos primeiros dias do golpe, as universidades conviveram a partir daí com inúmeros IPMs (Inquéritos Policiais Militares), buscando averiguar possíveis crimes contra a “segurança nacional”.

Por outro lado, o período compreendido entre 1964 e 1975 foi extremamente profícuo em termos de propostas ou mesmo de medidas para a reformulação do ensino superior, como o Plano Nacional de Educação (1965), o Acordo Mec-Usaid, a CPI da Educação Superior, a Comissão Meira Mattos, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, a Lei Suplicy e o Decreto-Lei 477. É óbvio que a participação dos estudantes nas decisões sobre os assuntos políticos e universitários foi então muito limitada, dadas as ameaças e as repressões, mesmo assim o movimento estudantil procurou debater alguns temas, como a democratização do acesso.

²²Luis Antônio Groppo. *Uma onda mundial de revoltas*. Movimentos estudantis de 1968. Piracicaba: Editora Unimep, 2005.p.65.

²³Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*.

²⁴Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero. “Os estudantes e o problema universitário nos anos 1960”. In: Otávio Luiz Machado; Michel Zaidan (Orgs.). *Movimento Estudantil Brasileiro e a educação superior*, Recife, Editora UFPE, 2007.

²⁵Arthur José Poerner. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 4a ed. Ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

Outras iniciativas, como a Lei Suplicy (nº. 4.464, de 9/11/1964), por outra parte, representaram grande quebra da espinha dorsal do movimento estudantil, como diria Fernandes²⁶. A nova regulamentação das entidades estudantis representava o cerceamento da liberdade de atuação, uma vez que seus estatutos teriam de estar em consonância com as determinações ministeriais, impondo uma redefinição de suas atribuições.

Para Florestan Fernandes,²⁷ a Universidade foi confrontada pelo golpe de 1964, cujo “sistema de poder respondeu esmagando os defensores da causa da reforma universitária e apropriando-se da bandeira da reforma universitária para realizá-la às avessas”. Além disso, para ele, o aumento da população escolar ocorreu “porque os militares usaram a técnica de inundar as universidades com estudantes jovens, novos para quebrar a espinha dorsal do antigo movimento estudantil e a rebelião estudantil”.²⁸

Os movimentos estudantis no pós-1964 ganharam novas dimensões nas pautas de reivindicação e nas formas de produção de debates. O ponto comum de todas as entidades estudantis existentes era o combate à ditadura, embora a divergência quanto às formas de luta produzisse uma grande divisão no movimento estudantil brasileiro. Mesmo com a repressão, as entidades estudantis de base continuaram realizando um trabalho visando a atender ao conjunto dos estudantes, como parte de apoio acadêmico aos estudantes, produção de eventos culturais, esportes, jornais, jornal-mural, trotes etc.

Embora a luta pela mudança da formação profissional fosse dada por meio do combate ao Acordo Mec-Usaid, mais verbas, mais vagas (sobretudo para atender aos “excedentes”) e o alargamento da oferta de cursos para atender às expectativas dos novos postos de trabalho, cremos que o conteúdo da formação profissional continuou a estar presente no debate da luta contra o sistema educacional da ditadura, o que significou duas formas de luta: a) lutas específicas e; b) luta política.

Haveria uma resposta aos anseios imediatos dos estudantes por meio de lutas específicas, bem como uma luta política a ser travada contra a própria ditadura, que, em alguns casos, tornou-se a luta principal, pois não bastava exigir uma universidade adequada dentro de um sistema repressor.

O não atendimento a questões que afligiam setores médios da sociedade, como a expansão das vagas e a atualização do ensino superior, produziu uma tensão

²⁶Florestan Fernandes. “Texto de palestra de Florestan na UFU”. In: *Homenagem a Florestan Fernandes*, Uberlândia, CDHIS/ADUFU/SINTET/UFU, 1995.p.19.

²⁷Florestan Fernandes. “Texto de palestra de Florestan na UFU”, p.38.

²⁸Florestan Fernandes. “Texto de palestra de Florestan na UFU”, p.19.

entre a ditadura e tal segmento social a partir de 1967, expressada na questão dos “excedentes”, fortalecendo o próprio movimento estudantil. Foram restabelecidos os vínculos que haviam sido perdidos entre o movimento estudantil e os estudantes na luta pela expansão das vagas, a partir da sua politização, tendo como foco a repressão da ditadura militar. A luta política contra a ditadura militar voltou a predominar no discurso do movimento estudantil e os slogans “abaixo a ditadura” ou “abaixo o imperialismo yankee” simbolizaram o novo movimento estudantil oriundo da resistência aos desmandos do regime militar nos espaços universitários.

Por outro lado, em 1968, período marcado por uma onda mundial de revoltas, conforme salienta Luis Antônio Groppo, o movimento estudantil brasileiro se integrou às rebeldias juvenis do planeta. Passou a conhecer outros movimentos existentes no mundo, a eles se associar e desenvolver movimentos locais com uma visão global e com desejos libertários em comum. O imperialismo norte-americano (que estava sendo observado por imagens no mundo todo com a Guerra do Vietnã), a solidariedade à Revolução Cubana e a posição a favor da independência política e econômica dos países da América Latina foram questões que mobilizaram bastante, assim como o questionamento acerca dos valores da sociedade burguesa e industrial. O comportamento político, o estilo de vida e as preocupações dos atores sociais daquele período estavam identificados com a quebra de valores e de tabus e a dissolução do sistema capitalista vigente. Questionava-se desde a ordem estabelecida que tentava justificar as guerras a uma série de formas de opressão, como o machismo. A desinstitucionalização da vida privada foi marcada pelo questionamento do casamento, por exemplo. O forte desejo de liberdade foi marcado com a revolução sexual. Uma das pichações em um dos muros de Paris expressa muito bem tal aspecto: “Quanto mais amor eu faço, mais vontade tenho de fazer a revolução. Quanto mais revolução faço, maior vontade eu tenho de fazer amor”.²⁹

A influência dos movimentos libertários em várias partes do mundo, sobretudo dos revolucionários de Cuba, Vietnam, Argélia, e China, fazia da revolução uma bandeira ou lema. O assassinato do jovem secundarista Edson Luís, no Restaurante Calabouço do Rio de Janeiro, reacendeu o movimento estudantil e sensibilizou as classes médias contra uma ditadura que estendia a lógica da violência física para além da repressão aos trabalhadores. Uma das frases presentes nas faixas durante o enterro do jovem era: “mataram um estudante, podia ser seu filho”.

Outras medidas do governo ainda atingiriam a universidade. O AI-5, promulgado em dezembro de 1968, reafirmava as intenções do golpe de 1964, como “a modernização conservadora da economia, concentradora de riquezas e considerada pela classe dirigente como a única saída viável para superar a crise

²⁹Luis Antônio Groppo. *Uma onda mundial de revoltas*. Movimentos estudantis de 1968, p.27.

vivida em meados da década de 60”.³⁰ O Decreto-Lei 477 de 26 de fevereiro de 1969 tornava as universidades um espaço limitado para a discussão política e o combate à ditadura brasileira. Para Freitag,³¹ as duas medidas criadas pelo regime militar foram fundamentais para reforçar a clássica mensagem dos regimes autoritários de que “estudante deve apenas estudar: Se fizer política e não conseguir satisfazer os requisitos de uma média mínima pode ser jubilado; se consegue conciliar estudos e atividade política pode ser desligado da universidade pelo 477”.

Nesse contexto, o período de 1969 pode ser visto como o de enorme desmobilização do movimento estudantil, pois o fechamento de diversos diretórios que apontavam alguma resistência ao regime militar somou-se às prisões dos líderes estudantis, após o Congresso da UNE em outubro de 1968. O AI-5 representou uma medida adotada pela ditadura para reaver seu domínio que estava sendo perdido pela resistência dos opositores, pela falta de apoio da classe média e pelas próprias divergências internas dos comandantes da ditadura, que demonstrava a prevalência da força política da “linha dura” nos rumos do golpe.

Analisando o movimento estudantil dos anos 1970, é observado que, aliado às reivindicações e denúncias de aspectos administrativos, há a emergência de novas práticas políticas tal como indicada por Mirza Pellicciotta:³²

Lidar com a transformação, em si mesma, do movimento estudantil brasileiro na década de 1970 significa, neste caso, lidar com a emergência de uma dimensão “alternativa” de perspectivas e experiências coletivas muito cara à análise do contemporâneo – tanto em relação à reforma (tecnocrática) da Universidade, quanto no aspecto de uma cultura de massas, ou ainda das mudanças (significativas) do mercado de trabalho e inserção profissional – que por diversos meios têm lugar entre as alterações de forma de organização deste movimento.

Se não estava sendo possível participar do debate sobre a reforma universitária – que tinha sido uma alavanca para acionar um movimento estudantil de grande envergadura em décadas anteriores –, a estratégia utilizada da pelos estudantes no movimento estudantil entre 1969 e 1975 foi a de focar nos problemas internos da sua profissão de forma desligada dos problemas políticos, além de trazer temas culturais

³⁰ Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.p. 30.

³¹ Barbara Freitag. *Escola, Estado e Sociedade*. 6ª ed. São Paulo: Moraes, 1986.p.132.

³² Mirza Pellicciotta. “Mobilizações estudantis nos anos 1970”. In: Otávio Luiz Machado, Michel Zaidan e Luís Antônio Groppo (orgs). *Juventude e Movimento Estudantil Brasileiro: Ontem e Hoje*. Recife: Editora UFPE, 2008, p. 179-213.

de forma sutil para o interior dos centros e diretórios acadêmicos, como forma de animar o debate. Por esse motivo,

Na medida em que os estudantes perdem o lugar e o papel representativo nas estruturas de poder da Universidade e se vêem obrigados a defender um lugar social através da luta pela qualificação profissional, o movimento ganha uma fisionomia mais efêmera, fragmentária e variada. No mesmo sentido, as movimentações são forçadas a criar, em um misto de temor e fragilidade, as suas novas condições de luta política.³³

É dentro dessas novas condições de luta que se pode observar o debate específico sobre a formação profissional ressurgir, que havia desaparecido após o golpe de abril de 1964, bem como começou a ressurgir o debate sobre a questão da democracia, dos direitos humanos, da desigualdade social e da educação como ferramenta de transformação e não como mecanismo de instrumentalização das massas.

No final dos anos 1970, a recriação da UNE e de diversas Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), assim como a mobilização saindo do interior das universidades e ganhando a rua tornam-se parte do cenário nas principais cidades brasileiras. Neste momento, a redemocratização configurou-se como um tema que deveria estar presente no debate até que se alcançasse de fato o fim do regime civil-militar. Uma luta que foi considerada parcialmente vitoriosa, pois, com a derrota das Emendas das Diretas-Já e a eleição indireta do Presidente Tancredo Neves, o que se conseguiu foi uma transição, pelo alto, à democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo buscamos apresentar resumidamente um pouco da relação de superioridade existente entre os movimentos juvenis, em especial o movimento estudantil, considerando que o alto grau de visibilidade, a questão nacional que o favorecia e o alto grau de consciência social adquirido por muitas lideranças ao longo do tempo são variáveis que precisam ser consideradas, sobretudo num momento para o qual a universidade brasileira contribuía significativamente na construção de um projeto de sociedade.

O pensamento das juventudes brasileiras ainda precisa ser objeto de sistematização e valorização, em razão de ter influenciado decisivamente na construção de um Brasil moderno, sendo, em alguns momentos, a matriz do

³³Mirza Pellicciotta. “Mobilizações estudantis nos anos 1970”. p.187.

pensamento social e que se confundia com o pensamento intelectual mais aprimorado sobre a realidade brasileira.

O objeto de análise para o qual direcionamos o nosso olhar atualmente na UFPE é o desvendamento das heranças deixadas por esses militantes, quais são as raízes do seu pensamento e quais análises retrospectivas as principais lideranças do País fazem, ou seja, quais conquistas realizadas e obtidas tempos atrás provocam ainda impactos no cotidiano. Mas a América Latina anda muito longe de conhecer a fundo a história do movimento estudantil, já que os arquivos se perderam ou estão lacrados sob a guarda das nossas autoridades, além da falta de registro, por meio de entrevistas, das falas dos principais personagens e dos seus respectivos dados que, porventura, venham a possuir. Só a criação de uma rede de pesquisadores, de relações entre as instituições, o aumento significativo de publicações e a generosidade na divulgação das informações darão um novo tempo aos nossos estudos.

CICLOS DE PROTESTO E LUTAS ESTUDANTIS NO BRASIL

Breno Bringel³⁴

1 - OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS: UM MOVIMENTO SOCIAL *SUI GENERIS*

Os movimentos estudantis, da mesma forma que os de mulheres, camponeses, indígenas, urbanos e outros, são movimentos sociais. Essa afirmação que poderia parecer óbvia tem profundas implicações teóricas e, apesar de algumas exceções destacadas adiante, dista muito do trato que os movimentos estudantis receberam (e recebem), na maioria das análises, sobre os movimentos sociais. Sua aceitação dependerá fundamentalmente do conceito de movimentos sociais utilizado. No caso das lutas estudantis no Brasil, o termo “movimento” tem sido extensamente utilizado e escassamente debatido, em razão de seu uso num sentido laxo e ampliado, empregado há várias décadas de forma quase imediata, quando um grupo de estudantes se mobiliza. Isso tem três implicações perigosas que levam à confusão entre:

a) Ação coletiva *versus* movimento social/estudantil: com frequência, vários intérpretes (sejam acadêmicos, políticos ou meios de comunicação) vêem em uma ação o “movimento estudantil”, quando, na realidade, o que existe é somente uma ação coletiva (a exemplo de um protesto isolado no refeitório de uma faculdade). Essas ações podem ou não ser resultado da atuação de um “movimento estudantil”, mas se isoladas são simplesmente uma ação coletiva.

b) Movimento estudantil *versus* organização estudantil: esse equívoco normalmente advém da atribuição ao “movimento estudantil” de uma ação coletiva específica convocada por uma organização ou entidade estudantil institucionalizada, algo bem diferente e que se tornou habitual no Brasil durante a década de 1990. Somente se tratará de um movimento estudantil se a organização não estiver institucionalizada.

c) Movimento estudantil, em singular, *versus* movimentos estudantis, em plural: o leque de movimentos camponeses, urbanos e feministas é muito amplo. No

³⁴ Doutor em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madri, onde é Professor da Pós-Graduação em Estudos Latino-americanos. Professor/Pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: brenobringel@iesp.uerj.br

cenário brasileiro atual, poder-se-ia destacar, entre os primeiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre muitos outros. Isso significa que existem vários movimentos sociais de camponeses, embora o MST seja a principal força. A mesma regra é válida para os movimentos urbanos, feministas, estudantis e outros. No caso dos movimentos estudantis, quando se fala de “movimento” em singular não se deve ocultar a existência de diferentes movimentos estudantis, em plural, e a tensões que há entre eles.

Com essas observações iniciais, nota-se que os movimentos estudantis são de difícil caracterização e definição. Com base em uma densa análise histórica comparada que remonta às origens e rasgos básicos dos movimentos estudantis no século XIX e sua evolução no século XX em várias partes do mundo, Feuer³⁵, em obra clássica sobre o tema, parte de uma perspectiva marxista para sugerir que, enquanto a maioria das lutas sociais está permeada por um conflito de classe, às lutas dos estudantes subjaz um outro tipo de conflito, o geracional. Compara-se, assim, o *status* esporádico e transitório do estudante na universidade com a trajetória mais estável ou contínua dos operários nas fábricas (algo menos nítido na atualidade com a incessante flexibilidade e precariedade dos mercados laborais), introduzindo categorias de análises distintas para compreender ambos os casos. Desse modo, Feuer define o movimento estudantil como uma coalizão de estudantes inspirada em propósitos que procuram traduzir-se numa ideologia política e impulsionada por uma rebelião emocional em que estão latentes a desilusão e a rejeição dos valores da velha geração. Talvez, um dos aspectos mais interessantes do inovador estudo realizado pelo autor seja sua consideração sobre o caráter “particular” das lutas estudantis na comparação com outras lutas sociais, como as operárias.³⁶

Este diagnóstico, se atualizado considerando a importância dos diferentes paradigmas e teorias dos movimentos sociais que emergiram com sua institucionalização acadêmica como objeto de estudo, a partir da década de 1960, é a base para considerar o movimento estudantil como um movimento social *sui generis*, assinalando tanto aqueles elementos que o une aos demais movimentos sociais quanto seus rasgos característicos ou específicos. Nesse sentido, em primeiro lugar, as lutas, reivindicações e ações coletivas dos estudantes somente se traduzem em um

³⁵ L. Feuer. *The conflict of generations*. The character and significance of students movements. Nova York/Londres: Basic Books Publishers, 1969.

³⁶ L Feuer. *The conflict of generations*. In: The character and significance of students movements., 1969.

movimento estudantil quando articulam uma série de elementos mínimos que também estão presentes nos demais movimentos sociais: definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não-institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente. Em segundo lugar, como “mínimo denominador comum”, torna-se necessário assinalar alguns rasgos específicos dos movimentos estudantis:

- A maioria de suas lutas tem um objetivo específico de curto prazo, pois se trata de uma força social conjuntural. Contudo, isso não impede que existam mobilizações que permaneçam em um horizonte de médio ou longo prazo, dependendo da conjuntura e das forças sociais e políticas existentes. Os movimentos estudantis universitários estão muito influenciados pelo ritmo do ano letivo acadêmico: férias e feriados acabam atuando como elementos desmobilizadores, que rompem com a sequência de ações coletivas iniciadas. Além disso, outro elemento crucial (e prejudicial para a continuidade dos movimentos estudantis) é a questão do “relevo geracional”, que impede muitas vezes que os movimentos estudantis disponham de um “capital militante” acumulado de outras lutas, visto que a maioria dos participantes de mobilizações anteriores acaba se desvinculando da universidade e/ou, pelo menos, da militância estudantil.
- Sua organização é pendular e variável. Não responde a uma forma de organização concreta, contando com diferentes graus de estruturas e organicidade. As assembleias conformam o coração da atividade política dos movimentos estudantis, porém pode haver múltiplas formas de canalizar o trabalho realizado nelas aos âmbitos mais amplos, assim como outros formatos mais formais de organização.
- Sua composição social está constituída, principalmente, por setores das classes médias, algo contemplado nos movimentos estudantis que estudamos tanto na Europa quanto na América Latina, e que o diferencia dos movimentos “populares”, conformados, principalmente, por um extrato mais pobre da população.
- Possuem, com frequência, o que poderia ser identificado como uma “identidade secundária” ou de “baixa intensidade”, em razão de uma habitual convergência de perfis e identidades militantes quando o estudante também milita em outro movimento social (seja este negro, feminista etc.) ou em alguma força política (normalmente partidos políticos), priorizando alguns deles. Ademais, pelo caráter de curto prazo de muitas das lutas, torna-se mais complexa a construção de uma identidade coletiva profunda.

- Converge para um amplo espectro ideológico na composição dos movimentos estudantis, que normalmente varia desde a social democracia até a esquerda mais radical, incluindo um amplo leque de “sensibilidades” de esquerda. No entanto, da mesma forma que nem todo movimento social é de esquerda, nem todos os movimentos estudantis são de esquerda. Nem todas as lutas estudantis têm um caráter transformador (ou de radicalismo absoluto como chegou a ser mistificado de forma equivocada), adquirindo, muitas vezes, esse caráter quando a esquerda está no poder num marco mais amplo, como é o caso atual de muitas lutas estudantis de direita na Venezuela, que conseguem mobilizar um numeroso contingente de estudantes.
- As demandas podem ter um caráter interno (reivindicações endógenas como residência universitária, restaurantes, discussões sobre o uso do espaço universitário etc.) ou externo (questionamentos que vão além das demandas do grêmio e que procuram incidir em discussões de maior alcance político, como a qualidade do ensino público ou o papel que deveriam desempenhar as universidades nas sociedades contemporâneas). Ainda que não se trate de uma divisão rígida entre ambas as dimensões, a hegemonia das demandas de caráter interno está ligada a um menor papel dos movimentos estudantis como movimentos antissistêmicos. Pelo contrário, ao articular as reivindicações internas com questões externas, de maior alcance, como as políticas educativas de um governo ou temas da política local, nacional ou global, essas lutas adquirem maior grau de protagonismo em nível societário. Um bom exemplo recente é o dos estudantes secundaristas no Chile que, ao questionarem o caráter neoliberal das políticas educativas de Bachelet, puseram em xeque o próprio governo do país.

2 - O “FUTURO ANTERIOR”: CONTINUIDADES E RUPTURAS NAS LUTAS ESTUDANTIS

Essas singularidades também levam autores como Ibarra e Bergantiños a considerar o movimento estudantil como “[...] um movimento social peculiar.” Para esses autores, ainda que os movimentos estudantis não contenham todas as características “clássicas” dos movimentos sociais (entre elas, certa estabilidade e uma identidade coletiva densa), apresentam rasgos suficientes (organização, meios de ação, estratégias etc.) que lhe outorgam essa dimensão.³⁷ Outros autores, como Aranda, também buscaram interpretar os movimentos estudantis, neste caso os mexicanos, de acordo com as teorias dos movimentos sociais, a partir de um diálogo

³⁷P. I Ibarra; N. Bergantiños. Movimientos estudiantiles: de mayo del 68 a la actualidad. Sobre las experiencias ‘utópicas’ de un movimiento peculiar. In: ASAMBLEA DE CIENCIAS SOCIALES POR UNA UNIVERSIDAD CRÍTICA. *Movimientos estudiantiles: resistir, imaginar, crear la universidad*. Donosita/San Sebastián: GAKOA, 2008, p.11-27.

com o enfoque dos “novos movimentos sociais”, enfatizando sua composição heterogênea, sua organização baseada em uma liderança múltipla e uma atitude predominantemente antiestatal.³⁸ Não deixa de ser uma maneira de retomar um debate já “clássico” entre os estudiosos dos movimentos sociais, lembrando que as mobilizações estudantis dos anos 1960, do México à França, do Brasil aos Estados Unidos, contribuíram sobremaneira para revitalizar os estudos sobre os movimentos sociais, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, servindo de base para os movimentos ambientalistas, de mulheres, homossexuais ou pela paz, e para a formulação dessa complexa articulação teórico-conceitual que se chamou “novos movimentos sociais”.³⁹

Também num diálogo com a corrente dos “novos movimentos sociais”, provavelmente tenha sido Laraña quem melhor compreendeu as duas tensões centrais no debate sobre os movimentos estudantis: a continuidade/descontinuidade e a unidade/divergência.⁴⁰ A exploração dessas questões permitiu ao autor ensaiar respostas para explicar, por exemplo, o porquê da descontinuidade do movimento estudantil em um lugar, como o Campus de Berkeley, que no fim dos anos 1960 havia sido o centro do ativismo estudantil nos Estados Unidos; ou, de forma inversa, o porquê do surgimento de um movimento estudantil como o de Madri durante os anos 1986 e 1987, que parecia emergir “do nada”. Essa questão remete não somente às origens de um movimento social, mas também a uma problemática amplamente tratada entre os teóricos dos “novos movimentos sociais”: a tendência a interpretar as fases visíveis desses movimentos, aquelas de alta agitação política e social, dando prioridade ao seu significado político mais amplo em detrimento do cultural.

Eis uma advertência importante para o estudo dos movimentos estudantis brasileiros. Por um lado, ao enfatizar principalmente a década de 1960, período marcado por intensas mobilizações estudantis e protestos, criou-se uma representação “mitológica” da geração de 1960, que, para Martins Filho,⁴¹ pode ser localizada na própria autoimagem elaborada pela liderança universitária, plasmada hoje na historiografia oficial da União Nacional de Estudantes (UNE). A ausência de mobilizações significativas de caráter nacional e de uma política transformadora no movimento estudantil brasileiro no contexto pós-ditatorial também contribui para esse recurso constante de recorrer às lutas estudantis contra a ditadura como

³⁸ J. Aranda. “El movimiento estudiantil y la teoría de los movimientos sociales”. *Convergencia*, ano 7, n. 21, Toluca, México, 2000, p. 225-250.

³⁹ Para uma revisão dessas correntes teóricas, vide M.G. Gohn *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006. Do mesmo modo, ver, também, E. Neveu. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La Découverte & Syros, 1996.

⁴⁰ E. Laraña. “Continuidad y unidades en las nuevas formas de acción colectiva. Un análisis comparado de movimientos estudiantiles”. In: E. Laraña; J. Gusfield (Eds.) *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas-CIS, 1994, p.253-285.

⁴¹ J. R. Martins Filho. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

“momento histórico privilegiado”⁴². Desse modo, apesar de uma rica produção dedicada à juventude, à questão da sociologia da educação e aos rumos da universidade no Brasil, em que se destacam alguns trabalhos de grandes nomes do pensamento social brasileiro, tais como Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes⁴³, a atenção dada aos movimentos estudantis propriamente ditos centrou-se na análise do que antes se identificava como sua “parte visível”.

Contudo, o despertar recente dos movimentos estudantis brasileiros, que rompem com vários anos de apatia de mobilização, suscita o interesse sobre as causas de proliferação das lutas estudantis universitárias durante os anos 2007 e 2008, de forma similar a que Laraña, apesar das diferenças espaço-temporais, se perguntava sobre o aparecimento de um movimento estudantil renovado em Madri, em 1986, depois de décadas de apatia.⁴⁴

As convergências entre o renascimento da mobilização estudantil brasileira em 2007 e 2008 e os de Madri e Paris, duas décadas antes, não se dão somente no plano da irrupção de um protesto renovado depois de muitos anos de inércia, mas também em razão do efeito de difusão (que provoca um incentivo à extensão da luta a outros pontos das geografias nacionais. Paris, Madri e São Paulo serviram de catalisadores nestes casos), a forma assembleária de organização e deliberação, a crítica aos canais institucionais da política, os ataques recebidos dos meios de comunicação hegemônicos, a incapacidade dos governantes de interpretar os acontecimentos e *leitmotiv* das ações estudantis.⁴⁵

⁴² É o que acontece com as transições políticas para a democracia em vários países da América Latina e Leste da Europa. Ao receber uma atenção especial dos estudiosos dos movimentos sociais, que analisaram como as práticas e discursos desses movimentos contribuíram para a passagem de regimes autoritários a democracias emergentes, acabaram construindo uma barreira para uma análise mais contínua e complexa das pautas democratizantes dos movimentos sociais, pois as transições passaram a atuar como um “momento histórico” referencial. Vide: B. Bríngel; E. Echart. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das ‘fronteiras’. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, set./dez. 2008.

⁴³ O. Ianni. O jovem radical. In: S. Brito (Org.). *Sociologia da juventude*. Vol. I: Da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p.225-242; D. Ribeiro. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969; R. Marini M. Les mouvements étudiants en Amérique Latine. *Les temps modernes*, n. 291, out., Paris, 1970 e F. Fernandes. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

⁴⁴ E. Laraña. “Continuidad y unidades en las nuevas formas de acción colectiva. Un análisis comparado de movimientos estudiantiles”. In: E. Laraña; J. Gusfield (Eds.) *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas-CIS, 1994, p.253-285.

⁴⁵ Um excelente livro que reconstrói essas mobilizações estudantis na Espanha e na França com documentos, depoimentos e reflexões é a compilação do Colectivo Maldejojo. *Estudiantes, antiestudiantes, policía, prensa y poder*. Madri: Traficantes de Sueños / Literatura Gris / Colectivo Maldejojo, 2001.

Além disso, essa comparação permite outro ponto de contato: a presença de elementos passados nas mobilizações presentes. Conforme também se pode observar nas mobilizações estudantis atuais existentes tanto na Espanha quanto na França contra o denominado “Plano Bolonha”, plano de reestruturação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), as realizadas 1986 e 1987 já anunciavam uma silhueta ou antecipação de futuro. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que os movimentos estudantis brasileiros vivem um período de transição, em que coexistem elementos do passado com tendências que apontam para seu futuro. Isso conforma seu “futuro anterior”, que não significa somente uma construção resultante da conjunção dos verbos “mobilizar”, “protestar” e “construir” no futuro indicativo com o particípio passado, mas também em sentido *derridiano*, um “paradoxo da antecipação”⁴⁶, que em um mesmo movimento amplia e fecha a abertura do futuro, resgatando a memória. É desse resgate da atualidade que parecem renascer as novas mobilizações estudantis.

3 - DA DITADURA À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO NO ESPELHO HISTÓRICO

Uma questão central para abordar essa problemática é pensar não só a importância do aspecto macro da conjuntura política, econômica e social (por exemplo, as lutas contra a ditadura num cenário mais polarizado na década de 1960, ou um cenário de maior complexidade e imbricações a partir da década de 1990), mas também contextualizar o significado cultural e a socialização política desses estudantes universitários num entorno renovado de militância a partir de início do século XXI. Por meio da observação participante e das entrevistas realizadas nas últimas mobilizações estudantis de 2007 e 2008, observou-se uma preocupação com o debate sobre a autonomia, em um contexto em que muitos dos estudantes já não são membros de sindicatos ou de partidos políticos, alinhando-se mais ao que poderia denominar-se como “geração Fórum Social Mundial”. Percebeu-se, assim, que a irrupção desses protestos esteve marcada por uma aproximação com as formas de organização e atuação do movimento antiglobalização, o que exige uma maneira renovada de interpretar essas lutas estudantis.

Para observar essas continuidades e rupturas dos movimentos estudantis brasileiros e anunciar as mudanças e possíveis rupturas que emergem com as recentes

mobilizações, nada melhor que uma análise cíclica da ação coletiva⁴⁷. Trata-se de uma ferramenta interpretativa introduzida nos estudos sobre os movimentos sociais nos primeiros trabalhos de Tilly⁴⁸ e que alcançaria um desenvolvimento mais notável em trabalhos de Tarrow⁴⁹. Nesses trabalhos, Tarrow aponta que uma das vantagens de analisar ciclos inteiros de protesto é estabelecer diferentes fases de mobilização social, entender as ações coletivas *vis-à-vis* ao entorno político, contribuindo para prever os “sucessos” ou “derrotas” dos movimentos. A utilidade desse enfoque para o estudo dos movimentos estudantis no Brasil é permitir a composição de diferentes ciclos de mobilização estudantil no País, que possibilitam uma abordagem histórica contínua das lutas dos estudantes, evitando as mistificações de determinados períodos históricos, e que contribuem para identificar os períodos de mobilização e desmobilização, ainda que sejam necessárias ferramentas analíticas adicionais para descobrir os motivos. Desse modo, é possível observar a combinação de “velhas” formas de contestação com novos elementos, algo fundamental para interpretar os períodos de ressurgimento do movimento estudantil depois de certo letargo. Mapearemos a seguir, de forma breve, os principais ciclos de ação coletiva dos movimentos estudantis no Brasil desde as lutas contra a ditadura até o momento prévio de sua recente reaparição.⁵⁰

Em um primeiro momento, durante a década de 1960, as mobilizações estudantis no Brasil foram conduzidas num campo político extremamente polarizado entre o Estado militar e a oposição estudantil. Entre a promoção do crescimento das forças produtivas a partir de uma “modernização conservadora” e o incremento da repressão, o ano de 1968, o movimento estudantil brasileiro esteve marcado por importantes lutas, conectadas com outras lutas sociais, como as sindicais e outras manifestações culturais pós-1964, que seriam silenciadas de forma radical com o AI-5. A morte de Edson Luis no dia 28 de março, a greve geral do dia seguinte, a “Passeata dos Cem Mil” do dia 26 de junho ou a repressão ao Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, foram os principais marcos de um ciclo de lutas que seria seguido por um período de clandestinidade e exílio, em que a repressão e o arbítrio

⁴⁷ Para uma boa análise da intersecção entre juventude, movimentos estudantis e contexto histórico no Brasil vide S. Benevides *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁴⁸ C. Tilly. *From mobilization to revolution*. Nueva York: McGraw-Hill, 1978. C. Tilly. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. Nueva York: Russel Sage, 1984.

⁴⁹ S. Tarrow. *Struggle, politics and reform: collective action, social movements and cycles of protest*. Western Societies Program, Occasional Paper, n.21, 2 ed., Center for International Studies. Ithaca: Cornell University, 1991. TARROW, S. *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

⁵⁰ Trata-se de um recorte para definir uma periodização, mais que de um “marco inicial” dos movimentos estudantis no Brasil, que começaram a atuar já na década de 1930, mais tarde que em outros países da América Latina. Vide R. Marsiske (Coord.). *Movimientos estudiantiles en la historia de América Latina*. Vol. II. México D.F.: UNAM, 1999. R. Marsiske (Coord.). *Movimientos estudiantiles en América Latina: Argentina, Perú, Cuba y México: 1918-1924*. México D.F.: Siglo XXI, 1989.

seriam a tônica dominante. Durante esse período, surgiram vários estudos sobre os movimentos estudantis, porém uma referência obrigatória são os trabalhos de Foracchi, que realiza um aporte fundamental para o estudo da participação dos estudantes em movimentos políticos no País, ao avaliar as transformações da sociedade brasileira e o perfil dos estudantes, rompendo os enfoques com base em comportamentos e valores, para analisá-los como categoria social.⁵¹

Somente em 1974, dez anos depois do golpe militar, e ainda no próprio regime, com as políticas de liberalização e de “distensão” de Geisel, reabre-se uma estrutura de oportunidades políticas mais favoráveis à rearticulação dos movimentos sociais, entre os quais os estudantis que viveriam um segundo ciclo de ações coletivas importantes. A partir de 1975, a tensão contínua entre os militares e as forças democratizantes gerou uma dinâmica de “concessões do regime e conquistas da sociedade”, em uma conjuntura de resistência e luta democrática que, de forma contrária à década anterior, possibilitou, de acordo com Nascimento,⁵² a articulação de ampla plataforma de luta pelas liberdades democráticas. Entre os vários autores que analisaram esse período, Albuquerque lança uma importante contribuição, aprofundando-se no tema da participação, por meio do caminho aberto por Foracchi e outros, indagando se o envolvimento no movimento estudantil contribui para a formação de uma consciência social duradoura. Combinando orientações teóricas oriundas do funcionalismo e do acionalismo, o autor privilegia uma abordagem “touraniana” com base na noção de projeto, contribuindo muito para traçar os sentidos da ação coletiva (incluindo, também, seus pressupostos). Para isso, Albuquerque considera o movimento estudantil como movimento social e a participação estudantil como resultado da elaboração de um projeto pessoal, no sentido de Touraine.⁵³

Em um terceiro momento, já na década de 1980, em um período de reconstrução institucional, viriam ainda o “Movimento pela Anistia” e as “Diretas Já”. Apesar de a atividade da sociedade civil permanecer forte, o cenário que emergia com o governo civil de Sarney até o *impeachment* de Collor de Mello estaria mais baseado na negociação que no conflito, em razão da saída formal dos militares do governo. Nesse período, as campanhas pela participação popular na Assembleia Constituinte tiveram grande impacto, mas, também, serviram para anunciar as dinâmicas futuras das lutas estudantis no País. De acordo com o estudo de Michiles sobre as emendas populares e a participação de organizações e movimentos sociais, os estudantes

⁵¹ M. Foracchi. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. M. Foracchi. Estudante y política en Brasil. In: Aldo Solari (Org.). *Estudiantes y política en América Latina*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1968. p.433-457.

⁵² M. P. Nascimento. "Lutas democráticas contra a ditadura". In: J. Ferreira.; D. Aarão Reis Filho (Org.) *Revolução e democracia (1964 -...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 321-353.

⁵³ J. G. Albuquerque. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

cinco emendas, mas somente uma conseguiu mais de cem mil assinaturas.⁵⁴ Isso poderia levar a uma dupla interpretação: o refluxo, em termos de impacto político, das lutas estudantis e uma institucionalização da ação coletiva estudantil que passava a gravitar em torno de entidades estudantis pré-constituídas, principalmente a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs).

Nesse sentido, na década de 1990, deve-se considerar, em um contexto mais amplo, a mudança nos marcos de ação coletiva dos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos, a aplicação de políticas neoliberais e a abertura a um processo de globalização que passa a considerar a educação como palavra-chave nos discursos de governos, atores privados e de instituições multilaterais, como o Banco Mundial, que fazem recomendações para a flexibilização e redução de gastos, incidindo nos rumos das reformas educativas (vide GOHN⁵⁵). Além disso, a universidade passa por um incessante processo de transformação, proliferando as instituições particulares “vendedoras de diploma”, a valorização do quantitativo, a tecnificação da atividade intelectual e uma perda da produção e do ambiente de formação crítica.

Essas não são questões secundárias para pensar sobre a desmobilização estudantil na década de 1990, em que os estudantes estiveram marcados pela apatia, limitados, em geral, a demandas internas e ao reporte de algumas questões por meio dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) e demais “instituições estudantis”. Vários autores, como Mische e Barbosa⁵⁶, chegam a considerar a aparição dos “caras pintadas” durante o processo de *impeachment* de Collor como a única manifestação juvenil que rompe com a apatia e o individualismo da geração “shopping center”. Esse poderia ser considerado um quarto ciclo de ação coletiva das lutas estudantis, ainda que devam lembrar que os “caras-pintadas” foram atores de uma mobilização mais ampla da sociedade civil.

4 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL VOLTA À CENA EM 2007 E 2008

4.1 - CONVERGÊNCIAS COM OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Depois da longa apatia da década de 1990, as ocupações de reitorias durante os anos 2007 e 2008 aparecem como a “nova cara visível” dos

⁵⁴ C. Michiles et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁵⁵ M.G Gohn. *Movimentos sociais e educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

⁵⁶ A. Mische. “De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, maio/ago., 1997, p.134-150. A. Mische. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton University Press, 2008 e A. Barbosa “A (des) articulação do Movimento Estudantil (décadas de 80 e 90)”. *Educação: teoria e prática*, v.10, n.18/19, p.5-14, 2002.

movimentos estudantis brasileiros. Além dos novos marcos de ação coletiva utilizados pelos estudantes, o recente ciclo de mobilização estudantil supõe um novo ponto de inflexão nas lutas estudantis brasileiras também no que se refere ao questionamento das dinâmicas organizativas e mobilizatórias das últimas duas décadas, a partir de uma maior horizontalidade da informação, da deliberação e da ausência de lideranças definidas. Em suma, ante a centralização, hierarquização e partidarização das lutas estudantis (expressadas, nas últimas duas décadas pelo controle político dessas lutas pelos centros e diretórios de estudantes, a maioria cooptados por partidos políticos), aparece um formato mais “movimentalista”, no qual prima-se por:

- Maior democratização da informação e da comunicação: os *blogs* foram utilizados pela primeira vez nas ações coletivas estudantis, durante as ocupações das reitorias, servindo não somente de ferramenta mais aberta e direta de comunicação, em razão de seu caráter mais interativo, mas também de via para a formação (como base para debates e “arquivo” de textos e documentos relevantes) e para a mobilização (para divulgar ações futuras e linhas a seguir);
- Maior horizontalidade na deliberação: maior protagonismo das assembleias em detrimento dos comitês fechados e órgãos de representação;
- Ausência de um líder definido: não há um líder responsável ou um porta-voz único nas recentes ocupações das reitorias, mas sim uma liderança difusa. Os estudantes alternavam-se nessa função. A falta de um interlocutor definido causou certo espanto nos poderes e meios mais tradicionais por não poderem apontar um responsável concreto ou encontrar uma figura-líder com quem negociar;
- Certo grau de imprevisibilidade: a ausência de uma organização centralizada e institucionalizada para decidir o teor dos debates, as ações coletivas a serem realizadas permitiram uma maior abertura nas tomadas de decisão relevantes e na definição das agendas.

Essas características dos movimentos estudantis brasileiros recentes, ao mesmo tempo em que chocam com as dinâmicas prévias das lutas estudantis, aproximam-nos das lutas de outros movimentos sociais, como os antiglobalização e outros latino-americanos, que emergem no século XXI. Isso nos leva a sugerir que os movimentos estudantis respondem a uma dinâmica cíclica, com certo grau de retroalimentação decorrente da atuação dos demais movimentos sociais.⁵⁷ Os

⁵⁷ Um excelente estudo recente que trata dessa retroalimentação entre a participação dos jovens em movimentos sociais contemporâneos, como o antiglobalização e as novas práticas dos movimentos estudantis no Brasil é a tese de doutoramento de Marcos Ribeiro Mesquita (M. Mesquita. *Identidade*,

mexicanos seriam os primeiros a apropriarem-se das novas tecnologias como ferramenta de mobilização e difusão, propagando essa prática entre os movimentos sociais que desde 1999, com os protestos contra a OMC, em Seattle, continuam aperfeiçoando seu uso. A horizontalidade na deliberação e a ausência de um líder definido também são características da maioria dos movimentos sociais latino-americanos que surgem nos últimos anos, desde os piqueteiros argentinos até os cocaleiros bolivianos, compartilhando, assim, um marco mais amplo de desconfiança dos jovens e do resto da população, ante as instituições, os partidos políticos e os políticos profissionais, e das dinâmicas organizacionais dos próprios movimentos sociais. No caso das recentes mobilizações estudantis no Brasil, apesar dessa tendência, várias foram as acusações – sobretudo dos meios de comunicação hegemônicos e de intelectuais que parecem não estar sintonizados com outras formas de fazer política – contra o aparelhamento do movimento estudantil. Como resposta, em várias ocupações, como a da USP, os estudantes optaram por publicar uma carta aberta argumentando a favor da autonomia do movimento em relação aos partidos políticos e sindicatos.⁵⁸ Daí a importância de uma reinterpretação das formas de militância da juventude no contexto atual (ver GROppo; FILHO; MACHADO⁵⁹). O Movimento Hip-Hop, do passe-livre, entre muitos outros, deve ser considerado na formação política e socialização dos jovens, influenciando a nova militância dos movimentos estudantis contemporâneos.

Sem incorrer no erro de mistificar as práticas e ações coletivas recentes dos movimentos estudantis brasileiros e abusar da criação de atores, sociedades e futuros (algo caro às gerações dos anos 1950, 1960 e 1970 e que deve ser aprendido),⁶⁰ essas

cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade. Tese (Doutorado em Psicologia Social), PUC-SP, São Paulo, 2006.). Para uma análise das características do movimento antiglobalização, vide Echart, López e Orozco (*Orígenes, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización*. Madrid: IUDC/Catarata, 2005.).

⁵⁸ Uma das várias ações simbólicas realizadas em algumas das ocupações, e que denotava essa preocupação em reafirmar o caráter autônomo do movimento, foi realizar uma “lista de chamada” dentro das ocupações: eram chamados vários nomes de estudantes participantes das ocupações; de vez em quando, o responsável da chamada lia o nome de algum dos partidos de esquerda, historicamente ligados ao movimento estudantil, e a resposta vinha em tom alto e uníssono: “ausente”. Ilustrações à parte, é importante dizer que essa tendência movimentalista não excluiu a participação de membros de partidos de esquerda, desde que não estivessem “representando” o partido, mas sim presentes a título individual.

⁵⁹ L. A. Groppo.; M. Z. Filho; O. L. Machado (Orgs.). *Movimentos estudantis na contemporaneidade*. Recife: Editora da UFPE, 2008.

⁶⁰ Isto não significa negligenciar a importância de recuperar a memória política dessas lutas, mas pelo contrário pensar os sentidos sobre o passado que circulam socialmente, assim como, por exemplo, as ressignificações que os diferentes contextos e gerações encontram num mesmo episódio (Jelin, 2002). Um interessante artigo sobre os diferentes significados que as gerações posteriores de estudantes atribuíram à figura de Edson Luis pode ser encontrado em V. Langland. ‘Neste luto começa a luta’: la muerte de estudiantes y la memoria. In: Elizabeth Jelin; D. Sempol (Comps.) *El pasado en el futuro: los movimientos juveniles*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006. p. 21-64.

ocupações, manifestações, greves e dinâmicas organizacionais apontaram para certa radicalização ideológica, num espectro mais afim aos demais movimentos sociais brasileiros do que aos partidos políticos de centro-esquerda, como vinha sendo habitual. De fato, o recurso da ocupação como ação coletiva estratégica é outro rasgo convergente com os movimentos sociais contemporâneos, pois se trata de ação muito difundida entre os movimentos sociais brasileiros, sejam urbanos ou rurais, e cujo caso mais paradigmático talvez continue sendo os acampamentos do MST. Contudo, em termos de alcance, trata-se de uma radicalização ideológica que dista bastante daquela da década de 1960, não estando vinculada à luta contra a autoridade e pela liberdade ou tendo como objetivo central a mudança da sociedade, mas antes está centrada na mudança do funcionamento e função da universidade.

4.2 - BREVE CARTOGRAFIA DAS LUTAS ESTUDANTIS RECENTES

Os números são significativos: durante os anos 2007 e 2008, pelo menos 30 universidades públicas de todas as regiões do País assistiram à ocupação de suas respectivas reitorias pelos estudantes e/ou protestos e paralisações de considerável intensidade.⁶¹ A territorialização da ocupação das reitorias como principal forma de contestar as políticas vigentes, as reformas por vir, as gestões nefastas de muitas universidades e de explicitar as demandas dos estudantes e o conflito, dão um lugar de destaque – e de certa forma novo – a essa ação coletiva no seio do movimento estudantil brasileiro. Deslocam-se assim, ainda que sem substituí-las, as greves como ação coletiva “clássica” das lutas estudantis brasileiras. Em alguns casos, como na longa paralisação de 86 dias em 2007 na Universidade Federal de Sergipe (UFS), a greve continuou sendo o recurso mais utilizado, porém a tendência geral foi uma coexistência das duas estratégias. Por outro lado, é importante destacar que a irradiação dessas ações coletivas não respondeu exclusivamente à convocação de associações, centrais ou comitês de estudantes previamente constituídos, mas, conforme destacado, se deve a um processo em que se primou pela conformação de novas assembleias mais horizontais e a ausência de uma liderança estudantil marcada, dando lugar, inclusive, ao questionamento da hierarquização, burocratização e centralização da organização estudantil no Brasil.

⁶¹ Houve ocupações de reitorias e outras ações coletivas como manifestações, greves e paralisações em universidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Rondônia, Mato Grosso e Goiás. Para uma análise mais detalhada das reitorias ocupadas e protestos, vide B. Bringel “Ação coletiva e autonomia no movimento estudantil brasileiro: rupturas e sentidos das ocupações das reitorias em 2007”. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL EDUCACAO, GLOBALIZACAO E CIDADANIA. *Research Committee on Sociology of Education*, Associação Internacional de Sociologia, João Pessoa, fev. 2008.

O primeiro caso de ocupação de uma reitoria pelo movimento estudantil durante 2007 deu-se em março na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Naquele momento, a reivindicação estava vinculada a uma demanda interna (reforma, melhoria e ampliação da residência universitária, em Barão Geraldo). Ainda no âmbito da moradia, a Universidade de Brasília (Unb) viveu um episódio violento, quando, no final de março, a ala da Casa do Estudante Universitário onde residiam estudantes africanos foi incendiada, em um ato que aponta indícios de racismo. Contudo, a ocupação que repercutiria com maior intensidade no período inicial de fluxo das ocupações foi a da USP, em razão da sua longa duração, do porte da universidade, da midiaticização do processo e da estruturação e organização da ocupação. No dia 3 de maio de 2007, após assembleia, alunos da USP dirigiram-se ao prédio da reitoria para entregar uma carta com reivindicações à reitora Suely Vilela. Diante da ausência da reitora (e de diálogo), os estudantes decidiram ocupar a reitoria. Os decretos do governador José Serra que, de acordo com os estudantes, feriam a autonomia universitária e seriam responsáveis por acentuar o conflito, desencadeando várias mobilizações, greves (não só de alunos, mas também de servidores e professores, como as iniciadas no dia 23 de maio na USP e em algumas faculdades da Unicamp) e também a ocupação de outras reitorias no Estado de São Paulo, tais como a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A esses “ataques” locais/regionais às universidades públicas somar-se-ia, posteriormente, um fato de dimensão nacional que seria o catalisador de mobilizações em todo o País: o lançamento, em 24 de abril de 2007, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que contém cerca de quatro dezenas de medidas, entre os quais o Decreto n. 6.096 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI),⁶² que, mesmo sendo uma medida federal, foi definida como de adesão voluntária de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), por decisão do respectivo Conselho Universitário. Daí a pressão “local” dos estudantes nos conselhos de suas próprias universidades.

A reitoria da USP seria desocupada no dia 22 de junho, mas muitas outras reitorias seguiram sendo ocupadas pelos movimentos estudantis, que utilizaram como bandeira comum de luta a defesa de uma universidade pública de qualidade. A crítica ao REUNI foi o principal eixo articulador das demandas, recebendo, de modo geral, as seguintes críticas: escassez ou ausência de diálogo no processo de elaboração (caráter antidemocrático); atentado contra a autonomia universitária (a eventual liberação de recursos estaria condicionada ao atendimento das diretrizes e metas

⁶² Em agosto de 2007, o Grupo Assessor nomeado pela Portaria n. 552 SESU/MEC, de 25 de junho de 2007, apresentou o documento de Diretrizes Gerais do REUNI, que define os parâmetros de cálculo das metas globais e dá orientação para a elaboração dos projetos.

estabelecidas pelo REUNI); ataque contra a democracia interna das instituições(exigência de novas estratégias e cronogramas) e seu caráter público (expansão das possibilidades de introdução do setor privado, especialmente o de cunho mais mercantil, com possíveis reflexos inclusive nas linhas de pesquisa); preocupação com números e metas, e não com a qualidade do ensino; ampliação do acesso à universidade sem o correspondente aumento dos investimentos feitos pelo Estado; REUNI como forma encontrada pelo MEC de viabilizar o projeto de “Universidade Nova” (este argumento foi muito utilizado na ocupação da UFBA, pois o dito projeto foi arquitetado por Naomar Almeida Filho, reitor dessa instituição).

No entanto, apesar de o REUNI ter sido o fio condutor que conectava as diferentes ocupações, as distintas realidades regionais e locais também marcavam sua própria agenda: por exemplo, no Maranhão, o movimento estudantil assumiu também a luta contra a privatização dos espaços internos da universidade; em Santa Catarina, a aliança tática do movimento estudantil com outros movimentos sociais para determinadas ações deram lugar a ações conjuntas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); em várias universidades, a luta pelo passe livre viu-se fortalecida pelas ocupações das reitorias, havendo numerosas manifestações em todo o Brasil no dia 26 de outubro; na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), houve um conflito dentro do movimento estudantil entre aqueles que apoiavam a ocupação e criticavam o REUNI e o próprio DCE que defendia o plano de reestruturação do governo Lula, entre muitas outras particularidades dos conflitos no âmbito local. Em um momento posterior, já no ano 2008, as denúncias de corrupção e malversação de fundos públicos levaram a mais mobilizações dos estudantes, que acabaram com a destituição de dois reitores, na Unb e na UNIFESP. De certa forma, poder-se-ia dizer que a irradiação das ações coletivas estudantis, durante os anos de 2007 e 2008, levou tanto à contestação das políticas educativas, interpelando as autoridades universitárias e governamentais, em um sentido exógeno, quanto à contestação de dinâmicas internas, formas organizativas e de mobilização existentes para “defender os interesses dos estudantes”. Os estudantes participantes dessas mobilizações, muitos deles sem histórico militante prévio, tomaram a política pelas próprias mãos, negando a intervenção de representantes estudantis. Apesar da redundância e da ênfase, talvez exageradas, dessas práticas de contestação, “o movimento” se transforma novamente em “movimentos”, com uma grande heterogeneidade e formas de fazer política.

5 - BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como brevíssima nota final, destaca-se que não é possível chegar a conclusões sobre se essas novas dinâmicas internas e externas dos movimentos estudantis brasileiros supõem uma verdadeira mudança que se prolongará no tempo. Provavelmente não. As rupturas mencionadas são tendências que respondem a um

processo de geometria variável, aberto e contraditório, motivo pelo qual não são permanentes, podendo haver aprofundamentos ou retrocessos, pois, como afirma

Martins Filho,⁶³ é impossível conferir ao movimento estudantil um caráter invariável e imutável. Nesse sentido, ao tratar-se de “tendências”, deve-se interpretá-las como tais, como uma propensão ou inclinação que se orienta em determinada direção, sendo imprescindível considerar os pontos de tensões existentes, que podem encaminhar essa evolução em um ou outro objetivo. As dinâmicas cíclicas das ações coletivas estudantis, em consonância com as lutas de outros movimentos sociais, serão as responsáveis por imprimir maior sentido de longo prazo para o caráter atual da contestação estudantil que, no curto prazo, pelo menos, dá lucidez a um contexto de hegemonia da educação superior como negócio, de metamorfoses das universidades e de transição do pensamento crítico.

⁶³ J. R. Martins Filho. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

O REORDENAMENTO DE VALORES E DA POLÍTICA: A AÇÃO DE INDIVÍDUOS JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE

Silvio César Oliveira Benevides⁶⁴

O presente trabalho resulta de uma pesquisa sobre a participação política de jovens no contexto histórico contemporâneo e amplia a gama de critérios de análise, indo além daqueles habitualmente examinados pelo campo dos estudos políticos. Seguindo uma linha de estudo que entende a política como presente e disseminada em espaços múltiplos, as premissas desse artigo se aproximam da argumentação de Beck sobre a politização da sociedade civil.⁶⁵ Nessa linha, buscou-se observar como os atores jovens percebem as motivações que os impulsionam a agir como atores politizados em novos espaços de participação.

O pressuposto central desta pesquisa se fundamenta na ideia de que a cena política no contexto sócio-histórico contemporâneo alargou-se sobremaneira devido à emergência de novos espaços de participação, de novos atores, assim como de uma agenda política diversificada. Tal agenda engloba temas que há muito ocupam as pautas de discussões políticas e também temas novos, surgidos nas últimas décadas, tais como: a defesa do meio ambiente, as ameaças de doenças epidêmicas, a garantia e ampliação dos direitos humanos, especialmente para as minorias sociais, as questões de gênero e raça, entre tantos outros considerados como os temas do presente no futuro.

O tema da presente pesquisa é uma contribuição para o entendimento de como a participação política dos sujeitos sociais hoje tem ampliado as dimensões de cultura política por trazer à tona novos modos de agir e pensar frente aos problemas que são

postos nas conjunturas atuais marcadas por lutas por democratização da sociedade e pela ampliação da cena política. A ação social – individual e coletiva – é orientada para o alargamento dos espaços alternativos onde a democracia pode se tornar um campo dinâmico de ação contínua. Procura-se, então, conhecer o alcance deste tipo de ação social a partir da atuação de atores jovens em organizações situadas fora dos espaços tradicionais de participação. O presente estudo se desenvolveu por meio de

⁶⁴ Doutor em Ciências Sociais e Professor Adjunto do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

⁶⁵ Ulrich Beck. “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In: Anthony Giddens; Ulrich Beck; Scott Lash. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

entrevistas semi-estruturadas voltadas para o entendimento da atuação voluntária ou remunerada de indivíduos jovens em Organizações Não-Governamentais (ONGs) de Salvador que reúnem características semelhantes àquelas classificadas por Gohn como militantes, isto é, aquelas que buscam, de alguma maneira, influenciar questões pertinentes a fatores econômicos, políticos, civis, ambientais, de direitos das minorias e direitos difusos, entre outros.⁶⁶

No contexto da globalização, os indivíduos jovens costumam ter suas vidas condicionadas por três fatores básicos: o desemprego, que gera exclusão econômica; o narcotráfico, que expõe milhares de jovens, especialmente os de baixa renda, a um alto grau de risco e violência; e a indústria cultural, cuja influência, de acordo com Domingues⁶⁷, tende a padronizar comportamentos, homogeneizando atitudes e estilos de vida, do mesmo modo que reprime o poder da imaginação, da representação e a espontaneidade. É nessa conjuntura que, em contraste, formas alternativas ou mesmo inovadoras de participação juvenil têm sido engendradas. Suas principais características são: a novidade dos motivos da mobilização; a ênfase na ação imediata; a participação direta do indivíduo na organização ou movimento social; e a importância dada à horizontalidade do poder e das formas de participação nos processos de ação e coordenação, conforme enfatiza Serna.⁶⁸

Os motivos que levam à mobilização e à participação de atores jovens no contexto atual, diferentemente de décadas passadas, não se propõem a defender ou apoiar meras utopias vinculadas ou mesmo relacionadas somente à oposição entre capital e trabalho. Hoje, os indivíduos jovens têm se mobilizado em torno de inúmeras lutas e abraçado múltiplas novas causas, seja em grupos ou redes, a exemplo da defesa do meio ambiente, da livre expressão sexual, dos direitos humanos como direitos de todos – inclusive, na luta contra a pobreza –, da diversidade cultural e das minorias étnicas ou sociais.

Também as prioridades situadas no tempo e no lugar sofreram modificações, uma vez que já não se espera mais que as soluções dos problemas sociais ocorram no futuro e em macro escalas, conforme sustentam (e sustentaram) as teorias revolucionárias clássicas. De acordo com Serna (ibidem), os indivíduos jovens hoje desejam mudanças aqui e agora, decorrentes de uma ação imediata. Nesse sentido,

⁶⁶Maria da Glória Gohn. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁶⁷José Maurício Domingues. *Interpretando a modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

⁶⁸Leslie Serna. "Globalización y participación juvenil: En búsqueda de elementos para la reflexión". In: *Revista Jovenes*. México, D.F. Ano 2, n.5, p.22-23, jul.-dez. 1998.



afirma a autora, os indivíduos jovens buscam a efetividade imediata de seu envolvimento, pois seus projetos, ainda que com repercussão no futuro, se relacionam com sistemas claramente estruturados e afetados pela ação no presente. Ademais, são norteados por uma ética que perpassa todo tipo de relação, seja com a natureza, seja entre os indivíduos, ou ainda entre os gêneros ou com os próprios corpos.

Outro fator relevante que caracteriza a participação de atores jovens no contexto atual é o fato de haver pouca disposição para atuar em organizações com estruturas de poder e organização verticalizadas, caracterizadas por um aparato burocrático de maior rigor, a exemplo dos partidos políticos, associações de classe, entidades estudantis, entre outras. Hoje, os indivíduos jovens têm buscado integrar organizações de estruturas horizontalizadas, dotadas de um aparato burocrático mais flexível, que permitem aos militantes ou afiliados maior autonomia individual. Diferentes das formas tradicionais de organização da política, as de modelo horizontal, a exemplo das ONGs que lutam por uma nova política, as organizações de estruturas horizontalizadas colocam-se como facilitadoras das transformações sociais e não como centralizadoras. Assim, definem identidades que promovem espaços democráticos de vinculação, pois, para evitar a homogeneização por grupos particulares, instituem coordenações descentralizadas que, de modo algum, podem assumir a representação em nome de todos os componentes. Em tais espaços, a participação e a organização dos atores acontecem de forma mais direta em diferentes intensidades, que vão desde a assistência a uma manifestação até à integração em redes.

O fundamental, entretanto, é compreender que a participação mais direta dos indivíduos jovens hoje tem como principal característica a pluralidade dos conteúdos e das formas de atuar. No presente contexto da globalização, a utopia consiste em encontrar os vínculos entre o particular e o universal e, dessa maneira, construir um mundo melhor para todos, com mais igualdade e por meio de recursos distribuídos de forma mais equânime. Assim, os indivíduos jovens de hoje estão a contribuir para a redefinição do campo do político com práticas e valores inovadores, além de modos de atuar que exigem um engajamento mais cotidiano, através do qual reconstroem as culturas políticas.

A valorização da ética como elemento fundamental de geração de confiança nas instituições, conforme apontaram os entrevistados nessa pesquisa, corrobora a ideia

de Ribeiro,⁶⁹ no que tange ao sentimento de indignação como um fator essencial para introduzir novos e importantes valores na esfera da ação política. A motivação para a ação política no contexto atual advém, justamente, dos movimentos e ações sociais orientados por uma indignação moral em relação a aquilo que não é eticamente defensável. Essa atitude frente ao mundo pode, inclusive, segundo o autor, reverter o atual quadro de desconfiança e desmoralização generalizada da qual a política profissional, no âmbito dos partidos e dos parlamentos, costuma ser alvo constante de crítica. É exatamente nesse aspecto que se encontra um dos grandes paradoxos da política hoje.

Pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que tem ocorrido uma expansão da democracia, esta também tem sido cada vez mais alvo de críticas profundas, especialmente no que tange às instâncias democráticas de representação, assim como os valores da democracia liberal. Tais instâncias têm esvaziado o sentido da representação e não têm correspondido às demandas sociais, provocando uma crise de confiabilidade. Para Giddens,⁷⁰ no mundo contemporâneo, não há mais a mesma disposição de antes em relação ao exercício do poder político baseado em autoridade centralizada ou em atitudes que não privilegiem a dignidade da pessoa humana. Entretanto, o desenvolvimento dos sistemas de comunicação produziu cidadãos mais conscientes e exigentes a ponto de a sociedade civil exercer um controle maior sobre as resoluções do Estado-Nação, conforme afirma Kaldor.⁷¹ Em relação à percepção da democracia atualmente, por exemplo, as respostas dadas pelos entrevistados não diferem muito das considerações de Giddens e Kaldor.

Para opinar sobre o sentido da democracia hoje, os entrevistados se posicionaram em relação a nove enunciados da seguinte maneira. No que tange à ideia de a democracia significar “a participação individual nas diferentes esferas da vida social”, a maioria dos entrevistados (66,7%) disse concordar. Também a maioria (91,7%) concordou com o seguinte enunciado: “democracia é a combinação entre escolhas pessoais, valores e participação política”. Já sobre “democracia é a participação por meio de relações sociais coletivas organizadas”, a concordância foi total. De fato, como diz Giddens (ibidem), o contexto histórico contemporâneo possibilitou a expansão da democracia, sobretudo, na América Latina e no Leste Europeu, lugares que, durante a década de 1980, viram seus

⁶⁹ Renato Janine Ribeiro. “Política e juventude: o que fica da energia”. In: *Juventude e Sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁷⁰ Anthony Giddens. *Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

⁷¹ KALDOR, Mary. “The idea of global civil society”. In: *Internacional Affairs*. The Royal Institute of International Affairs. Blackwell Publishing: London, v.79, n.3, p.893-593, may 2003.

regimes ditatoriais e/ou totalitários se desestruturarem por completo, principalmente após a queda do muro de Berlim, em 1989. A década posterior foi marcada por um processo de abertura de novos canais de interlocução entre a sociedade civil e o Estado nesses países; por conseguinte, houve uma intensa organização da sociedade civil nesses anos. A grande novidade diz respeito à centralidade das ONGs nos espaços cujas demandas sociais (materiais ou simbólicas) vieram a se articular, conforme argumentam Teixeira e Gohn.⁷² Em acordo com o contexto no qual estão inseridos, 95,8% dos entrevistados disseram concordar com a assertiva de que “a participação política dos indivíduos é fundamental para o desenvolvimento das instituições democráticas”. Inversamente, a maioria (91,6%) discordou da proposição de que a democracia significa viver a individualidade sem restrições. Do mesmo modo, a maioria (87,5%) rejeitou a assertiva de que a “democracia é a realização dos interesses individuais, sem restrições”. Um dos entrevistados afirmou: “Quando se parte para o coletivo já se resolve o individual”. Igual número de entrevistados (87,5%) concordou com a ideia de que a “democracia é a convivência na coletividade dentro das normas estabelecidas pela sociedade”.

Por outro lado, o aumento de uma consciência cidadã, mais forte e atuante, produziu também um significativo descontentamento em relação aos regimes democráticos, mesmo aqueles há muito estabelecidos, pois a política parlamentar ortodoxa tem se revelado incapaz de atender a contento as exigências geradas pelas mudanças que atingem impetuosamente a vida das pessoas, de acordo com Giddens (*ibidem*). Mais uma vez, as respostas obtidas se aproximam dessa compreensão. Para 54,2% dos entrevistados, “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”. Quatro disseram ser indiferentes a essa questão e sete disseram discordar. Um dos que discordou ressaltou que “a democracia tem seus limites, mas hoje não há outra forma melhor experimentada para se viver em coletividade”. Já em relação a uma ditadura política, em algumas circunstâncias, demonstrou-se ser melhor do que um regime democrático, 25% deles disseram concordar com essa afirmação. Quatro alegaram ser indiferentes à questão, ao passo que 58,4% a rechaçaram completamente. Entre aqueles que concordaram, uma entrevistada fez questão de enfatizar que ela se referia não a uma ditadura “do ponto de vista militar, mas sim à ditadura do proletariado”. O entrevistado que se disse indiferente a essa questão declarou ser difícil posicionar-se frente a esse assunto, pois como nunca viveu uma ditadura de fato, não podia garantir que, em algumas circunstâncias, esse tipo de regime pode ser

⁷² Ana Cláudia Chaves Teixeira. “A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade”. In: Evelina Dagnino (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002 e Maria da Glória Gohn. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

melhor que a democracia. Como se vê, as opiniões obtidas parecem corroborar a percepção de Giddens sobre o descontentamento político frente aos regimes

democráticos atuais.

Contudo, a acentuada desconfiança nos políticos e o descontentamento nos processos democráticos ortodoxos não implicam, necessariamente, diz Giddens (ibidem), na falta de confiança nos processos democráticos como um todo. Muito pelo contrário, como se viu acima. Segundo o autor, hoje, há um interesse maior na política do que havia em outras épocas, o que vale, também, para os indivíduos jovens. Entre os entrevistados, essa postura apareceu com bastante força.

Dos entrevistados, 87,5% alegaram concordar com a ideia de a política ser muito importante para a solução dos problemas sociais. Já 95,8% disseram discordar com a proposição de que “a política não tem nenhuma importância para a sociedade”. Um entrevistado fez questão de frisar que “a política é o principal instrumento das sociedades modernas, pois permite discutir, confrontar opiniões. Ela move o mundo”. Outra depoente disse não haver nada fora da política: “Parafraseando Lênin, fora da política e do poder tudo é ilusão. Debater o poder significa fazer política”. Para outro, a política e a participação podem ser definidas nos seguintes termos:

A política não é o único valor que norteia nossa vida ou a sociedade, também há a ética e a moral. Ela está presente no nosso cotidiano, mas não deve ser totalizadora, embora interfira em tudo, até nas relações mais íntimas. Ética, política e estética trabalham em conjunto. Já a participação significa trabalho coletivo. Sair da esfera meramente individual para a coletiva, porque política se trata de convencimento. Quando a sociedade se organiza ela está com vivacidade. Ninguém é despolitizado. O que ocorre é que se diferenciam as concepções de política.

Em relação à ideia de que “a melhor maneira de se resolver os problemas sociais de um país é a atuação de um líder forte que se sobreponha aos demais atores sociais”, todos os entrevistados discordaram. Esse posicionamento está em total consonância com o que Giddens (ibidem) diz em relação ao fato de no mundo contemporâneo não haver mais a mesma disposição de antes para se aceitar o exercício do poder político originado em um comando personalista ou autoritário. Ao contrário disso, todos os entrevistados concordaram que “a melhor maneira de se solucionar os problemas sociais de um país é estimular a participação da população nas decisões governamentais”.

Como é possível perceber, embora os sistemas políticos democráticos atuais estejam a enfrentar uma crise de legitimidade, segundo afirma Touraine,⁷³ tanto a política quanto as formas associativas de participação continuam a ter significativa importância no mundo de hoje e os dados dos depoentes revelam exatamente isso. Para todos eles, participar politicamente é fundamental, sobretudo nas decisões governamentais, como já foi dito, e esta participação não se restringe tão somente ao processo eleitoral. Pelo contrário, todos os entrevistados discordaram da proposição que afirma que “a participação política dos indivíduos se restringe à sua participação no processo eleitoral”. De acordo com um deles, a “política é a possibilidade que se tem de alterar e transformar a dinâmica social. Por isso, a participação é essencial para o processo de transformação da sociedade e ela ocorre independente de filiação partidária ou de militância”.

Do mesmo modo, todos discordaram da afirmação de que “a participação política dos indivíduos se restringe à sua participação nas instituições tradicionalmente concebidas como políticas (Estado, partidos, estruturas de representação política)”. Um dos entrevistados posicionou-se sobre a questão nos seguintes termos: “a política partidária não é importante, mas sim a política do dia-a-dia na comunidade”. Outra argumentou da seguinte maneira: “todas as relações humanas são relações que envolvem política. Incomodar-se com as coisas, discutir, refletir, decidir, tudo isso é política”. Seguindo esse mesmo raciocínio, um entrevistado afirmou que “a política permeia toda forma de relação social. Está presente no nosso dia-a-dia e é impossível fugir dela”. No que diz respeito à assertiva que afirma ser possível ocorrer participação política fora das instituições tradicionalmente concebidas como políticas, a concordância foi unânime. Por exemplo: “política é a arte de negociar, que envolve interesses diferentes. Se faz cotidianamente nas nossas relações”, conforme enfatizou um entrevistado.

Também o Estado não parece ter perdido de todo a sua centralidade, mesmo tendo reformulado seu papel assim como sua relação com a sociedade civil organizada por conta dos impactos promovidos pela globalização; esta tem uma dinâmica que impõe o enfrentamento dos problemas de ordem social, política e ambiental, além das suas fronteiras territoriais, de acordo com Vieira.⁷⁴ Na opinião de 62,5% dos entrevistados, o Estado continua tendo uma importância ímpar,

⁷³Alain Touraine; Farhad Khosrokhavar. *A busca de si: diálogos sobre o sujeito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

⁷⁴Liszt Vieira. “Sociedade civil e espaço global”. In: *São Paulo em perspectiva*, v.10, n.4, Out-Dez 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v10n04/v10n04_12.pdf>. Acesso em: 17/11/2008.

pois “os problemas sociais de um país só podem ser superados por meio do diálogo e da negociação dos diferentes interesses da sociedade arbitrados pelas instituições do Estado”. Essa ideia vai de encontro às perspectivas que sustentam que os Estados nacionais na globalização tiveram suas capacidades centrais profundamente transformadas a ponto de se tornarem meramente residuais. Ao contrário, a maior parte dos entrevistados, como dito, considera que o Estado continua a ser a principal arena na qual ocorrem constantes embates entre os diferentes grupos sociais que defendem interesses muito diversos e, por vezes, inconciliáveis entre si. Também é nessa arena estatal que são legitimadas as conquistas políticas empreendidas pelos múltiplos sujeitos e atores organizados em movimentos sociais ou qualquer outro tipo de forma organizativa. Sendo assim, segundo Bartelson,⁷⁵ o Estado permanece sendo o suporte e a arena principal que dá continuidade às instituições que refletem os fenômenos sociais. Sendo assim, o Estado não está tão fragilizado ou suas funções não são meramente residuais como cogitam algumas análises sobre o fenômeno da globalização.

Entretanto, alguns entrevistados ficaram indecisos quanto ao Estado no mundo contemporâneo, isso sugere que a questão do papel do Estado na política e seu papel como arena nas questões de regulação, distribuição e justiça é ainda relevante. Nesse sentido, defender ou criticar a importância do Estado em relação às lutas políticas contemporâneas é um eixo fundamental da análise dos fenômenos sociais. De fato, sobre a persistente relevância do Estado como instituição política e como agência da política na modernidade avançada, vale considerar que, de acordo com Laniado,⁷⁶ apesar de a política não ser mais uma prerrogativa exclusiva do Estado, este continua a desempenhar um papel central no que tange à organização da vida social na esfera pública e ao ordenamento das instituições. O Estado é o principal ente com poder suficiente para articular reconhecimento e distribuição no âmbito da justiça social. É, também, a partir do Estado que se pode erigir a base institucional e normativa necessária para a produção de solidariedade no seio da sociedade civil, assim como para ajustar as

demandas por bem-estar social com as exigências de uma economia de mercado, conforme analisa Laniado.

Ademais, sob a ótica da expansão global capitalista, vale lembrar que são os Estados que continuam a autorizar e legitimar importantes aspectos do processo de globalização e também da soberania. Portanto, lembra-nos Bartelson (ibidem), estes permanecem como fonte de origem e continuidade desse fenômeno de

⁷⁵Jens Bartelson. “Three concepts of Globalization”. In: *Journal of the International Sociological Association*. v.15, n. 02, p.180-196, jun/2000.

⁷⁶Ruthy Nadia Laniado. “As fronteiras da política democrática: a justiça social e as diferentes escalas da ação coletiva participativa”. In: Paulo Henrique Martins; Aécio Matos; Breno Fontes (Orgs.). *Limites da democracia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2008.

interação internacional e, do mesmo modo, continuam a ser o repositório jurídico da soberania nacional, assevera Arato.⁷⁷

Diferentemente do que afirma o senso comum cotidiano, a juventude atual não é uma categoria social alienada e descontente. Algumas ideias contrárias a esse pensamento podem ser observadas a partir da opinião dos entrevistados sobre a liberdade. Ao serem indagados a esse respeito, eles responderam nos seguintes termos.

54,2% dos entrevistados não concordaram com a assertiva que sustenta a ideia de que “as liberdades individuais estão em primeiro lugar, uma vez que a liberdade do indivíduo não depende dos outros”. Um deles justificou sua discordância da seguinte maneira: “o ser humano é um ser político, que vive numa coletividade, por isso ele tem de viver em constante negociação, inclusive no que diz respeito à sua liberdade individual”. Para uma entrevistada, as liberdades individuais são um dos fundamentos mais importantes para a constituição das sociedades e dos movimentos sociais contemporâneos e, por essa razão, elas devem ser garantidas para todos. Entretanto, segundo ela, a liberdade, mesmo a individual, apresenta um marco coletivo.

Igual número de entrevistados (54,2%) disse concordar com a ideia contida na assertiva “os direitos individuais devem estar subordinados aos coletivos”. Em relação à afirmação de que “os limites individuais devem ser entendidos como necessários para o bem coletivo”, esta foi objeto de concordância para 87,5% dos entrevistados. Já a ideia contida na assertiva de que o respeito ao próximo deve ser considerado tão importante quanto a individualidade, obteve a concordância da grande maioria dos entrevistados (95,8%).

Entretanto, ao se observar atentamente as respostas referentes às ideias acima, percebe-se que essa questão tem um outro lado. É possível notar que a diferença entre os que discordaram da primeira e da segunda assertiva e os que com elas concordaram não é tão expressiva quanto o é em relação às demais assertivas. Para 45,8% dos entrevistados, as liberdades individuais estão em primeiro lugar e não dependem dos outros. O mesmo número não concordou ou alegou nunca ter pensado no assunto referente a segunda assertiva (os direitos individuais devem estar subordinados aos coletivos). Um dos entrevistados chegou mesmo a enfatizar que “os direitos coletivos partem dos individuais”.

Essa percepção ambígua e, ao mesmo tempo, antagônica sobre liberdade individual, revelada a partir das reflexões enunciadas pelos entrevistados, chama a atenção para o fato de que o individualismo nas sociedades contemporâneas, conforme analisa Domingues (ibidem), não deve ser visto como algo uniforme ou singular, mas sim a

⁷⁷ Andrew Arato. “Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.27, a.10, p.18-27, fev. 1995.

partir de sua acepção mais ampla, pois é orientado por duas dimensões bastante significativas que estabelecem, de maneiras distintas, o elo entre a individualização e a subjetividade coletiva. De um lado, tem-se a dimensão associada ao atomismo produzido pelos mecanismos de desencaixes das formas tradicionais de identificação e interação social promovidas pela modernidade clássica, como classe, comunidade, trabalho e Estado-Nação. Tais formas estão sofrer uma profunda realocação e redistribuição de poderes, pois, na contemporaneidade, os indivíduos não mais se fixam de forma exclusiva em nenhuma das referidas categorias. De outro lado, o individualismo atual se vincula à autonomia decorrente, em parte, desses mecanismos de desencaixe, mas que exigem dos sujeitos uma atitude mais ativa frente aos desafios postos pelo mundo atual.

Enquanto a primeira dimensão depende daquilo que Domingues (ibidem) qualifica de abstrações reais previamente focalizadas, alimentando-as constantemente, a segunda se encontra intrinsecamente integrada ao caráter plural das sociedades contemporâneas. Esta pluralidade tornou-se mais visível por conta dos contínuos processos de desencaixes e também reencaixes ocorridos nas últimas décadas, especialmente a partir de 1968. Tampouco se deve deixar de considerar, como lembra Lafer,⁷⁸ que o individualismo integra a lógica da modernidade a qual percebe as liberdades individuais como a faculdade de autodeterminação de todo ser humano.

Os contínuos processos de desencaixes e reencaixes são responsáveis pelo que Domingues (ibidem) denomina de dialética da liberdade e da reflexividade. O autor chama a atenção para o fato de que mecanismos de desencaixe tornaram os indivíduos, a princípio, mais aptos para escolher uma moralidade e uma

identidade, assim como os padrões de relação social se tornaram mais fluidos. Contudo, esses mesmos mecanismos produziram, no mesmo movimento, um desamparo e um senso de desorientação com os quais muitos sujeitos, principalmente aqueles destituídos de poder, seja este de base econômica, política, social ou simbólica, não estão preparados para lidar. Devido à angústia e ao medo provocado por essa situação, muitos tendem a recorrer a fundamentalismos tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, o que pode vir a cancelar a própria liberdade que as originou. Dessa forma, se faz necessário que indivíduos (os cidadãos modernos) respondam reflexivamente às demandas da liberdade, a fim de promovê-la ainda mais e não anular o seu sentido.

Outro fator que chama a atenção diz respeito à afirmação “somente há liberdade em sociedades nas quais se combina distribuição material e reconhecimento das identidades/subjetividades”. 83,4% dos respondentes concordaram com essa

⁷⁸Celso Lafer. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

afirmação. A opinião deles está em consonância com o argumento de Fraser de que somente a partir da integração entre reconhecimento e redistribuição é possível se adequar a justiça e a democracia às demandas das sociedades contemporâneas.⁷⁹ Demandas estas produzidas no contexto pós-socialista, no qual a perda de centralidade da classe levou os atores a se organizarem em torno de reivindicações, ora sobrepostas ora conflitantes, por mudança cultural assim como por mudanças econômicas.

Do mesmo modo, 91,6% dos entrevistados se posicionaram em relação à seguinte assertiva: “somente há liberdade em sociedades nas quais as diferenças e especificidades culturais são toleradas e respeitadas”. Os dois respondentes que se posicionaram contrários à ideia fizeram questão de justificar suas escolhas. Para aquele que não concordou e para o que se mostrou indiferente, o problema se encontra exatamente na ideia de tolerância. Para um deles, as especificidades culturais assim como as diferenças que definem as singularidades dos indivíduos “não têm de ser toleradas, mas sim respeitadas”. Para o outro, porém, “há especificidades culturais que são questionáveis, a exemplo da mutilação genital de mulheres praticada por alguns povos”. É possível perceber nesta última opinião que a aceitação e o respeito pelas especificidades culturais somente podem ser defendidos se não contrariarem princípios mais universais, a exemplo do reconhecimento da dignidade humana como um direito humano básico que garante proteção à vida e integridade física, à liberdade e à segurança pessoal, a fim de que ninguém seja submetido a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme descrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Em relação à assertiva “há liberdade somente em sociedades onde se experimenta e predomina a igualdade material e de tratamento institucional”, as opiniões dos entrevistados se dividiram. Metade disse concordar, enquanto a outra metade discordou ou alegou ser indiferente à questão. Essa divisão permite inferir, entre outras coisas, que a equidade, tão valorizada no contexto histórico contemporâneo, para a qual iguais devem ser tratados de maneira igual e desiguais desigualmente, não é um princípio totalmente aceito, ao menos não entre os entrevistados desta pesquisa. Tal princípio também se defrontou com paradoxos, sobretudo quando os indivíduos aqui pesquisados se posicionaram frente à questão da aplicação das leis e da justiça social.

Ao se considerar as assertivas “somente há justiça social se a aplicação das leis for igual para todos, sem diferenciação” e “para haver justiça social, as leis têm de levar em conta situações individuais [econômicas, sociais e culturais]”, percebe-se um paradoxo. Mais da metade dos entrevistados disse concordar com

⁷⁹Nancy Fraser. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: Jessé Souza (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UNB, 2001.

ambas. Isso pode ser em parte explicado, tomando-se por base o próprio contexto histórico no qual esses indivíduos estão inseridos. Conforme mencionado, uma das principais características da política contemporânea é o alto grau de ambivalência que perpassa todas as experiências humanas e as opções delas resultantes, seja em relação a identidades e projetos de vida, seja em relação a valores, ideias e ideais. Tampouco se deve estranhar o fato de o princípio da equidade estar também marcado, segundo Domingues (ibidem), por uma significativa ambivalência ou paradoxo. De um lado, afirma o autor, tal princípio pode ser interpretado como um refinamento da justiça. De outro, pode seguir um rumo de veras conservador e servir apenas para preservar desigualdades sociais amplas, pois admite como legítimos padrões já estabelecidos. Nesse sentido, diz Fraser (ibidem), tal princípio pode ser bastante prejudicial tanto para a construção da cidadania, quanto para a superação das injustiças sociais, sejam estas de origem econômica, enraizadas na estrutura político-econômica da sociedade; sejam de origem cultural-simbólica, fixadas nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação social. Sendo assim, uma entrevistada que optou por marcar a alternativa do meio, ou seja, “indiferente”, enfatizou que precisaria pensar melhor sobre a primeira assertiva, já que não tinha uma opinião totalmente formada a esse respeito, o que foi confirmado quando ela concordou com a segunda assertiva. Na sua apreciação, marcada segundo ela mesma por grandes dúvidas, “às vezes a justiça tem que ser igual com os desiguais”. Como se pode perceber, o princípio da equidade está longe de ser unanimidade, devido aos inúmeros aspectos da vida social ao qual se aplica.

Para Fraser (ibidem), a vida política atual, um contexto histórico denominado pela autora de pós-socialista, caracteriza-se, como já mencionado, pela perda de centralidade da classe social como norteadora das ações empreendidas pelos sujeitos políticos, o que levou os diversos atores sociais a se organizarem em torno de reivindicações voltadas para o combate às injustiças. Estas reivindicações tanto podem ser de caráter socioeconômico, oriundas da estrutura político-econômica da sociedade – a exemplo da exploração do trabalho, da marginalização econômica que obriga muitos trabalhadores a desempenharem funções em trabalhos indesejáveis ou de baixa remuneração e, em especial, a informalidade e o trabalho ilegal –, como relativas à privação, quando não se tem acesso a um padrão material mínimo necessário à sobrevivência.

As reivindicações também podem ser de origem cultural ou simbólica, a exemplo da dominação cultural, ao não-reconhecimento ou falso reconhecimento, como também ao desrespeito. Ainda que diferentes entre si, estas modalidades de injustiça perpassam os diversos âmbitos da vida social contemporânea, pois dão origem a processos e práticas aos quais se fixam, sistematicamente prejudicando uns em benefício de outros. Injustiça econômica e cultural, portanto, não são vividas como esferas separadas, e estão, isto sim, dialeticamente imbricadas, reforçando-se mutuamente.

O caminho da luta política para superar injustiças econômicas e culturais está na perseguição de dois tipos de diretrizes e lutas que Fraser (ibidem) denomina de forma abrangente de redistribuição e reconhecimento. A redistribuição visa combater a injustiça de base econômica. Refere-se, segundo a autora, à reestruturação político-econômica da sociedade, seja no que concerne à redistribuição de renda, reorganização da divisão social do trabalho, à sujeição dos investimentos públicos a tomadas de decisão mais democráticas ou à transformação de estruturas econômicas básicas.

O segundo caminho das lutas é o reconhecimento, diz respeito à reavaliação positiva de identidades desrespeitadas e de produtos culturais oriundos de grupos marginalizados, assim como o reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural existente nas sociedades, principalmente as industriais. Visa, ainda, transformar radicalmente os padrões sociais gerais de representação, interpretação e comunicação, de modo a alterar todas as percepções entre individualidade e identidades.

Ao considerar as noções de redistribuição e reconhecimento propostas por Fraser como recursos de promoção da justiça social, aqui entendida como igualdade de direitos e de oportunidades, percebe-se que essa perspectiva está em total consonância com a opinião expressa da pelos entrevistados, já que todos concordaram com tal afirmação. Ao explicar sobre justiça social, um dos entrevistados a definiu como um meio que implica a promoção de “mecanismos para que as pessoas tenham os mesmos direitos e oportunidades, a fim de todos terem uma real possibilidade de alcançar os seus objetivos, independente das origens sociais, da religião, da raça, da sexualidade de cada um”.

Outro foi além e disse que justiça social significa “reparar os males gerados pelo processo histórico, desde o ambiental até o étnico-racial e econômico”. Seguindo um raciocínio semelhante, uma entrevistada conceituou a justiça social como a busca por igualdade, mas não uma igualdade que suprime as subjetividades, trata-se de igualdade de direitos e deveres. “Isso se faz com políticas públicas voltadas para o combate aos preconceitos e desigualdades históricas”, finalizou a jovem. O respeito e aceitação, isto é, o reconhecimento das subjetividades responsáveis pela pluralidade social parece ser mesmo um elemento muito importante para a percepção da justiça social no mundo contemporâneo. Para um entrevistado, o reconhecimento é fundamental até mesmo para a sobrevivência das próprias sociedades. Segundo ele, “justiça social é o reconhecimento de que uma sociedade, para funcionar, tem que considerar todas as suas nuances, toda pluralidade e diversidade, e reconhecer isso como um valor essencial”.

No entanto, pluralidade e diversidade implicam também em conflitos. Em sociedades de grande complexidade, como as sociedades industriais, os atores estão constantemente defendendo interesses que, por vezes, são inconciliáveis. Por essa razão, há conflitos permanentes nas sociedades marcadas pela pluralidade e diversidade cultural. Como argumenta Honneth,⁸⁰ os conflitos sociais estão na base do processo de transformação das sociedades, haja vista que a essência deles está pautada numa luta por reconhecimento social e esta, por sua vez, é o motor das mudanças sociais. Mais que isso, a luta por reconhecimento é, segundo o autor, o elemento que movimenta e constitui tanto a subjetividade, quanto a identidade individual e coletiva. As mudanças às quais Honneth se refere podem ser interpretadas como necessárias para garantir a sobrevivência das sociedades, conforme salientou o entrevistado acima. Daí a importância do reconhecimento da diversidade e da pluralidade como valores essenciais atualmente.

Entretanto, a despeito de todos os entrevistados terem concordado com a assertiva “justiça social significa igualdade de direitos e de oportunidades”, um deles enfatizou ser necessário relativizar essa questão, pois a justiça social é um objetivo idealizado, já que as desigualdades estão intrinsecamente ligadas à maneira como os seres humanos se organizam em sociedade. Em suas palavras, trata-se de uma realidade ideal, “na qual as pessoas têm as mesmas condições econômicas, sociais e políticas. Não é possível haver justiça social em sociedades desiguais. Por isso, a justiça social é algo utópico porque nunca houve nem haverá sociedades igualitárias”.

A necessidade de relativizar a premissa sobre justiça social como sinônimo de igualdade de direitos e oportunidades, embora explicitada por apenas um entrevistado, parece ser uma ideia presente em outros depoimentos. A assertiva “as leis garantem a igualdade e a justiça na sociedade, a despeito das diferenças sociais e culturais” foi rejeitada por 66,7% dos entrevistados, enquanto aquela que afirma que “as leis não são suficientes para garantir igualdade e justiça” obteve a concordância de 95,8% dos entrevistados. Para aqueles que concordaram com a primeira, tal premissa é válida somente na teoria, porque no dia-a-dia o que se vê, na maioria das vezes, é justamente o contrário. Ao se analisar as leis como resultado das interações entre os diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, considerar, como o faz Honneth (ibidem), o conflito como base dessa interação, pode-se inferir que, de fato, as leis não são suficientes para coibir o desrespeito ou para garantir e promover a justiça social. Para um entrevistado, “as leis por si só não garantem igualdade e justiça, é preciso haver participação”. Em outras palavras, é preciso engajamento, assim como fomentar lutas por reconhecimento.

⁸⁰ Axel Honneth. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo. Editora 34, 2003.

Quanto ao fato de em algumas circunstâncias o não-cumprimento das leis se justificar, as respostas se dividiram: 45,8% disseram concordar, enquanto 41,7% discordaram, ao passo que 3 alegaram ser indiferentes a essa questão. A fim de se entender melhor essa divisão, é preciso rever algumas opiniões expressadas anteriormente em relação à confiança no Estado e na Justiça. De acordo com um dos entrevistados, “as transformações sociais mais profundas vêm a partir do Estado, porque só ele é capaz de alterar a dinâmica social”. Ao pensar o Estado e a Justiça como instituições correlatas e complementares, responsáveis tanto por salvaguardar, quanto por garantir a ordem jurídica da sociedade, assim como a aplicação das leis, pode-se compreender o motivo de a assertiva que sustenta a ideia de que é possível justificar o não cumprimento das leis ter dividido opiniões.

Para 62,5% dos entrevistados, o Estado continua a ter uma importância ímpar, uma vez que os problemas sociais de um país só podem ser superados por meio do diálogo e da negociação dos diferentes interesses da sociedade, arbitrados pelas instâncias públicas estatais e pelos diferentes espaços do poder

do Estado. Trata-se, portanto, de um importante espaço no qual são legitimadas as conquistas políticas empreendidas pelos múltiplos sujeitos e atores organizados em movimentos sociais ou outras formas organizativas. Sendo assim, o não-cumprimento das leis pode significar a não-aceitação do Estado como o espaço legítimo de garantia das conquistas políticas. Por outro lado, as práticas fisiologistas e autoritárias, sobretudo na relação com os menos favorecidos, assim como a omissão do Estado ou a demora para se manifestar frente a questões urgentes para a sociedade, justificariam, na opinião de alguns entrevistados, o não-cumprimento das leis.

Já no que tange ao rigor referente à aplicação das leis, as opiniões coletadas esboçam uma tendência a rejeitar o seu rigorismo formal: 87,5% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que “a aplicação das leis não deve se restringir ao rigor formal, mas deve levar em conta a situação dos envolvidos”. Antes de interpretar esse dado como um possível paradoxo, sobretudo se for comparado com os dados referentes a outras assertivas, parece ser mais apropriado interpretá-lo como uma preocupação frente a valores mais amplos, pois, conforme enfatizou um entrevistado, as leis podem ser interpretadas e “esta interpretação deve estar sempre voltada para a defesa de valores maiores como os direitos humanos, por exemplo”.

No decurso histórico das interações sociais, na formação da modernidade, o conceito de dignidade do ser humano foi elaborado por diferentes correntes do pensamento. A princípio, as religiões monoteístas, em seguida, a filosofia, e, *a posteriori*, a ciência, propuseram, cada uma à sua maneira, de acordo com

Comparato,⁸¹ diferentes princípios para explicar o sentido de dignidade humana. Entretanto, somente em Kant (*apud* COMPARATO, *ibidem*), a noção de dignidade humana passou a ser interpretada como um imperativo categórico, cujo fundamento

determina agir de modo a tratar toda e qualquer pessoa como um fim em si mesma. A partir de então, a dignidade se tornou o princípio fundamental da existência humana, o que contribuiu, sobremaneira, para a emergência da noção atual de direitos humanos.

Ao longo do século XX, os direitos humanos se firmaram e se afirmaram como algo inerente à própria condição humana, que, de acordo com Arendt,⁸² se refere não ao Homem, mas à pluralidade dos homens que vivem e habitam o mesmo planeta, o que iguala e submete todos à mesma condição, ou seja, a condição de humanos liberada de vínculos mais estreitos com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos. Sob essa perspectiva, segundo Mbaya,⁸³ construiu-se gradativamente, sobretudo após a adoção e aceitação da Carta das Nações Unidas (1945) e da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), o reconhecimento do princípio de que todos, independente do gênero, da etnia, da idade, da classe social, do grupo religioso, da orientação sexual, do grau de instrução, da nação ou de qualquer outro elemento, têm direito à dignidade, ao respeito e de ser admitido como pessoa perante a lei em qualquer lugar. Do mesmo modo, ninguém pode ser excluído dos benefícios e das vantagens oferecidas e salvaguardadas pelo direito, como também pela justiça.

Os direitos humanos hoje formam um campo polissêmico – dos princípios do entendimento do indivíduo como ser social integral e da estruturação da vida coletiva às demandas materiais e simbólicas promovidas pelas lutas sociais. São ainda a base política da argumentação por justiça e pela ação do poder público nos regimes políticos norteados pelos princípios da democracia. A seguir, será possível perceber como os indivíduos jovens aqui entrevistados se posicionaram no que diz respeito à questão dos direitos humanos.

Todos os entrevistados consideraram os direitos humanos como um princípio fundamental nas relações sociais e políticas contemporâneas, haja vista que não houve discordâncias significativas em nenhuma das assertivas apresentadas. Todos concordaram com os enunciados que afirmam serem os direitos humanos fundamentais para garantir a ordem democrática e social, assim como a liberdade e a pluralidade social. 91,6% concordaram com a ideia afirmativa de que os direitos

⁸¹COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001.

⁸²Hannah Arendt. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

⁸³Etienne-Richard Mbaya. "Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas". In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 30, Ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12/04/2009.

humanos regulam os princípios da cidadania, equilibrando a relação entre direitos e deveres. Também a maioria (83,3%) concordou com a ideia de que “os direitos humanos referem-se a valores que ampliam direitos legais, melhorando a igualdade e a justiça social”.

Do mesmo modo, em relação à violação dos direitos humanos, houve uma concordância quase total, tanto no que diz respeito à limitação das condições de vida dos indivíduos e da sua dignidade, quanto em relação ao aprofundamento das desigualdades sociais, caso os direitos humanos sejam infringidos. No que tange a ideia de que “em algumas circunstâncias a violação dos direitos humanos se justifica”, 91,7% dos entrevistados discordaram, mostrando que os direitos humanos devem ser tomados como princípios inalienáveis nas relações sociais.

O que se pode deduzir desses dados é que os indivíduos jovens entrevistados estão em consonância com o seu tempo histórico, caracterizado por dois fatores significativos. Um deles diz respeito aos intensos questionamentos feitos ao projeto unificador e universalizante da modernidade, isto é, pela gradual perda de confiança nesse projeto. O outro se refere à intensa ampliação das redes de coexistência e interdependência humana, por meio de um acentuado dinamismo das instituições do conhecimento e da comunicação cuja abrangência tem alcance global. A consequência é que a afirmação de um novo padrão de política emancipatória que incorpora em seus princípios as especificidades dos diferentes sujeitos sociais. Não por acaso, dizem Bobbio e Taylor⁸⁴, a defesa dos direitos e a luta pelo reconhecimento de identidades plurais passaram a ocupar o centro das preocupações dos atores e dos movimentos sociais na atualidade.

O principal problema das identidades políticas modernas é sua relação com os direitos, tanto para protegê-los quanto para impedir que eles que sejam continuamente violados na prática (a exemplo do direito à educação e saúde), que sejam transgredidos (a exemplo dos direitos políticos, direito à vida etc.) e que sejam excludentes (por não incluírem todos igualmente livres e emancipados). Reivindicase, hoje, uma liberdade objetivada em nome da tolerância e da diversidade, para preservar inclusive a diferença, a pluralidade e as minorias sociais. Portanto, diz-nos Bobbio, os direitos não mais são direitos para uma integração homogênea.

O contexto atual também está profundamente marcado por uma demanda por reconhecimento. Os inúmeros movimentos sociais contemporâneos têm pautado suas ações e estratégias pelo reconhecimento de identidades, a exemplo dos movimentos

⁸⁴ Norberto Bobbio. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992 e Charles Taylor. *Multiculturalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

nacionalistas do fim do século XX, dos movimentos em favor das minorias sociais ou dos grupos “subalternos”, diversas abordagens do feminismo e os movimentos multiculturalistas. Nestes, é possível se perceber com maior clareza os vínculos estabelecidos entre reconhecimento e identidade, esta última compreendida como o entendimento pessoal de um indivíduo ou grupo de indivíduos a respeito das características fundamentais que os definem como seres humanos de forma semelhante. Segundo Taylor (ibidem), as identidades são parcialmente moldadas pelo reconhecimento dessas características fundamentais por parte dos outros, isto é, das pessoas ou da sociedade ao redor dos indivíduos ou grupo de indivíduos que buscam resguardar aquilo que lhes é constitutivo. O não-reconhecimento ou um reconhecimento deformado de uma identidade pode ser um dos mais poderosos instrumentos de opressão, pois aprisiona a vítima num falso, distorcido e reduzido modo de ser, conduzindo-a a um processo de auto-depreciação que, por sua vez, a impele a colaborar com a destruição de sua própria substância, em favor do ideário hegemônico que a circunda. O reconhecimento de uma identidade, portanto, não é, segundo Taylor (ibidem), uma consideração especial dispensada ao outro “que difere de mim”, mas antes uma necessidade vital para os seres humanos.

O que se percebe com a análise dos dados acima explanados é o fato de que os atores jovens contemporâneos agem muito dentro dos limites condicionados pelo contexto social no qual estão inseridos. Porém, isso não é uma restrição da política, porque os espaços de atuação se ampliaram consideravelmente. Hoje, não apenas os espaços tradicionais se constituem como espaços legítimos de participação, mas também outros se firmaram como campos possíveis para se agir politicamente, a exemplo das ONGs.

Do mesmo modo pode-se dizer que, atualmente, os indivíduos jovens continuam a desejar um mundo melhor, no qual as sociedades sejam mais justas, menos violentas, corruptas e discriminatórias e, por conseguinte, mais igualitárias. Ademais, permanece uma disposição de contestação que vise revolucionar os modos de agir e pensar com vistas a se construir uma utopia viável por meio da solidariedade, cooperação e participação, as quais ultrapassam, diferentemente de outras décadas, a via parlamentar, partidária ou sindical. O que tem ocorrido é que muitos jovens se tornaram mais céticos em relação aos políticos profissionais, vistos, de uma maneira geral, como não confiáveis e movidos por auto-interesse, ao invés de pautarem suas ações pelos interesses dos cidadãos e da coletividade que devem representar. Em consequência, os jovens parecem estar mais interessados em questões políticas sobre as quais os políticos profissionais têm pouco ou nada a dizer, como aquelas ligadas à ecologia, aos direitos humanos, à política de família e à liberdade sexual. No que tange à economia, não acreditam que os políticos sejam capazes de lidar com as forças que movem o mercado na era da globalização.

Para Giddens (ibidem), não é surpresa o fato de ativistas optarem por dedicar suas energias a grupos de interesse específico, como as ONGs de caráter militante, por exemplo, já que estes prometem o que a política ortodoxa parece incapaz de fornecer. A revolução pretendida pelos indivíduos de hoje não tem sido mais vista a partir dos modelos preconizados pelo socialismo clássico, mas muito mais num sentido de transformação do cotidiano e da valorização da consciência cívica, individual e de grupo; de uma realidade que tem condenado muitos à exclusão política, econômica e sócio-cultural. Trata-se de uma revolução molecular no sentido gramsciano, que se constrói no dia-a-dia, e não uma ruptura com o presente ou a construção de uma transformação cujo sentido é projetado para algum dia no futuro.

Como disseram muitos entrevistados, o futuro é agora.



NOVAS TENDÊNCIAS NA ERA DIGITAL: OS USOS DOS ARTEFATOS MOVÉIS DIGITAIS (AMDS) NO AMBIENTE ACADÊMICO

Macello Medeiros⁸⁵

Jordan Mendes⁸⁶

Victor Menezes⁸⁷

1- INTRODUÇÃO

Nos últimos 10 anos, a evolução da tecnologia digital no mundo tem sido constante e evidente, principalmente no que se refere aos meios de comunicação. Os estudos ainda incipientes nessa área não são capazes de chegar a uma conclusão, quando comparamos o grau de inserção social no universo digital ou do acesso aos Artefatos Móveis Digitais (AMDS) nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Apesar disso, podemos perceber o surgimento de novas tendências sociais e comportamentais na era digital, independentemente das condições econômicas e sociais de um país ou da forma e velocidade em que essas mudanças acontecem dentro dos mais variados universos.

Assim, a proposta deste trabalho limita-se a tratar dos usos dos AMDS no ambiente acadêmico, analisando, principalmente, os pontos de vista social e comportamental no universo dos estudantes universitários de uma instituição de ensino superior particular. A metodologia utilizada na pesquisa teve como principal instrumento de coleta um questionário aplicado durante um evento científico da instituição, o Interculte, realizado, anualmente, no mês de outubro. No entanto, após ser verificada a impossibilidade de aplicá-lo em mais de um curso da instituição, a pesquisa ficou concentrada no curso de comunicação, tendo uma continuidade por mais alguns meses.

Em relação à parte empírica, a pesquisa foi realizada com 151 alunos dos cursos de Comunicação Social – Jornalismo e Publicidade e Propaganda –, do Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge) dentro de um universo de 456 alunos que responderam a um questionário elaborado com 10 perguntas relativas ao uso dos Artefatos Móveis Digitais (AMDS). Os estudantes entrevistados representam 33% dos alunos matriculados neste período em ambas as habilitações do curso

⁸⁵ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Facom/UFBA). Professor da Universidade Estadual da Bahia e do Centro Universitário Jorge Amado.

⁸⁶ Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Unijorge.

⁸⁷ Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Unijorge.

de Comunicação Social dessa instituição, no qual procurou-se equilibrar a quantidade de estudantes do sexo feminino e masculino. Portanto, a escolha desse *corpus* dentro deste universo justifica a proposta do trabalho que foi restringido a um público específico, o dos universitários.

A escolha na abordagem do tema se deu, principalmente, pela observação deste tipo de comportamento dentro do ambiente acadêmico no que se refere ao uso destes artefatos (AMDS). As principais fontes de pesquisa utilizadas também foram muito importantes no recorte do tema do trabalho, como os artigos “*Comunicação e Práticas Sociais no Espaço Urbano: As Características dos Dispositivos Híbridos Móveis de Conexão Multirredes (DHMCM)*”, do Prof. Dr. André Lemos, e “*Mobile Music as Environmental Control and Prosocial Entertainment*”, de James E. Katz, Katie M. Lever e Yi Fan-Chen, publicado no livro “*Handbook of Mobile Communication*” de James E. Katz.

Além disso, as notícias e matérias jornalísticas sobre o desenvolvimento e lançamentos dos *e-books* (livros digitais) e o crescimento do novo mercado de tablets e *e-readers* foram essenciais para embasarmos teoricamente os pontos levantados neste trabalho. Objetiva-se também ampliar as discussões sobre o tema, contribuindo para o seu desenvolvimento acadêmico e científico na área de comunicação e afins.

2 - ARTEFATOS MÓVEIS DIGITAIS (AMDS)

Um Artefato Móvel Digital (AMD) é todo e qualquer aparelho ou objeto digital móvel capaz de armazenar, produzir e distribuir diferentes tipos de arquivos digitais. Além do armazenamento de arquivos digitais, devemos também frisar como características básicas de um AMD: a mobilidade e a capacidade de conexão em rede ou com outros AMDS (via USB, por exemplo). Desta forma, os telefones celulares de nova geração (*smartphones*), aparelhos de MP3, *pen drives*, *notebooks*, HDs externos, câmeras digitais são alguns exemplos destes dispositivos móveis que utilizam a tecnologia digital para reproduzir músicas, tirar fotos, produzir e assistir vídeos, escrever textos dentre outras funções.

O primeiro telefone celular foi criado em 1947 nos Estados Unidos. O objetivo inicial da criação era possibilitar ao usuário fazer ligações telefônicas sem a necessidade de permanecer num lugar fixo. Com o telefone celular, a pessoa poderia fazer uma ligação enquanto andava pela rua, por exemplo. Hoje, mais de 50 anos depois e com todos os avanços tecnológicos, o celular possui muitas outras funções que, segundo Lemos, elevam este artefato a outro patamar diferente daquele para qual foi pensado, ou seja, como um mero telefone móvel. O celular pode ser

considerado hoje em dia um “Dispositivo Híbrido Móvel de Comunicação Multirredes”:⁸⁸

A denominação de DHMCM permite defini-lo melhor e com mais precisão. O que chamamos de telefone celular é um Dispositivo (um artefato, uma tecnologia de comunicação); Híbrido, já que congrega funções de telefone, computador, máquina fotográfica, câmera de vídeo, processador de texto, GPS, entre outras; Móvel, isto é, portátil e conectado em mobilidade funcionando por redes sem fio digitais, ou seja, de Conexão; e Multirredes, já que pode empregar diversas redes, como: Bluetooth e infravermelho, para conexões de curto alcance entre outros dispositivos; celular, para as diversas possibilidades de troca de informações; internet (Wi-Fi ou Wi-Max) e redes de satélites para uso como dispositivo GPS.

Se compararmos ambos os conceitos de dispositivos móveis, os AMDs abrangem uma gama maior de aparelhos ou objetos digitais móveis do que os DHMCMs. Um telefone celular da nova geração, além de ser um AMD, é um DHMCM, porém, um pen drive – que é um AMD – não é DHMCM, pois o mesmo não é híbrido, já que contém apenas uma função: o armazenamento de arquivos digitais, e não possui conexão por redes sem fios digitais. Portanto, todo DHMCM é um AMD, mas nem todo AMD é um DHMCM. Apesar de alguns AMDs não possuírem conexão Multirredes, todo AMD possibilita o compartilhamento de arquivos digitais. Quando esse compartilhamento não acontece através de alguma rede (Internet, Bluetooth, Infravermelho, etc.), ele ocorre através dos próprios AMDs. A prática de transferir arquivos de um *pen drive* para um *notebook* (via porta USB) é um exemplo dessa possibilidade de compartilhamento sem a utilização de uma rede.

Independente das comparações entre os dois conceitos, o fato relevante é que os AMDs estão a cada dia mais presente no cotidiano dos estudantes universitários. Isso pode ser constatado a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo com os alunos do curso de Comunicação Social. Segundo a pesquisa, TODOS os 151 alunos entrevistados (100%) afirmaram que usam algum tipo de AMD. Com isso, podemos afirmar a total penetração destes artefatos no universo dos estudantes universitários de comunicação em uma instituição particular.

⁸⁸ André Lemos, “Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: As características dos Dispositivos Móveis de Conexão Multirredes”, Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, vol. 4, n. 9, (jul/2007), p. 25. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/110/108>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

Outro dado relevante obtido com a pesquisa foi o principal motivo do uso dos AMDs pelos estudantes de comunicação dentro do campus da instituição. Na pesquisa, 92% dos entrevistados utilizam os AMDs para compartilhar arquivos digitais. Dentre os arquivos digitais mais compartilhados, estão os arquivos digitais de música. No universo dos alunos entrevistados, 87% disseram que compartilham este tipo de arquivo através dos AMDs.

3. COMPARTILHAMENTO DE MÚSICAS

Baixar músicas é uma prática comum dos usuários da Internet. Isso facilita o acesso a esse produto e tem disseminado a pirataria, que vem abalando os alicerces da indústria fonográfica nos últimos anos. Além disso, essa tendência proporcionada pela era digital vem mudando o comportamento dos indivíduos, tanto na questão do consumo quanto na forma pela qual a música circula e é ouvida na sociedade contemporânea.

No capítulo *Mobile Music as Environmental Control and Prosocial Entertainment* é apontado que o crescimento no consumo e uso dos aparelhos de MP3, geralmente disseminada por jovens, implica em diversos fatores. Segundo os autores, o ganho de *status* é um exemplo deles. Eles afirmam que a disseminação e a popularidade dos aparelhos digitais de música têm uma relação direta com o mercado consumidor.⁸⁹

We found that MP3 and iPod users were initially largely motivated to purchase these tools by their peers. For example, when we asked respondents to explain how they found out about iPod and MP3 player technologies, a female student answered: “From my roommate freshmen year. I remember moving in and she was listening to it. I thought that it was so cool. I asked for one and I didn’t get it. I asked for one every holiday and still didn’t get one”⁹⁰

Sobre o uso dos artefatos, os autores também chamam atenção para o fato de que os dispositivos contribuem para a formação de várias comunidades, tribos ou

⁸⁹ James E. Katz, Katie M. Lever, and Yi-Fan Chen, “Mobile Music as Environmental Control and Prosocial Entertainment”, in: James E. Katz (edit.), *Handbook of Mobile Communication Studies*. London, England: The MIT Press Cambridge, 2008, p. 370.

⁹⁰ “Descobrimos que os usuários de MP3 e iPod foram, em grande parte, inicialmente motivados por seus colegas a adquirirem esses aparelhos. Por exemplo, quando nós pedimos aos entrevistados para explicarem como eles descobriram os iPods e aparelhos de MP3, uma aluna respondeu: ‘Da minha companheira de quarto no meu ano de caloura. Lembro-me de entrar e ela estava usando um. Eu achei aquilo tão legal. Eu pedi um e não ganhei. Eu pedi um todo feriado e mesmo assim não ganhei um’” – Trad. Nossa.

“guetos” nos quais os jovens acabam criando vínculos de afetividade e identificação. A forma como estes artefatos são adquiridos pelos jovens universitários apontam para um fenômeno de consumo dessas tecnologias de comunicação móvel, demonstrando diferentes tendências comportamentais e sociais na era digital, principalmente dentro deste universo acadêmico.

Essa característica de consumo dos AMDs pelos jovens universitários também pode ser observada na pesquisa realizada no Centro Universitário Jorge Amado, levando a crer que, independentemente da razão pela qual os AMDs que compartilham música são comprados, cujo *status* pode ser um dos motivos, eles têm se tornado cada vez mais populares, confirmando essa nova tendência de comportamento social dos jovens universitários. Como dissemos anteriormente, no universo pesquisado, 100% dos alunos possuem um artefato móvel digital e 87% deles compartilham arquivos digitais de música. As formas de compartilhamento dos arquivos são as mais variadas e vão desde o uso de email, via porta USB até os mais restritos como *Bluetooth* e o MMS. Na pesquisa, a forma de compartilhamento mais utilizada foi o email com 87% dos usuários e as de menor uso foram o Infravermelho (mais antigo) e o MMS (mais caro) com, respectivamente, 11% e 16% dos entrevistados.

Katz, Lever e Chen questionam alguns críticos que dizem que a tecnologia portátil de música digital criará uma “nação de estranhos”, uma vez que estes artefatos individualizam o processo de interação, criando certo grau de impedimento na socialização, dentro da perspectiva sócio-construtivista. No entanto, o que foi verificado pelos autores numa pesquisa semelhante, foi que existe uma reconfiguração das interações que impactam na relação entre os jovens e os artefatos, fazendo com que estes se tornem até instrumentos de socialização:⁹¹

However, we found that mobile music users are modifying these tools from a purely personal indulgence and environmental isolation to a means of self-expression. Moreover, as noted later, they are using these potentially isolating tools in ways that are actually community- and social network-building mechanisms⁹².

Essa última constatação feita por Katz, Lever e Chen, também se confirma nos resultados obtidos na pesquisa apresentada neste trabalho. Os AMDs de música

⁹¹ Katz *et al.*, “Mobile Music as Environmental Control and Prosocial Entertainment”, p. 369.

⁹² “No entanto, descobrimos que usuários de música móvel estão modificando essas ferramentas a partir de uma indulgência puramente pessoal e isolamento ambiental para um meio de auto-expressão. Cada vez mais, como notamos anteriormente, eles estão usando essas ferramentas potenciais de isolamento de formas, que na verdade, são mecanismos de construção de comunidades e redes sociais” – Trad. Nossa.

introduzem uma nova forma de socialização dentro do universo acadêmico, principalmente entre os alunos de uma instituição de ensino superior privada.

4. LEITURA DE ARQUIVOS DIGITAIS DE TEXTO

Além do compartilhamento dos arquivos digitais de músicas, outro dado da pesquisa realizada pelo Programa de Iniciação Científica do TRANSIT/UNIJORGE que nos surpreendeu foi o alto índice no uso dos artefatos móveis digitais para a leitura de arquivos digitais de texto. Dentre os universitários entrevistados, 88% têm esse hábito quando nos referimos à consulta de referências bibliográficas para trabalhos e pesquisas acadêmicas. Entretanto, é importante frisar que esta pesquisa foi realizada no campus da Unijorge, um universo propício para este tipo de prática, refletindo, conseqüentemente, numa tendência de comportamento de um público específico que faz uso constante das tecnologias de comunicação móvel em sua rotina.

Este é um dado muito significativo que comprova outro comportamento relevante no que diz respeito às novas tendências de comportamento dos jovens universitários na era digital. O surgimento dos chamados *e-readers*⁹³ (AMDS específicos para leitura de arquivos de texto digitais, os chamados *e-books*⁹⁴) é reflexo destas tendências. Na matéria *Os e-books têm futuro no Brasil?*⁹⁵, de Maurício Moraes, publicada no site da Editora Abril em 22 de julho de 2010, já foram vendidos 3,9 milhões de *e-readers* em todo o mundo. Segundo um levantamento feito pela empresa americana InStat, estima-se que 10 milhões desses AMDs já tenham sido vendidos em 2010, isso representa um crescimento de 156% no número de *e-readers* vendidos no mundo. Em 2013, a empresa prevê que 28,5 milhões desses equipamentos serão comercializados no planeta.

Os principais tipos de *e-readers* comercializados no mundo são o iPad lançado pela *Apple*, o Nook lançado pela *Barnes & Noble*, e o Kindle, da *Amazon.com*. Estes *e-readers* têm uma faixa de preço ainda elevada, custando de

US\$ 499 a US\$ 829. Outros modelos mais acessíveis desses AMDs variam de US\$ 149, versão com Wi-Fi e de US\$ 199, versão com internet 3G.

⁹³ Os e-readers são AMDs próprios para o armazenamento e leitura de arquivos de texto digitais.

⁹⁴ Os *e-books* são livros em formato digital comercializados pelas editoras e podem ser lidos nos *e-readers*. Estes arquivos digitais são produzidos de forma a seduzir o leitor utilizando outras linguagens e processos diferenciados de interação como as animações e adições de áudio.

⁹⁵ Mauricio Moraes, “Os e-books têm futuro no Brasil?”, Info Plantão, 2010, <http://info.abril.com.br/noticias/tecnologia-pessoal/qual-o-melhor-e-reader-22072010-13.shl>, acesso em: 24/07/2010.

O iPad,⁹⁶ se assemelha a um grande iPhone. Tem restrições na sua base de dados, pois é estabelecida e gerenciada pela Apple, embora ainda seja considerado o mais completo. Suas características começam pela forma de destravar o aparelho para uso. A sensação é de estar navegando em um celular da Apple. É necessário deslizar os dedos sobre a tela para destravá-lo.

A tela do iPad tem 9,7 polegadas, com chip de 1 GHz A4 e memória flash de 16 a 64 GB, microfone e alto-falantes embutidos, assim como bluetooth e o tradicional acelerômetro, também presentes no iPhone e no iPod Touch. A conexão Wi-Fi é padrão para todos os modelos, diferentemente da função 3G que é opcional. A duração aproximada da bateria em uso é de dez horas. Além disso, um teclado real pode ser conectado a esse AMD.

O Kindle⁹⁷ tem como função principal possibilitar a leitura de arquivos digitais, jornais e livros. Sua primeira versão é de 2007, lançada nos Estados Unidos. Já a sua evolução, o Kindle 2, possui acesso direto a compra de livros digitais (e-books), além de internet 3G para assinatura dos principais jornais dos Estados Unidos, como The New York Times e USA Today, além de links dos principais blogs do país. A bateria tem durabilidade de até cinco dias. Uma particularidade do Kindle 2 é poder transcrever textos escritos em textos falados (com o recurso Text-to-Speech), além disso, armazena até cerca de 1.500 livros e pode servir como um armazenador de música, no formato MP3. A empresa afirma que o produto carrega páginas da internet em velocidade até 20% maior em comparação ao modelo original. Diferentemente do Kindle, o Kindle 2 não possui entrada para cartão de memória SD. A duração de sua bateria é de 14 dias. Além dessas, existe outra versão desse e-reader, o Kindle DX lançado em maio de 2009, tem seu foco destinado, sobretudo, a estudantes e leitores de jornais.

O Nook,⁹⁸ concorrente direto do Kindle, apresenta um custo-benefício vantajoso em relação aos seus concorrentes. Seu custo é de US\$ 260, faixa de preço semelhante a um Kindle 2. Porém, com mais atrativos: Wi-Fi, suporte nativo a textos em PDFs, um *slot* SD e ainda uma segunda tela. O Nook também tem como característica o compartilhamento de livros digitais. Ele pode ser visualizado em

⁹⁶ As informações sobre o iPad foram obtidas através do site oficial do produto. Disponível em: <<http://www.apple.com/br/ipad/>>. Acesso em 22 de ago. 2010.

⁹⁷ As informações sobre o Kindle foram obtidas através do site oficial do produto. Disponível em: <http://www.amazon.com/dp/B0015T963C/?tag=gocous-20&hvdid=5265775997&ref=pd_sl_7p2cs87ah_b_>. Acesso em 22 de ago. 2010.

⁹⁸ As informações sobre o Nook foram obtidas através do site oficial do produto. Disponível em: <<http://www.barnesandnoble.com/nook/index.asp>>. Acesso em 22 de ago. 2010.

qualquer dispositivo como Mac, PC, iPhone Touch, BlackBerry ou, em breve, no Windows Mobile. Essa sua característica é uma vantagem em relação ao Kindle, pela praticidade de oferecer o recurso da leitura em todos esses suportes.

A *Barnes & Noble* possibilita que um possível comprador de seu e-reader possa conhecer suas propriedades antes de investir numa aquisição. O Nook possui uma porta micro USB, que permite também o armazenamento de *skins*, programas, jogos, além de já suportar arquivos em PDF. Sua bateria resiste 10 dias e é substituível por uma reserva.

Em 2011, a Samsung lançou dois modelos de *tablets* (versão mais avançada dos *e-readers* que reúne outras funções): o Galaxy Tab P1000 com tela de 7 polegadas e o Galaxy Tab GT-P7500 com tela de 10.1 polegadas, ambos com sistema operacional Android da Google.

Apesar de todas as vantagens que os livros digitais trazem, eles ainda devem percorrer um longo caminho para substituir os livros impressos. Segundo a matéria “*Livro digital veio para ficar, não para substituir*”,⁹⁹ de Juliana Tiraboschi, durante a 21ª Bial do Livro de São Paulo, o livro digital foi um dos principais temas nos debates do Salão de Ideias. Tiraboschi afirma que uma pesquisa desenvolvida pela *GfK*¹⁰⁰ demonstra que o livro digital está longe de ameaçar o convencional no Brasil. De acordo com a pesquisa, 67% dos entrevistados não sabem o que é um *e-book*, apontando que ainda existe um desconhecimento do que seria este formato pela maioria da população. Segundo o especialista no assunto Ednei Procópio,¹⁰¹ consultado pela autora, “um obstáculo importante para a popularização do livro digital no Brasil é o baixo acesso à internet: apenas 10 milhões de pessoas têm banda larga em casa, uma parcela pequena da população. E ainda há o custo dos aparelhos”.

Em relação ao ambiente acadêmico, universo representado na pesquisa realizada pela Unijorge, existe uma predisposição dos alunos na leitura dos arquivos de textos digitais, principalmente em formato PDF. No caso específico desta instituição, o acesso ao material pode ser feita pela zona de conexão WiFi aberta aos alunos, como também alguns títulos disponíveis para *download* no sistema da biblioteca. Em ambos os casos, o uso dos artefatos móveis digitais são determinantes no consumo destes arquivos, o que vem reforçar a ampla utilização destes dispositivos pelos alunos desta instituição.

⁹⁹ Juliana Tiraboschi, “Livro digital veio para ficar, não para substituir”, Yahoo Notícias, 2010, <http://br.noticias.yahoo.com/s/20082010/48/entretenimento-livro-digital-veio-ficar-mas.html>, acesso em 21/08/2010.

¹⁰⁰ A GfK é a 4ª maior empresa de pesquisa de mercado no Brasil e o 4º maior grupo mundial do setor.

¹⁰¹ Autor de *O Livro na Era Digital*, Ednei Procópio, é sócio-fundador da Giz Editorial e membro da Comissão do Livro Digital da Câmara Brasileira do Livro.

5. A ESCOLA DO FUTURO

Com esse título, a Revista da ESPM na edição de setembro/outubro de 2011 traz à tona uma discussão que corresponde perfeitamente às mudanças ocorridas no processo de ensino-aprendizagem dos jovens usuários de AMDs. Em todos os artigos da revista, a preocupação latente se resume aos problemas que surgem com o uso das ferramentas tecnológicas, principalmente aquelas que surgiram nas últimas três décadas, incluindo a internet e os telefones celulares.

Existe um discurso hoje (que não passa de um anacronismo), quando a cultura juvenil é analisada frente ao uso dessas novas tecnologias, muitos acreditam que, se, por um lado, a internet permite um maior acesso às informações, de todo tipo, por outro, o excesso de informação pode gerar problemas neurológicos precoces. Outros crêem ainda numa “substituição” da capacidade mnemônica, típica de uma cultura de transmissão de informação via oralidade, por uma rápida consulta aos infindáveis repositórios de informação disponíveis na internet.

Por esses e outros motivos, existem educadores que, por não perceberem as mudanças de comportamento desses jovens, acabam tratando-os como seres descompromissados e politicamente desengajados. No entanto, se sairmos do ambiente escolar/acadêmico e vasculharmos as redes sociais, o que encontramos é exatamente o contrário. Se tomarmos como exemplos as manifestações da Primavera Árabe e “*Occupy Wall Street*” em nível mundial ou as passeatas contra a corrupção em nível nacional, ou até mesmo a manifestação “Desocupa Salvador” em nível local, todas têm seu principal motor de divulgação nas redes sociais. Seja utilizando celulares para flagrar abusos cometidos por forças repressoras, ou para divulgar as manifestações e os discursos realizados, furando o bloqueio midiático, o uso dessas ferramentas, principalmente pelos jovens envolvidos, se mostrou fundamental para tais fins.

Mas então porque ainda existe uma falsa noção de que os jovens universitários estão acomodados e inertes politicamente, quando comparados aos estudantes das escolas nas décadas passadas? Acontece que as manifestações que antes se concentravam nestes ambientes, agora passam a utilizar “ciberespaço” como ponto de encontro para as discussões e deflagrações dos movimentos políticos e sociais. As articulações entre os jovens não necessitam de um lugar para acontecer como fora no passado com os grêmios e diretórios estudantis. Os grupos formados



dentro dos sites das diversas redes sociais dão conta deste espaço necessário para amadurecer ideias e trocar informações.

Por isso, a sala de aula de hoje precisa ser repensada, assim como os espaços acadêmicos dedicados ao ensino e à aprendizagem. A história não volta atrás, os artefatos já estão nas mãos dos jovens para a comunicação, o entretenimento e, porque não, para a educação. A questão é como utilizar de uma melhor maneira as potencialidades oferecidas pelas tecnologias digitais, deixando de enxergá-las apenas como um fator de contribuição para a dispersão dos alunos em sala de aula, e passar a considerá-las como aliadas ao processo de ensino e aprendizagem. Os bloqueios nas redes que algumas instituições impõem dentro do ambiente acadêmico, acabam frustrando o jovem que está empenhado na busca de informações para utilizar em uma pesquisa, por exemplo.

Segundo um dos artigos¹⁰² da revista citada anteriormente, a proposta de uma sala de aula na escola para o futuro passa também pela ideia de sua extinção, ou pelo menos sua remodelação. O autor sugere três condições necessárias para esta remodelação: 1) Condições pedagógicas; 2) Condições humanas; e 3) Condições de espaço físico. As duas primeiras estão muito acima dos desejos e possibilidades de realização em curto prazo, já que envolvem tomadas de decisões que dependem de leis e reformulações das diretrizes em uma instituição de ensino como um todo. A terceira condição depende muito mais de um esforço coletivo entre professores/educadores e alunos, portanto tem um nível de alcance mais próximo e de realização factível. Em primeiro lugar, tornar a sala de aula um lugar de “realizações”, quando se é realmente necessário estar numa. Ou seja, cada vez mais propor lugares de experiências, como laboratórios que permitam o acesso irrestrito a todo e qualquer site da internet, inclusive as redes sociais.

Uma das formas de trabalhar esta questão em sala é buscar a produção de conteúdos através destes artefatos. Quando os celulares surgiram, sua principal contribuição era a possibilidade de falar ao telefone em deslocamento. Atualmente, essa talvez seja a função menos realizada por aqueles que possuem um destes artefatos. Sendo uma espécie de “tele-tudo”,¹⁰³ os celulares tiram fotos, fazem vídeos, gravam áudios, navegam pela internet, permitem a leitura de emails, enviam mensagem de textos, etc. Qualquer uma dessas ações pode ser trabalhada em sala de

¹⁰² Sérgio Pio Bernardes, “A escola para o futuro e o fim da sala de aula” in *Revista da ESPM*, Volume 18, Ano 17, Edição no. 5, Setembro/ Outubro de 2011, pp. 56-62.

¹⁰³ Um dispositivo que é “ao mesmo tempo telefone, máquina fotográfica, televisão, cinema, receptor de informações jornalísticas, difusor de e-mails e SMS, WAP6, atualizador de sites (moblogs), GPS, tocador de música (MP3 e outros formatos), carteira eletrônica...”. André Lemos, “Cibercultura e Mobilidade. Comunicaciones Móviles, in *Razón y Palabra*, n. 41, Octubre/Noviembre 2004. México.

aula em qualquer disciplina, basta que o discente faça as adequações necessárias, respeitando os contextos sociais e tecnológicos de cada região.

Além disso, o aumento da leitura de arquivos de textos digitais em celulares e *tablets*, principalmente nestes últimos, facilitam a dinâmica em uma disciplina que possui uma carga de leitura elevada, diminuindo os problemas gerados pelas “cópias” ou “xerox” dos materiais (capítulos, artigos, apostilas,...) que muitas vezes “somem” ou não querem ser encontrados pelos alunos. Pelo menos três formas diferentes permitem que o material chegue ao aluno: 1) via email, através de um grupo criado para a turma ou para a disciplina; 2) via página do aluno, alocada no sistema da instituição (notas, lembretes, datas das provas,...); e 3) sistema de ambiente virtual (tipo “Moodle”), utilizado na maioria das instituições de ensino.

Além disso, ainda existe uma estratégia que se une perfeitamente à mudança no comportamento dos jovens universitários a partir do uso dos artefatos móveis digitais. Uma segunda opção no artigo comentado sobre a escola para o futuro seria o fim da sala de aula, apesar da proposta ser mais uma modificação do espaço do que o fim dele propriamente dito. Marshall e Eric McLuhan, na obra “*City as a Classroom*”,¹⁰⁴ propõem o fim da sala de aula com a sua substituição pelo espaço urbano. Esta proposta não poderia ser mais oportuna numa época em que a mobilidade dos artefatos tecnológicos está tão em alta.

Algumas experiências com Mídias Locativas¹⁰⁵ já vislumbram uma forma de levar a educação para a cidade, substituindo em alguns momentos o ambiente da sala de aula. É o caso do projeto Totem Educacional implantado no Pelourinho, entre março e setembro de 2011, cujo objetivo foi disponibilizar narrativas sonoras através da tecnologia *Bluetooth*, que contam a história de 05 pontos turísticos neste local. Este material também poderia ser adquirido através de *pen drives*, conectando-os a uma porta USB em um totem digital instalado no Centro Cultural Solar Ferrão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode-se perceber que os diferentes usos dos AMDs no âmbito acadêmico apresentam tendências comportamentais e socioculturais que devem transcender esse universo específico num futuro próximo. As novas formas de socialização na era digital e as mudanças e adaptações tecnológicas de produtos seculares, como os livros, por exemplo, apesar de incipientes, são os caminhos mais lógicos. O consumo da informação já não pode ser encarado de uma única forma,

¹⁰⁴ Eric McLuhan; Marshall McLuhan, “*City as a Classroom*”.

¹⁰⁵ “um conjunto de tecnologias e processos info-comunicacionais cujo conteúdo informacional vincula-se um lugar específico”. André Lemos, “Mídia Locativa e Territórios Informacionais” in *Carnet de Notes*, <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/locativa.pdf>, janeiro 2007.

como pensavam os teóricos da comunicação de massa na época do jornal, do rádio, da TV e do Cinema. Os jovens universitários estão ocupando cada vez mais os ambientes do *campus*, munidos de seus *notebooks* e *tablets*, realizando pesquisas individuais ou em grupos, postando mensagens nas redes sociais, trocando informações com colegas à distância em prol da realização de atividades via *skype* ou *Messenger*.

Em recente pesquisa realizada pela empresa *comScore*, especializada nesta área de tecnologia móvel, o volume de tráfego de dados utilizando plataformas móveis como os *smartphones* e os *tablets* aumentou em 60% entre maio e outubro de 2011. A utilização dos celulares para o acesso a internet ficou perto desse número, também (59,8%), e dentre os acessos que não são realizados via computadores do tipo *desktop*, os *tablets* somaram 36,5% deste tráfego.

Mas também este jovem está a cada dia criando novas formas de socializar-se, seja através destas redes, seja no compartilhamento de músicas, fotos e vídeos, por meio dos celulares e *smartphones*. Em alguns casos, é possível observar dois jovens compartilhando um mesmo *headphone* para ouvirem a mesma música. Isso demonstra que existem outras maneiras de se criar diferentes tipos de laços sociais entre os jovens universitários no que se refere ao uso dos artefatos móveis digitais seja de forma presencial ou à distância. O uso dos AMDs, portanto, potencializa as formas de interação e acaba por criar novas tendências, muitas vezes, reconfigurando o comportamento dos jovens, principalmente, dentro do ambiente acadêmico.

Uma mudança muito interessante é em relação aos *nerds* ou *geeks*, que antes eram pessoas excluídas e agora formam grupos fortes dentro de uma organização social, como as escolas e as universidades. Em certo grau, podemos verificar um sentimento de “tribalismo” que habita estas instituições em torno dos AMDs, com a troca de informações sobre novos modelos, discussões sobre aplicativos, dicas que circulam sobre os jogos exclusivos destes artefatos como os famosos “*Cut the Rope*” e o “*Angry Birds*”, etc. Isso acaba reforçando o sentimento identitário destes grupos, destacando-os, em alguns casos, dentro do ambiente acadêmico, tornando-os, até mesmo, referência entre os demais.

James Katz encerra o artigo sobre o uso dos AMDs para o consumo de música como forma de controle do ambiente e o entretenimento de socialização considerando o iPod, um dos mais conhecidos e difundidos *Music Player*, uma forma de sinédoque, figura de linguagem que consiste em atribuir um todo pela sua parte. A presença dos artefatos móveis digitais principalmente entre os jovens, seja no ambiente acadêmico ou fora dele, acaba por se tornar uma representação deste grupo, como também um símbolo que tanto pode representar uma forma de isolamento e controle do ambiente, mas também é capaz de criar outras formas de conectividade sócia.

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: O MOVIMENTO *HIP HOPE* AS TRADIÇÕES DE LUTA E RESISTÊNCIA DA CULTURA NEGRA

Rafael Lopes de Sousa ¹⁰⁶

O *rap*¹⁰⁷ apresenta-se como um importante meio de integração sócio-cultural para os jovens de periferia, atualmente, nos grandes centros urbanos do país. Em São Paulo, mais do que um meio, ele é um estilo de vida forjado entre becos e vielas, que arrasta uma legião de seguidores para suas causas. Alguns fatores contribuíram para a difusão desse fenômeno em São Paulo, entre os quais destacamos: (a) criação de gravadoras independentes responsáveis pela divulgação e comercialização dos discos; (b) criação de uma rádio com programação voltada prioritariamente para a música *rap*, e (c) lançamento de uma revista que retrata o perfil dos artistas e a “ideologia” do movimento.¹⁰⁸ Conjugados a esses fatores há ainda os bailes e as posses, espaços de atividades onde as experiências são compartilhadas e a “cultura *hip hop*” se fortalece de maneira prática e didática.

Uma das possibilidades de compreender a vivência juvenil na periferia de São Paulo a partir da década de 1990 passa, necessariamente, pelo percurso desenvolvido pela cultura *hip hop* nessas localidades. Seus agentes e suas práticas representam um segmento crítico que insiste em levantar a voz contra as precariedades das condições de vida de suas regiões. Essa postura crítica produziu dois efeitos simbolicamente

¹⁰⁶ Doutor em História (UNICAMP). Professor da Universidade de Santo Amaro (UNISA) / Brasil.

¹⁰⁷ *Rap* significa “*Rhythm and Poetry*” (ritmo e poesia). Estilo de música em que um *DJ* e um ou mais *rappers* se apresentam cantando sobre uma base instrumental a letra falada ou declamada. As raízes do estilo podem ser buscadas no início dos anos 60 na Jamaica sendo, posteriormente aperfeiçoados e difundidos no Bronx, em Nova York, nos EUA; pode ser entendido como a vertente literária do movimento *hip hop*. O *hip hop* inclui quatro vertentes são elas: o *DJ*; o *MC*; o *Break* e o *Rap* propriamente dito. Ao longo deste artigo discutiremos as características e a importância de cada uma dessas vertentes dentro do movimento. Por hora cabe dizer que a “filosofia” *hip hop* é composta pela união desses quatro elementos.

¹⁰⁸ A gravadora chama-se *Zimbabwe*. Em 1988 organizou a primeira coletânea de *rappers* “Consciência Black”. Dois anos depois lançou o primeiro CD do grupo Racionais MC’s “Holocausto Urbano”. A Rádio é a “105FM” sua programação está prioritariamente voltada para a música *rap* com participação ao vivo dos ouvintes. A revista chama-se “Rap Brasil” e juntamente com a Rádio “105FM” ajudou a traçar um perfil dos militantes do movimento *hip hop*.

importantes para o movimento *rap*: primeiramente, assistiu-se a uma renovação do interesse dos jovens periféricos em conhecer melhor a história de seus bairros, nascendo daí uma consciência comprometida e engajada com o cotidiano ao qual se encontram ligados. Num segundo momento, verifica-se um maior empenho na construção de alternativas de convívio social além das convencionalmente pensadas e imaginadas para suas vidas.

Como foi construída essa identidade coletiva? Como se consolidou essa confiança depositada pelos jovens periféricos no *rap*? Como o *rap* conseguiu acumular e organizar forças para pensar a história dos negros de uma outra perspectiva? Quais elementos afetivos e identitários contribuíram para o nascimento dessa empatia entre o *rap* e a periferia?

Uma tentativa de resposta a essas indagações passa pela historicização das tradições de luta e resistência protagonizadas pelos descendentes africanos no continente americano, notadamente nos EUA e no Brasil. Ainda que preservadas certas especificidades, é possível entrever algumas similitudes nas práticas de resistência dos afro-descendentes do Norte e do Sul do continente americano. Essas semelhanças são, aliás, responsáveis pelo rompimento das fronteiras territoriais e das barreiras linguísticas, promovendo um inédito encontro de interesses que culminou no desenvolvimento de diversas manifestações artísticas e culturais, sendo que na atualidade o *rap* tem postulado um lugar de destaque nestas manifestações.

O *rap* é, então, herdeiro de uma tradição da cultura de luta e resistência que se propagou para o mundo a partir da diáspora africana. Do final do século XVIII ao alvorecer do século XX, a música dos afro-descendentes tem sido utilizada como um importante elemento aglutinador da cultura negro-mestiça nas Américas. Ela difundiu hábitos, preservou tradições e consolidou costumes. Dos *work songs* ao *spirituals*, do *blues* ao *jazz*, do *soul* ao *funk*, do samba ao *rap*, em maior ou menor escala, cada um desses estilos musicais constituiu uma base de resistência às hostilidades que os negros sofreram longe de suas terras natais.

Essa estratégia de usar a música como veículo de comunicação e interlocução sociocultural não foi obviamente inventada pelos *rappers*. Eles apenas potencializaram essa vertente artística, valorizando a tradição oral de seus antepassados em suas manifestações, contribuindo, assim, para a construção de um espaço onde os “sem palavras” e os “sem escrita” podem manifestar livre e abertamente suas opiniões para contestar “a formação de uma cultura nacional que criou padrões de alfabetização universais e

generalizou uma única língua vernácula como o meio dominante de comunicação em toda nação”¹⁰⁹.

Buscando fugir dessas amarras e formalidades da cultura consensual, os jovens banidos da vivência cívica inventam o *break* e atualizam as práticas do grafite, estabelecendo, assim, novos princípios de comunicação para suas vidas, amparados pela visibilidade do *rap* e pela natureza democrática de seus encontros as novas práticas, isto é, o *break* e o grafite ganham força e ajudam a construir novas redes de sociabilidade para os jovens periféricos.

1- *MC'S E DJ'S*: COMO TUDO COMEÇOU

Diferentemente do que a maior parte das pessoas pensa, o *hip hop* foi concebido na Jamaica e não nos EUA. Mas foi nos guetos dos EUA, mais especificamente no Bronx, que esse gênero musical encontrou ambiente propício para se desenvolver. Na década de 1960, um jamaicano de nome Clive Campbell e que mais tarde ficou internacionalmente conhecido como Kool Herc aperfeiçoou o sistema de *sound systems*, que eram usados em Kingston, sua cidade natal. O *sound systems*, algo semelhante ao “trio elétrico” brasileiro, porém bem menores, servia para animar os bailes dos jovens jamaicanos.

Nesses eventos os *toast*,¹¹⁰ os precursores diretos dos *Masters of Ceremony* (Mestres-de-Cerimônias – MC's) tinham a grande responsabilidade de manter a festa animada. Além de animar as festas, eles costumavam trazer à tona assuntos polêmicos e delicados para o cotidiano dos jovens. O uso das drogas, o desemprego, a criminalidade, a situação política, a questão racial, entre outros, eram assuntos frequentemente discutidos nesses encontros. Portanto, na concepção inicial desse gênero musical, que estava sendo formulado na Jamaica, a preocupação com a vida dos excluídos já era um tema central. O posterior desdobramento desse ritmo musical nos EUA manteria esse viés contestador.

¹⁰⁹ Stuart Hall, *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, Rio de Janeiro, DP&A, 1998, p.49.

¹¹⁰ Segundo José Carlos Gomes da Silva, *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*, Tese (Doutorado em História), Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1998, o *toast* caracteriza-se pelo uso da linguagem das ruas e pela construção de experiências que remetem à história de vida dos excluídos. Representam também uma ligação contemporânea com a tradição da oralidade dentro da cultura negra.

No final da década de 1960, a Jamaica tornava-se pequena para as pretensões artísticas de Kool Herc. Motivado pelo desejo de expandir suas experiências com o *sound systems*, ele mudou-se para os EUA em 1967. Nos EUA o seu destino foi as comunidades pobres do Bronx. Herc logo percebeu que, apesar das precariedades, este ambiente oferecia condições para por em prática os seus conhecimentos de grande animador de bailes.

Para alcançar êxito em sua nova aventura musical, Herc teve de fazer adaptações para contemplar os gostos e as exigências dos ritmos musicais mais influentes junto às comunidades afro-americanas da época. Foi assim que o *soul* e o *funk* passaram a fazer parte do repertório de seus bailes, o que garantiu notoriedade imediata para esses eventos. Desse encontro histórico nasceu *break beats*, fragmentos rítmicos que possibilitavam o prolongamento da base musical e rompiam com a costumeira linearidade dentro dos bailes.¹¹¹ Como o prolongamento do trecho da música poderia ser repetido indefinidamente, esse espaço do baile, foi estrategicamente reservado para que seus participantes tivessem oportunidade de apresentar sugestões para os próximos encontros, fazer queixas e reclamações diversas, declamar versos e apreciar as contagiantes performances dos dançarinos.

As experiências adquiridas e acumuladas nos bailes de Kingston foram, então, redimensionadas no contexto das festas de rua que aconteciam na década de 1970 nos EUA. A importância dessas festas alcançou, nesta época, duas características distintas, porém, complementares. Inicialmente, destacaram-se como atividades de diversão e lazer dos jovens em bairros tipicamente negros, como o Bronx; num segundo momento, ganharam *status* de *locus* privilegiado para seus frequentadores realizarem-se artisticamente.

A expectativa de poder ver suas ideias viabilizadas e, acima de tudo, reconhecidas por seus pares, serviu de estímulo para outros jovens mergulharem com decisão nessa aventura musical que ganhava agora a simpatia de todo o Bronx. Esse foi o caso, por exemplo, de Grandmaster Flash que, de assíduo participante desses encontros, se tornou, de repente, um de seus mais ilustres colaboradores. A inovadora técnica de *scratch* (ato de fazer o disco rodar para frente e para trás, criando um som “raspado” característico do *rap*) é uma das principais contribuições de Flash para o

¹¹¹ Mais informações a esse respeito ver: Spency Pimentel, *O livro vermelho do rap*, Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso), Escola de Comunicação e Artes/USP, São Paulo, 1997, p.06.

movimento. Precisamente aqui, as contribuições provenientes do contexto jamaicano fundem-se numa feliz e oportuna simbiose com as experiências tecnológicas que os jovens estavam experimentando no cotidiano periférico dos EUA e, num mesmo movimento, patrocinam a reatualização da prática do canto falado, costume rotineiro dos negros da África Ocidental.

Os *rappers* representam uma continuidade da tradição da oralidade que permeou as relações culturais de seus ancestrais na África Ocidental. Por isso, são apresentados por vezes como uma espécie de *griots*¹¹² modernos. Nessa mesma tradição, o grito seria mais tarde um dos principais elementos aglutinadores dos negros nas Américas. Argumenta-se que essa tradição oral teria logrado continuidade na diáspora e marcado a experiência cultural dos afro-americanos não apenas nos EUA, mas em diferentes regiões, como o Brasil e o Caribe. Daí os traços de semelhanças entre a tradição da oralidade africana com muitas manifestações da cultura negra norte-americana, como, por exemplo, os *storyteller* (contador de história) e os *preacher* (pastores negros). No Brasil, essa tradição estaria mais comumente associada aos repentes do nordeste.¹¹³

A importância que a palavra falada tinha para seus ancestrais foi então resgatada pelos jovens negros no contexto do *rap*. Grandmaster Flash é tido como um dos principais responsáveis por viabilizar esse reencontro, uma vez que, em seus bailes, o microfone era oferecido para o uso livre e irrestrito de seus frequentadores, possibilitando, assim, a multiplicação dos *MC's*. Esse momento ficou conhecido como “*free style*” e nele as falas, geralmente de improviso, registravam o cotidiano dos jovens. Posteriormente, foram incorporados a essas falas versos populares e tradicionais e versos criados pela nova geração de *MC's*. Vianna observa que nessas circunstâncias o *rap* já tinha nome. Diz ele: “Flash entregava um microfone para que os dançarinos pudessem improvisar discursos acompanhando o ritmo da música, uma espécie de repente-eletrônico que

¹¹² Diversos estudos – Lillian Erlich, *Jazz: das raízes ao rock*, São Paulo, Editora Cultrix, 1977; Eric Hobsbawm, *História social do jazz*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990; Roberto Muggiati, *O que é jazz*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos) e José Carlos Gomes da Silva, *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*, Tese (Doutorado em História), Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1998. – convergem para a possibilidade de o grito ter sido a primeira forma de canto utilizada pelos africanos. Uma vez que música e linguagem na África nunca foram rigidamente divididas, um segmento dos músicos responsabilizava-se pela conservação narrativa da história e das tradições das comunidades, o outro segmento tinha a incumbência de manter o ritmo da música.

¹¹³ Mais detalhes sobre essas similitudes na tradição oral dos negros da África e das Américas, cf. Marco Aurélio Tella, *Atitude, arte, cultura e autoconhecimento: o rap como voz da periferia*, Dissertação (Mestrado em História), Departamento de Ciências Sociais PUC-SP, 2000.

ficou conhecido como *rap*”.¹¹⁴

Na década de 1970, além do nome, o *rap* alcançava também notoriedade entre os jovens negros da América do Norte, conquistando, assim, muitos seguidores para suas causas. Frente a essa nova realidade, o território do Bronx teve de ser dividido em áreas de influência, a Oeste o controle ficou sobre o comando de Kool Herc, a Leste com Afrika Bambaataa, e as regiões centrais e Sudeste eram dominadas por Grandmaster Flash.

É neste cenário de disputas territoriais e de fãs que África Bambaataa, outra figura emblemática no plano da reinvenção dos ritmos sonoros, ganha projeção. Atribui-se a ele a criação do termo *hip hop* e a introdução do *drum machine*, instrumento eletrônico que criava bases originais, para suas performances.

A “liderança” que exerciam entre os jovens negros fizeram de Grandmaster Flash e África Bambaataa os principais *DJ's* dos guetos nova-iorquinos da época. No transcorrer da década de 1970, as festas que eles organizavam eram sinônimo de sucesso. Por conta disso, *rappers* de diferentes regiões procuravam esses eventos para lançar ou divulgar seus trabalhos.

A habilidade e a cultura musical dos *DJ's* aparecem nesse contexto como determinantes para a consolidação do *rap*. A partir do conhecimento musical que eles detinham, muitas inovações surgiram e muitas técnicas foram aperfeiçoadas. A ideia de cortar e *mixar* um disco no outro, fazer *scrath* e *samplear* outras bases musicais figuram entre as principais contribuições dos *DJ's* para o universo da música jovem contemporânea.

Em meados da década de 1970, o *rap* já estava consolidado como estilo musical entre os jovens negros do Bronx. Neste momento, os eventos promovidos por Bambaataa eram um laboratório a céu aberto para as experimentações artísticas dos jovens. Além disso, o sentimento plural desses encontros encorajou os frequentadores a apresentarem suas mais distintas e inusitadas contribuições, que poderiam ser: uma releitura, caso do grafite, ou uma inovação estética, caso do *break*. Pode-se dizer que esses encontros marcam o início da transição do “estilo musical do *rap*” para uma complexa e rica teia de elementos que ajudariam a consolidar a “cultura *hip hop*”.

¹¹⁴ Hermano Vianna, *O mundo Funk Carioca*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 21.

No início da década de 1970 Bambaataa aproximava-se do islamismo e promovia uma reorientação política em sua vida. A filosofia islâmica teve participação determinante para a mudança de rumo dos encontros que realizava. Motivado, pois, por essa filosofia, Bambaataa cria a organização juvenil *The Nation of Slam* e imprime a seus encontros uma conotação cada vez mais engajada, priorizando assim a busca de soluções que levassem à superação dos problemas sociais vividos pelos jovens negros e hispânicos do Bronx. Orientado ainda pelos princípios do islão, Bambaataa funda, em 1973, uma organização pacifista chamada *Youth Organizations*, a qual, posteriormente, seria rebatizada como *Zulu Nation*.

Um dos princípios norteadores da *Zulu Nation* é a defesa incondicional que esta faz dos conhecimentos da cultura de rua. As justificativas para esse engajamento estariam amparadas no princípio religioso da crença em um Deus Único, que poderia ter nome de Jehovah, Allah, Jah, etc. O nome aqui não importa, pois, na concepção da *Zulu Nation*, esse Deus é o responsável pela existência de toda humanidade, independentemente do seu sexo, etnia, religião ou nacionalidade. Daí o empenho e o compromisso de superar o “racismo e o ódio”, as verdadeiras “doenças” da terra. Imbuído agora por esses novos preceitos, Bambaataa faz deles os principais instrumentos para combater o racismo e as frequentes brigas que ocorriam entre as gangues de rua e que devastavam o cotidiano do Bronx, nas décadas de 1970 e 1980.

É importante ressaltar que, ao pensar a *Zulu Nation* como Nação Universal, Bambaataa ajuda a difundir para outros continentes os principais elementos da cultura *hip hop*. No decorrer da década de 1970, os valores e os princípios mais expressivos do *hip hop* cruzam as fronteiras dos EUA e despertam o interesse e a curiosidade dos jovens de outros importantes centros urbanos do mundo para suas causas: São Paulo, Paris e Londres figuram entre os principais.

O reconhecimento e a aceitação da cultura *hip hop* em outros territórios foi inicialmente impulsionada pela militância da *Zulu Nation*. O engajamento dessa instituição ajudou na superação das idiossincrasias regionais (brigas de gangues) e com essa mesma determinação iniciou-se um movimento de defesa pelos valores universais para o cotidiano de todos os jovens negros, independentemente de sua nacionalidade, tais como: Justiça, Igualdade, Paz, Trabalho, Educação, etc. Por isso, na abertura de sua página oficial na internet a *Zulu Nation* anuncia:



Bem-vindo à Universal Zulu Nation. Movimento Internacional da Consciência HIP HOP. Conhecimento, Sabedoria, Entendimento, Liberdade, Justiça, Igualdade, Paz, Unidade, Amor, Respeito, Trabalho, Diversão. Transformando o negativo em positivo.

Desse momento em diante, esses preceitos, isto é, a ideia universal de Justiça, Paz, Igualdade, Liberdade etc., deveriam aparecer nos trabalhos artísticos realizados pelos “manos” do *hip hop* de qualquer parte do globo. Orientados pelas referências globais, mas sem deixar de lado as marcas e evidências locais, os jovens envolvidos com a cultura *hip hop* enfrentam as particularidades da tradição da narrativa urbana, centrada, quase sempre, na diversão e no lazer e iniciam uma participação crítica no meio circundante. Essa nova postura dos jovens negros foi responsável pela mobilização do gueto em um projeto de resistência e afirmação social.

A disposição de enfrentar os problemas de suas vidas de frente ofereceu condições – não planejadas – para a formação de uma cultura que corria paralelamente à cultura consensual. A linguagem cifrada para a grande parte do público, a moda que obrigatoriamente carrega os signos do gueto e o gestual agressivo criaram uma rejeição generalizada e muitas vezes intolerante contra a música *rap*. A pecha de música selvagem, maluca, baderneira que comprova a ausência de cultura não conseguiu, contudo, neutralizar a disposição dos jovens afro-americanos e hispânicos de seguir adiante na busca de um *status* social diferenciado para suas vidas. Esses segmentos foram notoriamente os mais afetados pelas mudanças sócio-econômicas surgidas em Nova Iorque, cidade antes industrial, e, na década de 1970, transformada em parque pós-industrial. Outro desdobramento das mudanças operadas pela política governamental da época foi a drástica redução das verbas federais para os serviços sociais, sendo que os bairros mais pobres e os grupos menos favorecidos, notadamente as comunidades afro-americanas e hispânicas, foram os setores mais comprometidos por essa nova conjuntura. Para enfrentar essa situação, os moradores dessas regiões reelaboram suas estratégias de sobrevivência com ações e intervenções voltadas prioritariamente para a valorização do cotidiano local. Os elementos artísticos que compõem a vida deles (a música, a dança e a pintura) expressam neste momento de maneira mais nítida o sentimento, a expectativa e a nova relação que os jovens associados ao movimento *hip hop* querem estabelecer com a sociedade.

O *hip hop* é resultado, então, dessas complexas trocas culturais tramadas no submundo da sociedade pós-industrial. Ele compartilha ideias e estilos entre os jovens periféricos sem a pretensão de unificar gostos ou de

estabelecer princípios norteadores para suas causas. As competições e confrontos entre os integrantes do *break*, para ver quem é o melhor dançarino, a demarcação de território que o grafite anuncia com seus traços multicoloridos no espaço urbano e a busca do melhor verso perseguido pela música *rap* para relatar o cotidiano da periferia são experiências que sugerem a integração de ideias, sem preconizar a hierarquia ou centralização de princípios.

Essa competição indica uma constante busca de *status* e de prestígio, movimentando os bastidores do universo *hip hop*. É isso, exatamente isso, que estimula os jovens que circulam por esse universo a escolher, por laços de simpatia, o estilo ao qual querem filiar as suas contribuições artísticas. O estilo representa, assim, um quesito a mais na composição da identidade grupal. Essa identidade não é estática, ela está, aliás, em constante mutação, pois a chegada de cada novo membro provoca rupturas e empresta ao grupo um caráter de reformulação permanente de seus princípios.

2 - DO CENTRO PARA A PERIFERIA: O PERCURSO DO HIP HOP EM SÃO PAULO

No final da década de 1970, a cultura *hip hop* tornava-se cada vez mais popular nos guetos nova-iorquinos. Nesta mesma época na cena brasileira, especialmente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, os bailes *blacks* eram os principais responsáveis pela aglutinação da juventude negra. Esses bailes surgiram como alternativa de lazer desenvolvida por segmentos juvenis migrantes e descendentes de migrantes que viviam na periferia dessas cidades. Por muito tempo, a cultura desses migrantes ficou circunscrita às suas próprias idiossincrasias. A dinâmica cultural dos grandes centros urbanos modificou, contudo, essa realidade, inoculando às novas gerações outros gostos, outras vontades e outros desejos de realização que, em muitos sentidos, conflitavam com os interesses outrora defendidos por seus pais.

Decididos a construir uma trajetória diferente para suas vidas e fugir da angustiante sina familiar, os jovens da periferia de São Paulo estabelecem, a partir da década de 1980, outra relação com a áspera realidade que envolve suas vidas e convocam seus pares para adotar essa mesma postura. Nessa nova relação, a “tristeza”, a “submissão” e a “vergonha” que marcaram a vida de seus pais são substituídas pelo orgulho

e a altivez que essa nova geração tributa à história e às tradições de seus antepassados.

Esse olhar de reverência para o passado de suas vidas fortalece as intervenções que eles fazem no presente. Agora, além de divulgar as peculiaridades de suas “quebradas”, os *rappers* buscam também construir um movimento cultural e político integrado em torno de valores e referenciais comuns. Nesse percurso, isto é, na elaboração desse movimento, eles atualizam a memória e reinterpretam a história de suas vidas.

Amparados agora por esse “novo conhecimento” e por uma renovada confiança em seus argumentos, eles arregimentam forças para enfrentar a secular opressão que a “Cultura de Engenho”, geração após geração, impinge aos seus semelhantes. “Ei, senhor de engenho/ eu sei, bem quem você é/ sozinho, cê num guenta/ sozinho cê num entra a pé/Cê disse que era bom, e a favela ouviu, lá também tem/Whisky, Red Bull, Tênis Nike e Fuzil”. (Racionais MC’s, *Negro Drama*, do álbum “Nada Como Um dia Após o Outro”, de 2002).

A letra em tom ameaçador escancara o sentimento de revolta dos representantes da diáspora com a sombria situação de suas vidas. Explícita, por outro lado, o desejo de iniciar um acerto de contas, para, enfim, cobrar dos representantes da “Cultura de Engenho” as devidas reparações por todas as humilhações e injustiças sociais cometidas contra o negro na trajetória de construção da sociedade brasileira. Percebendo, contudo, as desigualdades de forças, meios e instrumentos para levar adiante essa luta, os *rappers* estrategicamente convocam seus inimigos para um enfrentamento em igualdade de condições e sarcasticamente provocam e desafiam: “sozinho cê num guenta”. Para levar adiante essa luta eles apelam ainda para uma outra importante fonte de apoio e renovam os votos de confiança na Justiça Divina. Em seguida, convidam seus “trutas” e parceiros das quebradas para, juntos, seguirem adiante, “sem medrar” e “sem tremer”, já que contam agora com o apoio desse importante e incondicional aliado, afinal “Deus não é neutro, vigia os ricos, mas ama os que vêm do gueto”. Por isso, nos momentos de fraqueza ou hesitação eles o evocam.

Fé em Deus que ele é justo! Hei irmão nunca se esqueça/ Na guarda guerreiro levante a cabeça, truta/ Onde estiver, seja lá como for/ Tenha fé, porque até no lixão nasce flor (...) Eu sou guerreiro do rap, sempre em alta voltagem / Um por um, Deus por nós, tamo aqui de passagem. (Racionais MC’s, *Vida Loka parte I*, do

álbum “Nada Como Um Dia Após o Outro Dia, de 2002)

Note-se que lá nos primórdios do movimento *hip hop*, Bambaataa já havia professado a fé em um Deus Único, como uma solução pacificadora ao clima de animosidade que esgarçava as relações e o convívio entre os jovens do Bronx. No contexto brasileiro, esse apego e essa fé em Deus persistem, porém, com outras determinações, principalmente porque os manos do lado de cá desconfiam dos encaminhamentos pacíficos que um dia os manos do lado de lá imaginaram para a sociedade. Ademais, abaixo do atlântico, a fé não está ancorada numa única fonte inspiradora, por isso os *rappers* cantam: “agradeço a Deus e aos Orixás parei no meio do caminho e olhei para trás”.

É com essa determinação de não descartar nenhum potencial aliado – seja ele inspirado na fé cristã, seja ele inspirado na fé pagã – que eles seguem adiante, somando forças para enfrentar os desmandos da secular “Cultura de Engenho” da sociedade brasileira que, para eles, trabalha veladamente para transformá-los em jovens subservientes e limitados.

Irmão, o demônio fode tudo ao seu redor/ pelo rádio, jornal, revista e outdoor/ Te oferecem dinheiro, conversa com calma/ contamina seu caráter, rouba sua alma/ depois te joga na merda sozinho, / transforma um **preto tipo A num neguinho**. / Minha palavra alivia sua dor, / ilumina minha alma, louvado seja meu senhor/ que não deixa o mano aqui desandar, / ah, nem sentar o dedo em nenhum pilantra. / Mas que nenhum filho da puta ignore minha lei: / Racionais, Capítulo 4, versículo 3. (Racionais MC’s, *Capítulo 4 Versículo 3*, do álbum “Sobrevivendo no Inferno” de 1997), grifos nossos.

O fragmento acima deixa entrever um intermitente choque de tentações movimentando os bastidores da vida desses jovens. Essas tentações respondem, prioritariamente, pelo nome de consumo que “fode tudo ao redor/ pelo rádio, jornal, revista e outdoor”. Deus aparece nessas circunstâncias como uma força auxiliar que ampara e protege o “preto tipo A” contra os ardis do consumo e não deixa o “mano desandar”.

Além da força e da coragem para seguir adiante “sem desandar”, o componente religioso, isto é, a fé professada em Deus, oferece também

refúgio e abrigo para os jovens da periferia. Uma vez que as leis dos homens não conseguem promover a justiça e o equilíbrio social esperados, eles buscam ou projetam na referência simbólica de Deus o auxílio e o apoio necessários para superar o sofrimento e as dificuldades enfrentadas no cotidiano de suas vidas.

O fato é que, quando confrontados com a aridez do real, o poder e a força veiculada pela referência simbólica sucumbem, principalmente porque o sofrimento gerado por sucessivas segregações não foi, ainda, totalmente cicatrizado, daí a desconfiança dos “manos” com o tipo de relacionamento que a sociedade busca estabelecer com eles.

É importante lembrar que, a exemplo de outras coletividades juvenis da atualidade, os *rappers* não demonstram nenhum interesse em propor grandes transformações sociais. Querem simplesmente alertar, expor a dramática situação em que estão imersos e, com isso, cobram mais participação no jogo democrático. Essa estratégia de não veicular nenhum ideal de projeto alternativo em suas manifestações, confunde a cultura consensual e desperta suspeita nas lideranças dos movimentos sociais, que acusam os *rappers* de flertarem frequentemente com o mundo da ilegalidade.

A ideia de criminalizar o outro, empurrando-o para as fronteiras da ilegalidade é um recurso praticado com desenvoltura e esmero, segundo alguns estudiosos, pelos mecanismos de ajuste e controle da sociedade moderna. Ao fazer menção ao mundo moderno, aliamos-nos às análises de Zygmunt Bauman,¹¹⁵ para quem a modernidade é uma “época, ou estilo de vida, em que a colocação em ordem depende do desmantelamento da ordem tradicional’, herdada e recebida; em que ‘ser’ significa um novo começo permanente”.

Pode-se dizer que entre os objetivos desse recomeço permanente encontra-se a ideia de anular física e culturalmente o indivíduo para, em seguida, torná-lo estranho a seu próprio meio, criando, assim, uma categoria de rejeitados, não por aquilo que são, mas por aquilo que têm. Esses são, segundo Bauman, os “consumidores falhos”, pessoas que potencialmente podem causar problemas à ordem estabelecida, uma vez que são incapazes de participar ou mesmo responder aos atrativos da sociedade de consumo.

Essa realidade logo seria percebida pelos *rappers*, que passam a contrapor em suas crônicas musicais, as diferenças entre esses dois mundos.

¹¹⁵ Zygmunt Bauman, *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p. 20.

Olha só aquele clube que da hora/ olha aquele campo, olha aquela quadra/ olha, quanta gente/ tem sorveteria, cinema piscina quente/ olha quanto boy, olha quanta mina/ (...) olha aquele pretinho vendo tudo do lado de fora (...). Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo (...) o incentivo no lazer é muito escasso/É...o centro comunitário é um fracasso. (Racionais MC's, *Um Homem na Estrada*, do álbum "Raio X do Brasil", de 1994).

Ao perceberem a condição de consumidores falhos para a qual foram relegados, os *rappers* propõem uma rediscussão, vale dizer, uma intervenção nos espaços públicos, sugerindo mudanças em sua geografia. Para essa discussão, eles não se apresentam, entretanto, de maneira cordial, potencializam contrariamente seus discursos e suas intervenções com uma forte ira social.

Minha intenção é ruim/ esvazie o lugar/ eu tô encima/ eu tô a fim/ um dois pra atirar/ eu sou bem pior do que você ta vendo/ o preto aqui não tem dó é 100% veneno/ a primeira faz *bum*/ a segunda faz *pá*/ eu tenho uma intenção e não vou parar. (Racionais MC's, *Sobrevivendo no Inferno*, do álbum "Sobrevivendo no Inferno de 1997).

Como se pode depreender, as representações promovidas pelos *rappers* estão carregadas de "más intenções" contra tudo aquilo que é estranho à sua realidade. Daí a exigência, a exclamação, a intimidação mesmo, para que os "outros" esvaziem o lugar, pois território de "mano" não pode ser compartilhado com "qualquer um". De onde, afinal, vem a combustão para essa ira social? Sua força e capacidade congregadora estaria por acaso relacionada com o discurso comunitário e coletivo de seus membros? Em outras palavras, como esses jovens conseguiram atravessar a fronteira cinzenta do mundo ilícito para divulgar outros valores de suas quebradas?

São muitas as incertezas e dúvidas que pairam sobre os caminhos e possibilidades de escolha dos jovens na contemporaneidade. Essas dúvidas, de certa forma, vêm sendo tematizadas pelos *rappers*, quando, por exemplo, cantam a discriminação, a pouca oportunidade no mercado de trabalho, o analfabetismo, a violência, enfim, quando cantam todas as mazelas e obstáculos que encontram para uma participação mais efetiva na vida pública.

Para além da tensão social à qual essas questões nos remetem, é interessante notar que a pobreza e o isolamento social dessas coletividades têm, paradoxalmente, transformado-se em poderosos estimuladores para uma criatividade emancipatória sem precedentes na periferia de São Paulo, o que possivelmente aponta para sintomas de um processo evolutivo e crescimento pessoal dos indivíduos dessas localidades, uma vez que os jovens que transitam pelo universo *rap* não o fazem só por lazer, mas encontram aí a oportunidade de falar de forma realista de suas condições de vida, evidenciando, desse modo, as contradições sociais do país.

Essa situação narrada é resultado de uma profunda alteração do espaço público e do significado que a noção de público passou a ter nas sociedades contemporâneas. Segundo Sennett,¹¹⁶ essa alteração sinaliza o “fim da cultura pública”, levando, cada vez mais, “um grupo selecionado de pessoas” a rejeitar o “exterior” e o “diferente”, esvaziando, desse modo, o sentimento de “solidariedade” entre os indivíduos, em clara demonstração de intolerância, que teve como consequência mais imediata a redefinição para a ocupação de espaço público.

Refletindo sobre as vicissitudes da cultura pública e, conseqüentemente, sobre os modos de viver na atualidade, diversos estudiosos, como Caldeira (2001), Bauman (1998), e Sennett (1988) observam que todas as vezes que o espaço público sofreu mudanças para atender interesses de setores específicos, as contradições sociais revelaram-se mais intensamente.

Para Caldeira, a síndrome do medo instaurada em uma população vitimada pela violência e pelo crime levou determinados setores da população a adotarem medidas extremadas de relacionamento com o universo público. Inicialmente, com elevado grau de desconfiança na capacidade dos poderes públicos de zelar por sua segurança, os “consumidores ativos” contrataram empresas privadas de segurança para protegê-los. Ao perceberem que essa medida era ainda insuficiente, eles edificaram condomínios fechados numa clara e ostensiva tentativa de evitar encontros com aqueles que consideram “diferentes” e, por conta disso, “perigosos”.

¹¹⁶ Richard Sennett. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 32.

Decorre daí “uma verdadeira implosão da vida pública”, pois, ao arvorarem “o direito de não serem incomodados”, esses grupos de privilegiados – como bem observou Sennett – além de alterar a paisagem

urbana, vivem em seus oásis de privilégios, uma singular situação, “em que a qualidade privada é enfatizada acima de qualquer dúvida e em que o público, um vazio disforme tratado como resto, e considerado irrelevante”.¹¹⁷

Com efeito, a redefinição da ocupação do espaço público abriu caminho para a cristalização de um individualismo sem precedentes nas sociedades de massas, que, em nome de certa “tranquilidade”, elegeu uma segurança exacerbada para áreas privadas, em prejuízo dos interesses coletivos. Dessa nova conformação social resultou um isolamento de classes ainda maior, responsável, entre outras coisas, por uma significativa alteração da paisagem urbana.

Posição semelhante é igualmente defendida por Bauman, quando conclui que a alteração da paisagem urbana está diretamente relacionada com o desejo de “ordem” e “pureza” desenvolvido pela sociedade moderna. Em defesa desse sentimento, tudo foi praticado visando “organizar”, “classificar” e “separar” os indivíduos, criando, assim, uma categoria de estranhos considerados irrelevantes mas, apesar disso, necessários à manutenção da paz social.

A cultura *hip hop* tem se firmado como um importante meio de aglutinação para os jovens de periferia debaterem sobre as contradições contemporâneas que incidem diretamente em suas vidas. Portanto, mais do que estranhos, seus membros são incômodos, pois teimam em trazer à tona o avesso do país, implodindo a “rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária”.¹¹⁸

O que estamos querendo elucidar com essas reflexões é que o uso e as possibilidades de uso do espaço urbano na cidade de São Paulo ganharam novos contornos a partir da década de 1980, quando esses novos atores sociais entraram em cena.

¹¹⁷ Tereza Pires do Rio Caldeira, *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo, Ed. 34/ Edusp, 2001, p. 313.

¹¹⁸ Zigmunt Bauman, *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p. 19.

Deste momento em diante, a presença cênica, porém, demasiadamente incômoda dos jovens periféricos, torna-se cada vez mais notada nos grandes centros urbanos do país, seja pelas praticas delituosas e potencialmente perigosas de seus atos – que leva determinados meios de comunicação a tratá-los como “super-star do Notícias Populares” –, seja pela determinação

que eles agora professam em abandonar as zonas cinzentas de suas quebradas para, num mesmo movimento, ocupar os espaços iluminados da cidade. O fato é que independentemente do motivo, a chegada desses “estranhos” e os *shows* de “esquisitices” que eles agora apresentam no coração da cidade, altera a rotina dos seus passantes.

Aqueles que até então eram considerados inexistentes tornam-se de repente uma categoria de incômodos, que a conjuntura sociopolítica da década de 1980 já não podia mais ocultar, principalmente porque as novas demandas trazidas à tona com a abertura política exigiam a renovação das relações do poder público com a sociedade civil. Assim, ainda que seja cognominada uma década perdida em termos econômicos, os anos de 1980 podem ser considerados altamente positivos, tanto política como culturalmente para a sociedade brasileira.

Esse período corresponde a uma fase de transição, em que os projetos, anseios e expectativas do indivíduo foram postos à prova diante da nova conjuntura vivenciada pelo país. A abertura política, as eleições diretas para Governador a partir de 1982, a campanha pelas “Diretas Já”, em 1984, e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, são eventos que sintetizam um pouco do clima desses novos tempos.

Abaixo desses projetos maiores ou, dizendo de outro modo, de envergadura nacional, encontravam-se demandas consideradas até então como “menores”, mas que ganharam importância na nova agenda sociopolítica de São Paulo, quando os jovens, principalmente os jovens periféricos,¹¹⁹ resolveram apresentar à sociedade uma pauta de

¹¹⁹ No início da década de 1980 o centro da cidade de São Paulo foi tomado por uma grande diversidade de grupos de estilo. Eles dividiram a região em áreas de influência. A “área” nunca foi de exclusividade de um grupo só, às vezes pertencia a um grupo no meio de semana e a outro no final de semana. Assim, a Estação São Bento do metrô foi inicialmente ocupada pelos *punks* e posteriormente pelos integrantes do movimento *hip hop*. As escadarias do Teatro Municipal ficaram marcadas pelas performances eletrizantes dos dançarinos de *break*, o Cemitério da Consolação e a Rua Augusta sempre contaram com a presença marcante dos góticos; os *skinheads* marcaram presença na Praça da República e no largo da Santa Cecília; a Galeria 24 de Maio foi um espaço compartilhado por diversos grupos, *black music*, metaleiros, *darks*, entre outros. No final da década de 1990, houve uma pulverização desses movimentos e a identidade territorial foi se desfazendo. Mais informações sobre esse assunto ver: Antonio Bivar, *O que é Punk*. São Paulo, Brasiliense, 1982; Márcia Regina Costa, *Os Carecas do Subúrbio*, Petrópolis, Vozes, 1993; Helena W Abramo, *Cenas Juvenis, Punks e Darks no Espetáculo Urbano*, São Paulo, Scrita/ Anpocs, 1994;

reivindicações que orientaria e intermediaria o convívio de uma nova vida pública.

No caso específico do movimento *hip hop*, pode-se dizer que suas primeiras manifestações aconteceram nas imediações da Estação São Bento do Metrô, para lá confluíram também grafiteiros e a garotada do *break*. O oportuno encontro e o convívio dessas três vertentes artísticas em um mesmo espaço fizeram emergir a cultura *hip hop* em São Paulo, difundida posteriormente para todo o território nacional.

Em 1983, o grupo *Funk & Cia*, liderado por Nelson Triunfo, iniciou a sua intervenção no centro de São Paulo. As apresentações eram feitas inicialmente nas escadarias do Teatro Municipal. Este local tornar-se-ia uma referência para uma multidão de pessoas, principalmente para os *office boys*, que para lá se deslocavam todos os dias na hora do almoço, para esperar as contagiantes performances dos dançarinos de *break*.

Vimos que a presença desses jovens e os seus *shows* de “esquisitices” alteraram a rotina da região central de São Paulo e das pessoas que lá trabalhavam. Os encontros ensejaram diversos problemas com as autoridades. Apesar dos problemas e das dificuldades enfrentadas para se estabelecerem, melhor dizendo, para serem aceitos como indivíduos possuidores de direitos no centro de São Paulo, esses jovens não fraquejaram, nem sucumbiram às ameaças dos “donos da cidade”. Assim, com entusiasmo e determinação seguiram adiante abrindo caminho, semeando e plantando os princípios para a consolidação da arte de rua. Por isso, quando foram impedidos de usar as escadarias do Teatro Municipal como palco de suas apresentações, eles imediatamente mudaram seus encontros para as confluências das Ruas 24 de Maio e Dom José de Barros.

A insistência em permanecer no centro da cidade evidencia algumas diferenças entre a constituição do *hip hop* brasileiro e norte americano. Enquanto lá a construção da cultura *hip hop* ocorreu de maneira sincronizada, isto é, o canto, a dança e a arte gráfica cresceram concomitantemente dentro de um mesmo território. Aqui foi o *break* que primeiramente se destacou e, só posteriormente, as experiências dessa dança seriam compartilhadas com as demandas provenientes do *rap* e do grafite, compondo, assim, um todo e único que viria a ser conhecido como

cultura *hip hop*. Outra importante distinção que pode ser feita é que, enquanto nos EUA a cultura *hip hop* cresceu e se fortaleceu no gueto, entre nós, o processo desenrolou-se de maneira inversa. Ou seja, apesar de ser uma cultura feita no gueto e para o gueto, o *hip hop* brasileiro cresceu e desenvolveu-se primeiro nos espaços iluminados da cidade.

Em nosso entendimento, a natureza simbólica de local centralizador de manifestações políticas que sempre caracterizou o centro de São Paulo deu suporte e ajudou a definir essa situação. Se ficassem dispersos pelas periferias da cidade, a distância e as dificuldades impostas como, por exemplo, de locomoção de um bairro para o outro, impediriam os jovens de trocar e compartilhar as suas experiências de vida adequadamente. O Centro de São Paulo foi, portanto, escolhido por ser uma região de fácil acessibilidade, uma referência comum e conhecida de todos os jovens, mesmo os que viviam nas mais longínquas periferias.

Até meados da década de 1980, os encontros na região central priorizavam o entretenimento e a diversão. A guinada que possivelmente levou esses jovens ao encontro de temas mais politizados pode ser associada à diversidade de ideias e informações que as diferentes coletividades juvenis levavam para a região central de São Paulo nessa época. O conteúdo político e a verve contestadora não tardaram a chegar e, ainda no final da década de 1980, os *rappers* começaram a elaborar de maneira mais criteriosa e consistente as suas intervenções no espaço urbano.

Foi nesse contexto que a questão racial ganhou força e ajudou os jovens da cultura *hip hop* a redefinirem os rumos do movimento para a década de 1990. Posicionar-se contra as injustiças sociais já não era suficiente. Eles cobravam, agora, além do engajamento social, uma consciência *black* e uma atitude *funk* de seus militantes. A música Júri Racional explicita bem essa situação. Nesta música, o negro sem consciência *black* e sem atitude *funk* é levado ao tribunal do júri racional, para explicar porque fraquejou em sua missão de preservar a memória e a história de seus antepassados, agindo frequentemente como “traidor”, um “negro otário”, enfim, um “inocente útil” que foi e é facilmente manipulado pelo “inimigo racista”.

Eu quero é devolver nosso valor, que a outra raça tirou/
Esse é meu ponto de vista. Não sou racista, morou?/ E
se avisaram a sua mente, muitos de nossa gente / mas
você, infelizmente/ sequer demonstra interesse em se
libertar./ Essa é a questão, auto-valorização/ esse é o
título da nossa revolução./ Capítulo 1 :/ O verdadeiro

negro tem que ser capaz/ de remar contra a maré, contra qualquer sacrifício./ Mas no seu caso é difícil: você só

pensa no próprio benefício./ Desde o início, me mostrou indícios/ que seus artifícios são vícios pouco originais/ artificiais, embranquiçados demais./ Ovelha branca da raça, traidor! Vendeu a alma ao inimigo, renegou sua cor” Refrão: “Mas nosso júri é racional , não falha/ Por que? Não somos fãs de canalha!

“Conclusão: “Por unanimidade/ o júri deste tribunal declara a ação procedente/ e considera o réu culpado/ por ignorar a luta dos antepassados negros/ por menosprezar a cultura negra milenar/ por humilhar e ridicularizar os demais irmãos/ sendo instrumento

voluntário do inimigo racista. / Caso encerrado. (Racionais MC's, *Juri Racional*, do álbum “Raio X do Brasil”, de 1993).

Ainda que expressem um viés autoritário, os versos quase sempre reclamam o apoio de mais de “50 mil manos”, ou seja, falam em nome de uma coletividade que ampara e empresta legitimidade a anti-cordialidade de suas ações contra o “sistema opressor”. É importante esclarecer que, para os jovens da cultura *hip hop*, sistema opressor, quase sempre, quer dizer violência policial, mas pode também estar materializado na escola ineficiente, nas poucas oportunidades de emprego, nas drogas, no crime, na falta de saneamento básico em suas regiões, enfim, no reduzido acesso que eles têm aos direitos mais elementares para a construção de uma vida cidadã na sociedade contemporânea. Essas dificuldades estão inarredavelmente presentes na vida da maioria dos jovens periféricos. Superá-las é o que exige maior esforço, é o que exige maior empenho. Ocorre que as saídas ficaram tão rigorosamente afuniladas que os jovens dessas paragens são geralmente vistos como uma sombra, um estorvo, “um efeito colateral que o sistema fez” e agora não sabe como resolvê-lo.

A fim de responder ao desprezo com que a sociedade trata as suas necessidades mais urgentes, eles procuram atalhos para resolver seus problemas e, ao mesmo tempo, alcançar *status* social. Para tanto, recorrem, muitas vezes, aos caminhos da ilicitude, o tráfico, por exemplo, é uma opção sempre presente.

O movimento *hip hop* apresentou-se para os jovens periféricos como uma alternativa de combate e enfrentamento de todos os vícios que o “sistema” trouxe para alimentar e “alienar” a vida na periferia. Apesar de ser uma importante alternativa no plano das representações coletivas – o

discurso *rap*, quase sempre, fala e reivindica em nome dos irmãos de sofrimento da periferia –, as escolhas são sempre individuais e, individualmente, o caminho do ilícito é mais rápido e, muitas vezes, mais atrativo para os “sobreviventes” da periferia.

lado. / Sua mina apaixonada, linda e solidária/ perdeu a posição, ele agora tem várias...

(...) Ascensão meteórica, contagem numérica/ farinha impura, o ponto que mais fatura/ um traficante de estilo, bem peculiar/ você viu aquele mano na porta do bar? (...) A lei da selva é assim, predatória/ clic, clec, BUM, preserve sua glória/ transformação radical, estilo de vida/ ontem sossegado, e tal/ hoje homicida/ ele diz

que se garante e não ta nem aí/ usou e viciou a molecada daqui (...)

Você está vendo o movimento na porta do bar?/ tem muita gente indo pra lá, o que será?/ (...) Ouço um moleque dizer, mais um cuzão da lista/ dois fulanos numa moto, única pista/ eu vejo manchas no chão, eu vejo um homem ali/ é natural para mim, infelizmente./ A lei da selva é traiçoeira, surpresa/ hoje você é o predador, amanhã é a presa./ Já posso imaginar vou confirmar / me aproximei da multidão e obtive a resposta/ você viu aquele mano na porta do bar?/ ontem ele caiu com uma rajada nas costas. (Racionais MC's, do álbum, “Raio X do Brasil”, de 1993).

Buscando fugir dessa rotina, isto é, dos obstáculos (escolas de baixa qualidade e desemprego) e dos vícios (álcool e drogas) que o “sistema” plantou na periferia, os *rappers* começaram a defender, em meados da década de 1990, uma atitude mais propositiva para as suas intervenções no cenário urbano. Para ver esse objetivo materializado, eles criaram as *posses*, espaços reservados para o debate e a reflexão, onde os jovens militantes da cultura *hip hop* trabalham para fortalecer os seus vínculos de pertencimento.

Com a criação das *posses*, o discurso monolítico da violência – “Minha intenção é ruim, esvazie o lugar/Eu tô encima eu tô a fim, um dois pra atirar!/Eu sou bem pior do que você ta vendo/O preto aqui não tem dor, é cem por cento veneno!” – cedeu espaço para outras temáticas que pressupunham um engajamento mais consciente e politizado dos militantes do *hip hop*: “Negro drama entre o sucesso e a

lama (...)Negro drama/Cabelo crespo e a pele escura/A ferida/A chaga/ a procura da cura”.

Nesses novos tempos, eles costumam lembrar que com o apoio incondicional que recebem das mães e com a fé inabalável que dedicam a Deus, conseguirão seguir adiante, lutando para melhorar as suas condições de existência, pois sabem, ainda que intuitivamente, que “só o pobre vive radicalmente o ser efetivo e presente, na indignação e no sofrimento, e por isso só ele tem a habilidade pra renovar o ser”¹²⁰.

¹²⁰ Antonio Negri e Michael Hardt, *Império*, Rio de Janeiro, Record, 2002, p.175.

O SERTÃO VAI À FACULDADE: O SERTANEJO UNIVERSITÁRIO E O BRASIL DOS ANOS 2000

Gustavo Alonso¹²¹

Discussões sobre a música sertaneja frequentemente questionam o apodo "universitário" atribuído ao gênero nos dias de hoje. Dentre os artistas deste gênero estão César Menotti & Fabiano, João Bosco & Vinicius, Luan Santana, Fernando & Sorocaba, Jorge & Mateus, Maria Cecília & Rodolfo, Victor & Léo, Michel Teló entre outros. Se alguém ainda não ouviu falar deles, vive em outro país que não o Brasil.

É possível, no entanto, que a audição de um crítico tenha sido influenciada pelos frequentes repúdios ao gênero. É comum ouvir nas ruas que o atual sertanejo universitário é uma moda passageira, uma bolha que estourará em poucos anos, deixando órfãos artistas de “quinze minutos de fama”. Alguns dizem que o sertanejo continua a mesma coisa, duplas melodramáticas, letras exageradas, participação acentuada na indústria cultural, popularidade em alta.¹²² Nada mais longe da verdade. Outros enfatizam que o apodo “universitário” é simplesmente um instrumento para atrair as classes mais abastadas.¹²³ Ou seja, não haveria nada de novo, logo não haveria para tal apodo, que seria simplesmente uma reformulação “do mesmo”,

¹²¹ Professor temporário do Depto. de História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História pela UFF com a tese "Cowboys do Asfalto: música sertaneja e modernização brasileira" (2011) sob a orientação do professor Dr. Daniel Aarão Reis Filho. Fez doutorado-sanduiche na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris-França) com um projeto comparativo acerca de sociedades-civis e regimes autoritários, sobretudo o caso da ditadura brasileira e os casos alemão e francês durante a época do nazismo. Publicou o livro "Simonal: quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga", pela Editora Record, 2011, fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 2007 na UFF.

¹²² A curta bibliografia sobre o tema insiste em dizer que a nova música é produto de projetos da indústria cultural, ecoando diversos setores da sociedade críticos ao novo gênero. Gustavo de Moura Bastos, "Jovem Música sertaneja: a construção de marca dos artistas sertanejos contemporâneos. Monografia de Comunicação Social. UnB. 2009. Este tipo de trabalho ecoa trabalhos como os de Antonio Candido (1971 – original de 1964), Walter Krausche (1983), Ferrete (1985), Romildo Santana (2000), Rosa Nepomuceno (2000), Ayrton Mugnaini Jr. (2001) e Ribeiro (2006) que, embora aceitem a música sertaneja como parte integrante do desenvolvimento da música caipira, têm um tom saudosista em relação à um passado perdido. Devido a esta característica chamarei-os de românticos. Alguns destes autores, especialmente Ferrete, Ribeiro e Nepomuceno, também têm tom acentuadamente jornalístico e de “coleccionador de casos”, mas distinguem-se dos anteriores pela maior problematização das disputas estéticas; Outra linha de textos, de fortíssima influencia marxista, explícita ou não, estão os trabalhos de Waldenyr Caldas (1977 e 1987), Bonadio e Saviole (1980), José de Souza Martins (1975) e Jean Carlo Faustino (2009), que vêem a música sertaneja como deturpação da música caipira “tradicional”;

¹²³ “Essa chancela de “universitário” para tipos musicais popularescos, só para tentar atrair as classes mais abastadas, ainda merece um tratado de sociologia sobre o Brasil atual”. *O europeu gosta de Chico Buarque e de Michel Teló*, por Fernando Vives. Carta Capital, 06/01/2012. Lido em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-europeu-gosta-de-chico-buarque-e-de-michel-telo/>

uma artimanha da indústria e dos próprios artistas para vender mais.

Esta versão ganha cada vez mais força, tanto mais o sucesso sertanejo alcança o último bastião que ainda refrata este gênero, ou seja, o tradicional polo cultural brasileiro, o Rio de Janeiro. De fato, ainda há resistências significativas. O último Rock in Rio realizado na capital carioca, por exemplo, excluiu de forma solene todo e qualquer sertanejo. Nenhum nome foi sequer cogitado pela produção, que, não obstante, convidou ídolos do axé como Claudia Leite e Ivete Sangalo, da MPB, como Milton Nascimento, e até ídolos americanos como Stevie Wonder, todos eles artistas não necessariamente afinados ao rock.¹²⁴

Apesar dos eventuais refugos e resistências, o sucesso e popularidade do sertanejo são tamanhos que a capital fluminense já foi cercada por um exército de “universitários”, armados com canções simples do interior, que agora “atacam” a capital “por dentro”.

No Carnaval de 2010, um novo tipo de música conquistou as ruas do Rio de Janeiro, onde tradicionalmente o samba era dançado pelos sambistas. Na orla do rico Leblon, um bloco de música passou arrastando uma multidão de 15 mil pessoas. Era o bloco “Chora me liga”, com a dupla Rick & Ricardo, que cantava sucessos para um animado público. O nome do bloco fazia referência à canção homônima da dupla João Bosco & Vinícius, a mais tocada pelas rádios do país em 2009.¹²⁵ Em 2011, o número de foliões que acompanharam a segunda edição do bloco quase triplicou, passando das 40 mil pessoas, e teve que mudar de passarela. Neste ano, criou-se outro bloco ainda maior. O “Chora me liga” continuou na orla de Ipanema e um segundo bloco chamado “E daí?”, referência ao grande sucesso na voz de Guilherme & Santiago, foi para as pistas do Aterro do Flamengo, onde pôde melhor acomodar o imenso número de fãs.¹²⁶

¹²⁴ Wonder chegou a ter o momento de auge de seu show, cantando uma versão de *Você abusou e Garota de Ipanema*, no formato bossa nova. Não causou espanto na mídia e no público, no entanto, que a bossa nova estivesse sendo tocada num festival de rock. Sobre a não participação dos sertanejos no Rock in Rio escrevi na época um balanço crítico no blog Labcult: <http://labcult.blogspot.com/2011/10/sertanejo-in-rio.html>. Para uma reportagem sobre esta ausência, ver: “No Rock in Rio, não entra música sertaneja”, por Leonardo Torres, em 06/05/2011 <http://www.sidneyrezende.com/noticia/130353+no+rock+in+rio+nao+entra+musica+sertaneja>.

¹²⁵ “Sertanejos século XXI”. O Globo, 2º Caderno, 29/03/2010, p. 1 e 3.

¹²⁶ “Blocos ‘flash-mob’”, O Globo, 02/03/2011, p. 16. Ver também: *O sertanejo invade a praia*, Veja Rio Digital, 24 de Janeiro de 2012. <http://vejario.abril.com.br/especial/sertanejo-no-rio-671985.shtml>

Horrível para alguns, adorada por outros, a música sertaneja conquista mais legitimidade na sociedade também nos ricos bairros da capital carioca, um dos mais resistentes nacos do país (talvez o único?) à entrada do gênero que há muito tempo toca por todo o Brasil. O organizador do bloco “Chora me liga” explicou porque inovou em pleno carnaval carioca: “O Rio recebe muita gente, e a demanda para um carnaval diferenciado é cada vez maior”¹²⁷

De fato, a música sertaneja é ainda uma espécie de gueto para muitos cariocas (embora cada vez mais todos os gêneros tenham se transformado em gueto depois da crise da indústria fonográfica). De qualquer forma, a sua aceitação gradual parece demonstrar que, ao invés de se transformar em nicho, a música sertaneja está cada vez mais saindo deste.

O sucesso da música sertaneja atual é inegável. Duplas, como Victor e Léo, uma das mais bem sucedidas, fazem cerca de 200 shows por ano e têm uma carreira digital de peso. Victor e Léo tiveram a música para celular mais vendida de 2009, o maior número de downloads do ano e um aplicativo para Iphone que foi o mais baixado no país por duas semanas.¹²⁸ Luan Santana fez mais de 300 shows em 2011, alcançando fronteiras antes problemáticas para artistas do gênero: o artista gravou seu último DVD em pleno Rio de Janeiro.

Grande parte do sucesso se deve à transição no gênero. Houve uma mudança de instrumentação: a sanfona entrou no lugar do teclado; o violão com cordas de aço, no lugar da estridente guitarra onipresente na década anterior. As músicas têm uma levada mais pop. A mais radical mudança foi lírica: tematicamente houve uma mudança de 180 graus. Se os sucessos de Zezé Di Camargo & Luciano, Chitãozinho & Xororó e Leandro & Leonardo eram basicamente canções “de corno”, que cantavam a distância da pessoa amada e a impossibilidade da realização amorosa, o atual sertanejo universitário subverteu esta lógica. No sertanejo universitário há duas formas poéticas que romperam com o que havia de padrão lírico no gênero até então. A primeira metamorfose refere-se à ênfase atual no amor afirmativo, aquele no qual a relação amorosa se completa para felicidade dos amantes: é o caso, principalmente, de duplas como Victor & Leo e Luan Santana. Um bom exemplo é a canção “Meteor”, composição de Sorocaba, cantada pelo jovem Luan: “Depois que eu te conheci fui mais feliz/ Você é exatamente o que eu sempre quis/ Ela se encaixa perfeitamente em mim/ O nosso quebra-cabeça teve fim/ (...)/ Meteor da paixão./ Explosão de sentimentos/ Que eu não pude acreditar/ Ah! Como é bom poder te amar!”. Outro exemplo é a composição “Ai, se eu te pego” (Antonio Dyggs/Sharon Acioly), internacionalmente conhecida na voz de Michel Teló: “Sábado na balada/ A

¹²⁷ Revista O Globo, 14/02/2010, p. 8

¹²⁸ “Sertanejos século XXI”. O Globo, 2º Caderno, 29/03/2010, p. 1 e 3.

galera começou a dançar/ E passou a menina mais linda/ Tomei coragem e comecei a falar/ Nossa, nossa!/ Assim você me mata/ Ai, se eu pego...”.

A segunda mudança temática refere-se a um relaxamento em relação à distância: ultrapassando a temática “de corno” do gênero na década anterior, a lógica atual é a do “tô nem aí pra você”, no qual a relação é passageira e fluida, e frequentemente o fim do relacionamento é visto com otimismo pelo compositor/cantor. Em grande parte das canções atuais não se sofre por ciúme ou amor não correspondido.¹²⁹ Um ótimo exemplo é um sucesso de Michel Teló: “Ei, psiu/ Beijo me liga/ eu to curtindo a noite/ Te encontro na saída”. Na linha do otimismo em relação ao fim do amor, há os exemplos de “Chora, me liga” (Euler Coelho), sucesso na voz de João Bosco & Vinícius: “Chora me liga/ implora meu beijo de novo/ me pede socorro/ quem sabe eu vou te salvar...”. Ou, então, a canção “O troco”, cantado por Maria Cecília & Rodolfo: “Todo o tanto que você chorar pra mim é pouco/ Você tá tendo o troco, falei que ia ter troco/ Pode rastejar, implorar, pedir perdão/ Eu vou olhar na tua cara e ficar repetindo não”.

A música sertaneja exerce esteticamente hoje algo que a bossa nova também fez nos anos 50. Antes de João Gilberto, Vinícius de Moraes e Tom Jobim, as canções populares, mesmo entre as elites nacionais, eram aquelas associadas à “dor de corno”, ao melodrama das relações rompidas, aos exageros operísticos e virtuosísticos como forma de exacerbar as separações cantadas nas canções. Os ritmos que tocavam os corações das elites nacionais eram os samba-canções e os boleros de Nelson Gonçalves, Ângela Maria, Cauby Peixoto, Noite Ilustrada e outros cantores associados a temas relacionados ao melodrama. “Chega de saudade” foi um marco, porque instaurou uma nova poesia, mais leve, afirmativa em relação ao amor, rompendo com a estética dos dramalhões sentimentais nas canções. Este projeto tocou os corações das classes médias urbanas ansiosas pela modernização sentimental e lírica do cancionário.¹³⁰ De forma semelhante, o sertanejo universitário parece abrir novos caminhos sentimentais para grande parcela da sociedade brasileira, legitimando e congratulando-se com novas formas de sentir, dar e receber amor e prazer.

¹²⁹ Diferentemente das canções “de corno” da década anterior, na qual a tônica era os amores não retribuídos e a distância como tema hegemônico, agora há a hiper valorização da individualidade e do indivíduo como solucionador de seus próprios problemas. Ambas vertentes, no entanto, são problemáticas, pois pressupõem metafísicas e certezas como respostas claras para lidar com o sofrimento pessoal. Mas o que é importante aqui é que são metafísicas vividas de forma diametralmente opostas. Para a atual hipervalorização do *self*, ajudou-me muito o texto: Colin Campbell. “Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno”. IN: Livia Barbosa & Colin Campbell. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

¹³⁰ Esta é uma das principais teses de Castro, Ruy. *Chega de saudade: a história e as histórias da Bossa Nova*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

O sertanejo vem sendo chamado desde meados dos anos 2000 de “universitário”, em parte por ser consumido e, em alguns casos, produzido, por jovens das faculdades, especialmente do interior do Estado de São Paulo, Minas

Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul. Duplas, como Maria Cecília & Rodolfo se conheceram nos bancos acadêmicos. O Sorocaba, da dupla Fernando & Sorocaba, estudou Agronomia. João Carreiro & Capataz são formados em Administração e Direito, respectivamente. João Bosco estudou Odontologia e Vinícius, Fisioterapia.

Na última década, o sucesso deste gênero deveu-se muito à divulgação pela internet. O empresário de João Bosco & Vinícius, Euler Coelho, foi claro: “Se não fosse a internet, nosso sucesso demoraria 50 anos para acontecer, e não cinco”. O empresário da dupla Bruno & Marrone, Rodrigo Martino Barbosa, aponta para a inversão do ciclo produtivo da indústria fonográfica atual: “Quando o público de shows começa a passar de 20, 30 mil, os meios de comunicação e as gravadoras têm que engolir”. Se antes as gravadoras faziam os nomes das grandes celebridades, nos dias de hoje ganha força o movimento inverso: a indústria consolida nomes que se tornaram populares de forma independente, especialmente pela internet.¹³¹ O exemplo mais óbvio deste fato é o cantor Luan Santana, que começou a carreira por volta dos quinze anos, com um vídeo no Youtube intitulado “O guruzinho”.

O Rio de Janeiro era o último grande mercado que faltava para a música sertaneja. Gradualmente está sendo conquistado. Luan Santana tomou a dianteira, o que explica em parte seu sucesso e legitimidade no meio, e gravou o DVD de 2011 no Rio de Janeiro, demonstrando claras intenções dos sertanejos de conquistar esta última praça resistente ao som do interior.¹³² Boates na Zona Sul da cidade vêm recebendo artistas do interior de braços abertos, com público cativo e bom retorno de investimento.¹³³ E em meio à crise fonográfica, os sertanejos universitários ainda conseguem gravar em grandes gravadoras. Depois de começarem quase sempre de forma independente, integram o elenco da Sony e Som Livre, as duas principais distribuidoras do sertanejo universitário no país. Ignorando-se os discos religiosos, seis dos dez mais vendidos do ano de 2009 foram de música sertaneja.¹³⁴

¹³¹ Esta visão foi apresentada um tanto esquematicamente, mas parece apontar diferenças bastante sensíveis nos dias de hoje. No Rio de Janeiro, artistas como Mallu Magalhães ganharam visibilidade na internet e depois conseguiram gravadoras multinacionais devido à popularidade digital alcançada. Sobre as falas apresentadas neste parágrafo, ver: “Sertanejos século XXI”. O Globo, 2º Caderno, 29/03/2010, p. 1 e 3.

¹³² O álbum “Ao vivo no Rio” foi gravado em 11 de dezembro de 2010, no HSBC Arena, na Barra da Tijuca, e lançado comercialmente no dia 10 de abril de 2011.

¹³³ Ver: *O sertanejo invade a praia*, *Veja Rio Digital*, 24 de Janeiro de 2012: <http://vejario.abril.com.br/especial/sertanejo-no-rio-671985.shtml>

¹³⁴ “Sertanejos século XXI”. O Globo, 2º Caderno, 29/03/2010, p. 1 e 3.

As mudanças na música sertaneja são a principal justificativa para o grande sucesso do gênero. Segundo o empresário de João Bosco & Vinícius, Euler Coelho (autor da canção *Chora me liga*), a música sertaneja “se tornou mais jovem, ganhou uma batida mais animada, mais pop e rock. E não é mais tão chorada, triste”.¹³⁵ Contrariando o próprio título de sua canção mais famosa, o empresário enfatiza que o sertanejo universitário se adequou a um novo Brasil, distante do “luar do sertão” e das “cabras pastando”.

No entanto, apesar das evidências, o termo universitário ainda não se hegemonizou e encontra dificuldade de aceitação, mesmo entre seus protagonistas.

Luan Santana, embora concorde que sua música tem “uma pegada mais pop” discorda do rótulo: “Esse negócio de sertanejo universitário já era. Além do mais, eu sou novo, tenho só segundo grau, ainda não fiz universidade. E tomara que não precise, que o sucesso continue”. Cesar Menotti, da dupla com Fabiano, também discorda: “Fazemos música para pedreiro, médico, não defino nosso público”. Victor, irmão de Léo, afirma o elo com a tradição e busca evitar o termo: “É uma coisa que começaram a falar e foi se alastrando, mas não se sabe de onde surgiu. Respeitamos, mas a música sertaneja é uma cultura muito forte no Brasil, com grandes representantes em épocas diferentes e com uma raiz tão segura que não se aplicam rótulos”.

Em outro momento, Victor, o maior arrecadador de direitos autorais de 2009, disse que a sua dupla era “romântica”, ainda reagindo ao termo “universitário”.¹³⁶ A raiz da música sertaneja e o amor são invocados de forma a legitimar o projeto estético dos sertanejos. De forma semelhante, o cantor Gustavo Lima disse: “A gente faz música sertaneja, independente se é universitário ou não”.¹³⁷ O cantor Capataz, da dupla com João Carreiro, também se afastou do rótulo: “A gente não tem nada a ver com o timbre dos chamados sertanejos... E até pelas nossas letras, nossas músicas...”. E foi completado pelo parceiro João Carreiro: “*Nóis* brinca que se é pra intitular a gente de alguma coisa que seja caipira moderno da música sertaneja”.¹³⁸

Vê-se claramente que o consenso do termo “universitário” ainda não se estabeleceu de forma plena. E se os criadores do sertanejo universitário têm

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Para a negação dos sertanejos atuais ao rótulo “universitário”, ver: Idem; “Beleza interior”, por Bruno Torturra Nogueira, *Revista Trip*, no. 188, maio de 2010

¹³⁷ Entrevista de Gustavo Lima, Programa Altas Horas, Rede Globo, 21/01/2012.

¹³⁸ Programa do Ratinho, em 20/07/2011: <http://www.youtube.com/watch?v=dnHXNVL-0-I&feature=related>

dificuldades em aceitar sua própria criatura, os mais veteranos tiveram o simples repúdio como primeira reação.

Zezé di Camargo foi um dos mais ofensivos contra a nova geração. Em 2007, o cantor chegou a dizer que o rótulo era uma “babaquice” e que só respeitava Cesar Menotti & Fabiano, supostos criadores do novo estilo, sendo as outras duplas meras cópias.¹³⁹ Enciumado e ainda desconhecendo grande parte dos artistas que desde 2005 atingiam considerável popularidade, Zezé declarou em 2008 que os sertanejos universitários “pegavam carona” no seu sucesso.¹⁴⁰ No mesmo ano, Luciano declarou que o sertanejo universitário “repetiu de ano”.¹⁴¹ Em 2009, Zezé disse que o gênero era uma “mentira marqueteira”.¹⁴² Foi somente a partir de 2010, quando a avalanche do sucesso tornou-se inevitável, que a dupla passou a se ver como “pais” dos universitários e passaram a elogiar com frequência os novos artistas.

De forma que a denominação “universitária” ainda está em vias de atingir consenso, mesmo entre os próprios sertanejos, da nova ou velha geração, busco aqui tentar entender a legitimidade deste sufixo, compreendendo sua gênese e legitimidade para além das vontades individuais de alguns artistas, que parecem pouco sintonizados com o desejo de resignificação proposto pelas massas. Como produto social e, portanto, coletivo, o sertanejo universitário diz muito sobre o Brasil recente.

É frequente a comparação do sertanejo universitário com o chamado forró universitário, que no início do milênio fez sucesso com grupos como Falamansa, Rastapé, Trio Virgulino, dentre outros. De forma que, para aqueles que comparam os

¹³⁹ “Referência no cenário country, Zezé considera “uma babaquice” o rótulo sertanejo universitário. “Os caras fazem sertanejo e imitam ‘nóis’, o Chitãozinho & Xororó, Leandro & Leonardo e o João Paulo & Daniel. Se você tocar as minhas músicas em qualquer universidade, todo mundo vai cantar”, afirma o intérprete. Entre os artistas ascendentes que foram identificados com o novo gênero, ele preserva apenas a dupla César Menotti & Fabiano. “Gosto muito deles porque foram pioneiros nessa onda. Tudo o que cria um novo modelo, mesmo que seja de regravações, como eles fizeram, eu respeito. O resto é a cópia da cópia”. *Um papo franco com Luciano & Zezé*. Jornal Diário do Grande ABC (21/09/2007), lido em: <http://zezedicamargoluciano.vilabol.uol.com.br/entrevista15.htm>

¹⁴⁰ “*Isso aí é pegar carona*”, diz Zezé sobre novos sertanejos. Sítio Terra, acessado em 4 de novembro de 2008: <http://musica.terra.com.br/interna/0,,OI3305771-EI1267,00-Iso+ai+e+pegar+carona+diz+Zeze+sobre+novos+sertanejos.html>

¹⁴¹ Esta referência à frase de Luciano foi citada em *Entrevista: Zezé di Camargo*, do site: http://universosertanejo.blog.uol.com.br/arch2010-06-13_2010-06-19.html#2010_06-14_09_12_34-140812036-0, de 14/06/2010.

¹⁴² *Zezé Di Camargo diz que é contra “mentira marqueteira” da música sertaneja universitária*. Site UOL música: <http://musica.uol.com.br/ultnot/2009/07/17/zeze-di-camargo-diz-que-e-contra-mentira-marqueteira-da-musica-sertaneja-universitaria.jhtm>, acessado em 17/07/2009.

dois gêneros, assim como o forró universitário, o Sertanejo Universitário não durará muito tempo.

No entanto, há algumas diferenças sensíveis entre os dois movimentos. O forró universitário era um apodo para qualificar determinados grupos que se baseavam na "boa" tradição do forró, desde Luiz Gonzaga, e faziam um som que era bem aceito pelo público mais elitizado das universidades, afinado na busca pelas "raízes" musicais brasileiras. Era uma forma de legitimar um produto musical e de distinguir determinado consumo deste bem, que se diferenciava do tecnobrega/tecnoforró, que desde meados dos anos 90 vinha tomando o cenário cultural do forró, sobretudo nas periferias nordestinas. O tecnoforró incomodava (e ainda incomoda) os mais tradicionais e puristas, pois artistas e bandas como Calypso, Aviões do Forró e Calcinha Preta têm pouco apego à tradição e buscam fundir novas práticas culturais e tecnológicas ao legado do forró com uma certa "irresponsabilidade", segundo os puristas.

De forma que o forró universitário era uma reação (reacionária?) a um determinado tipo de som muito popular, visto pelo público mais elitizado como banal e comercial e pouco apegado às "raízes". Assim, associar o termo "universitário" ao forró "puro" era, ao mesmo tempo, resguardá-lo na "boa" tradição e distinguir-se do povão.

No entanto, o forró já é "universitário" há pelo menos 40 anos. Desde a incorporação de Luiz Gonzaga à "boa" tradição da MPB. Mas nem sempre foi assim. Cabe lembrar que as imagens associadas durante muito tempo ao baião, xotes e forrós de Luiz Gonzaga foram o mau-gosto, as brigas de faca e a malícia das letras.¹⁴³ Do fim dos anos 1950 até o final dos anos 1960, Luiz Gonzaga ficou praticamente recluso e afastado das grandes mídias, sendo considerado uma figura cujo auge já havia terminado. Depois da Bossa Nova, só com muita dificuldade, Gonzagão fazia shows nas capitais do Sudeste, apesar de na época morar na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Afastado das casas de show das elites, ele estava deslegitimado como compositor que representava uma das "raízes" brasileiras. Não obstante o desprezo de uma determinada intelectualidade, os shows pelo interior do Brasil continuavam. Apesar da carreira intensa pelo resto do Brasil, até o próprio Gonzagão considerava, em meados dos anos 1960, que seu período áureo já havia passado. Em 1966, ele aceitou até ser biografado, vendo que seu ciclo de sucesso teria chegado ao fim.¹⁴⁴ Tudo levava a crer que, assim como a geração pré-bossa nova de artistas, como

¹⁴³ Regina Echeverria. *Gonzagão e Gonzaguinha*. São Paulo: Ediouro. 2006.

¹⁴⁴ Sinval Sá. *O sanfoneiro do riacho da Brígida: vida e andanças de Luiz Gonzaga*. Fortaleza: Edições A Fortaleza. 1966, 4ª Edição.

Cauby Peixoto, Ângela Maria, Nelson Gonçalves e Emilinha, Luiz Gonzaga seria relegado ao limbo da memória.

Quando parecia que sua carreira estava decaindo de vez, Gonzagão foi louvado pela MPB, gênero “universitário” por excelência: primeiro por Vandré e depois pelos tropicalistas Gil e Caetano, que o colocaram no mesmo panteão de João Gilberto e Dorival Caymmi. De forma que através do aval de Vandré¹⁴⁵ e, sobretudo, dos tropicalistas na virada dos anos 70, Luiz Gonzaga pôde se tornar um dos pais da tradição, aceitável e consumível entre os universitários e o público mais elitizado. Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira chegaram a agradecer nominalmente a Caetano Veloso na canção "Bicho, eu vou voltar" do LP *O Canto Jovem de Luiz Gonzaga*, de 1971. Trata-se de um disco em que Gonzaga canta canções dos "novos" artistas da MPB, de Edu Lobo a Caetano e Gil, de Vandré, de Dori Caymmi e Nelson Motta a Antonio Carlos e Jocaifi. Regravou, também, seu maior clássico, "Asa Branca". O forró ganhava as bençãos universitárias e o maior forrozeiro do Brasil cantava a MPB, gênero intimamente associado aos estudantes das universidades do país. Na capa do LP, um prédio servia de fundo ao compositor que se aproximava da urbanidade universitária.

De forma que falar de forró *universitário* diz muito pouco nos dias de hoje para além da pura e simples distinção. Não há novidade nenhuma em se afirmar que o forró tem respaldo e é ouvido nas universidades. Não há quase nada de novo aí. Desde há pelo menos 40 anos ele vem sendo ouvido e aceito pelos universitários.

Com o sertanejo não é assim. A música sertaneja nunca havia sido associada à estética universitária antes da invenção do apodo "sertanejo universitário", por volta de 2005. Pelo contrário, o gênero sertanejo sempre foi visto como algo exógeno à universidade, de mau-gosto, brega, cafona demais, melodramático, fora da sensibilidade de pessoas ditas "cultas".

É claro que poderia haver pessoas com formação universitária que, aqui e ali, ouviam música sertaneja em sua intimidade. Mas dificilmente teriam coragem de afirmar e defender o gênero como legítimo dentro de um campus universitário. Se alguém o fizesse perigava ser simplesmente ignorado pelos colegas de bancada, quando não rechaçado e acusado de ter "mau-gosto" pura e simplesmente.

É claro também que isto variou de curso para curso. Por exemplo, mesmo nos dias de hoje num curso de Ciências Humanas pega muito "pior" falar de música sertaneja ou música brega do que no de, sei lá, Química, tamanha a força com que a identidade do samba, da MPB e de gêneros importados "legítimos" como o jazz e o

¹⁴⁵ Para uma análise das gravações de Vandré, ver Alonso, 2011.

rock tocam os universitários supostamente "críticos" e/ou "conscientes" destes cursos. E ainda há a variante regional. No Rio de Janeiro, ainda pega bastante mal um universitário qualquer bradar a plenos pulmões ser fã de Victor & Leo ou Cesar Menotti & Fabiano, quanto mais de Luan Santana ou Michel Teló. Em várias outras regiões do Brasil não há essa reserva entre os universitários, pelo contrário.

De qualquer forma, o que estou querendo apontar aqui é que em nenhum momento antes de 2005 a música sertaneja conseguiu gravitar em torno da legitimidade dos universitários. Isso não quer dizer que ela não tivesse discursos de legitimação próprios, mas que estes não passavam pela defesa da audição por parte de acadêmicos. A música sertaneja antes de 2005 elencava a popularidade, a alta vendagem, a ligação com as raízes rurais, a modernização e a sensibilidade melodramática "verdadeira" como legitimadores de seu próprio sucesso.¹⁴⁶

Não se sabe exatamente como e onde surgiu o apodo "universitário" para a música sertaneja. Especula-se que tenha surgido com a dupla João Bosco & Vinícius, artistas com formação universitária parcial que começaram a fazer shows no interior do Brasil em repúblicas universitárias, ganhando fama no meio. Outros dizem que o apodo pegou por causa da dupla Cesar Menotti & Fabiano que, mesmo não sendo universitários, também faziam shows para este público.

O próprio fato de não se saber a origem exata do nome denota a validade deste apodo para toda uma geração de artistas. De forma que, se o termo ganhou legitimidade rapidamente, há de se refletir como isso foi obtido. Embora a indústria cultural lucre rios de dinheiro com este apodo, a questão é que o lucro obtido pela indústria não foi pura e simplesmente uma "invenção" secreta de algum "super cérebro" das grandes gravadoras. Quem diria, antes de 2005, que o termo demarcaria algo vendável? Nunca antes na história do gênero ele tinha entrado na universidade. Se o termo tornou-se muito lucrativo foi porque ele encontrou lastro na mudança de padrão estético de parte da população e, sobretudo, dos próprios universitários.

Parece-me possível apontar que a mudança do gosto do público universitário responde a uma transição no panorama universitário brasileiro. A partir do crescimento das universidades privadas e também dos investimentos em universidades públicas na última década, pode-se dizer que, pelo menos em questão estética, o público universitário mudou.¹⁴⁷ Os "apocalípticos" poderão dizer que

¹⁴⁶ Allan de Paula Oliveira. *Migulim foi pra cidade ser cantor: uma antropologia da música sertaneja*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFSC. 2009 e Gustavo Alonso. *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. Tese de doutorado em História. UFF. 2011.

¹⁴⁷ Esta tese foi primeiro apontada por mim em minha tese de doutorado e em um texto publicado no blog Labcult, em 19/05/2011. O texto intitulado "O sertanejo vai a universidade..." pode ser lido em: <http://labcult.blogspot.com/2011/05/o-sertanejo-vai-universidade.html>. Estas opiniões primeiras foram

mudou "para pior", mas estes sempre preferem ver o "buraco do queijo", esquecendo-se do queijo propriamente dito. A ampliação do público universitário gerou um novo padrão de gosto e é justamente essa mudança que incomoda aqueles que, de dentro da universidade, rejeitam o apodo. Sobretudo no Rio de Janeiro, a resistência ao apodo é bastante grande, até porque, em parte, parece-me que a universidade carioca ainda resiste a entrar de cabeça no gênero.

Esta é uma das diferenças fundamentais entre o sertanejo atual em relação ao forró universitário. Se no caso do forró não havia nada de novo no apodo "universitário", no mundo sertanejo esse apodo faz toda a diferença, tendo raízes numa mudança "objetiva" da sociedade e da própria universidade, visível através da mudança do padrão de gosto deste grupo. Antes do sertanejo universitário, para se falar de música *popular*, tinha de se sair do referencial universitário. Agora, parece-me que isso já não é mais tão relevante como era antes.

Resta entender, então, porque grande parte dessas duplas e artistas renegam o apodo. Parece-me que isso se explica pelo fato destes artistas ainda não terem a dimensão do que significa este respaldo.¹⁴⁸ Como cresceram num ambiente artístico

forjadas em conversas informais com Paulo Cesar de Araújo. Mais tarde encontrei eco desta tese nos discursos de Heloisa Buarque de Holanda, em reportagem da revista *Época* intitulada "Michel: ai se eu te pego", de 02/01/2002, p. 56-57. Heloisa Buarque parece, no entanto, não ver a especificidade do gênero e insiste, segundo os autores da reportagem, na semelhança do sertanejo com o *funk* e pagode que, segundo a estudiosa, "embora ricos culturalmente, eram invisíveis socialmente". Penso que a especificidade do sertanejo tem a ver com uma mudança geográfica de centro cultural do país, algo que o *funk* não faz e o pagode conseguiu apenas de forma incompleta.

¹⁴⁸ Não é incomum que artistas de origem popular refratem a incorporação de seus movimentos por determinadas intelectualidades. O historiador Paulo Cesar de Araújo, autor do célebre "Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar", vem trabalhando desde 2010 com a perspectiva de tirar as aspas da palavra *brega*. Segundo o autor, o uso de aspas seria hoje irrelevante, diante da força e popularidade de tal gênero no cenário cultural brasileiro. O uso de aspas envolveria ainda uma concordância implícita com valores demarcados pelas elites culturais que historicamente viram o brega como algo menor. Em entrevista, ao colocar estas questões para o cantor Amado Batista, o ídolo brega rejeitou o rótulo, dizendo que sua música era "romântica" e que o termo brega o denegria e a seu público. Mais recentemente, a cantora Gaby Amarantos, paraense associada ao tecnobrega, vem demarcando de forma bastante clara a defesa do termo. De fato, Amarantos, como o próprio Araújo havia defendido em 2010, faz parte de uma terceira geração do gênero, que pouco viveu as injúrias e acusações da geração de Amado, tendo uma relação menos culpada em relação ao termo e podendo-o viver de forma positiva, para além das críticas. É possível o apego ao discurso das raízes, prática frequente entre os sertanejos universitários, diferentemente do que acontece com o brega paraense. Para o artigo de Araújo, ver: Paulo Cesar de Araújo. *Waldick Soriano e o mistério do brega*. IN: Revista USP, n. 87, setembro 2010. Para o repúdio de Amado Batista às ideias de Araújo, ver Amado Batista no Programa 3 a 1, *TV Cultura*, gravado em 2009 e postado no Youtube em 22/01/2010: <http://www.youtube.com/watch?v=-8I-nv47CuE>. Para uma análise de tal episódio entre o autor e o cantor popular, ver Alonso, *Cowboys do Asfalto*, pp. 288-290.

que historicamente pouco se congratulou com a universidade, parece que há pouco a ganhar em acrescentar o apodo, e mais a perder, supostamente “reduzindo” seu público. Não compartilho dessa ideia, pois penso que o rótulo é significativo de mudanças estruturais no Brasil. Além disso, apodo “universitário” pode ser essencial para manutenção da memória e legitimidade cultural do gênero, tal como foi para gêneros e movimentos como a Bossa Nova, MPB, o rock, o forró, o manguê-beat.

Não obstante as resistências, não é incomum que estes artistas que renegam o apodo tenham práticas que contradizem seus próprios discursos. De uns tempos pra cá os sertanejos vêm, claramente, buscando disputar, em alguns casos inclusive discursivamente, este cenário universitário.

Se por um lado a música sertaneja parece conquistar o meio universitário, por outro lado, a própria música sertaneja sofre uma transição bastante interessante. É curioso perceber como a então onipresente guitarra elétrica não tem mais espaço na música sertaneja universitária. Basta lembrar que o que incomodava a muitos nos anos 90 era a utilização deste instrumento por duplas como Chitãozinho & Xororó e Zezé Di Camargo & Luciano, dentre outras. Em menos de vinte anos, ela praticamente desapareceu, sendo substituída pelo violão de cordas de aço, sem efeitos. O teclado, também um importante instrumento nos anos 90, foi trocado pela tradicional sanfona. De forma que, se a música sertaneja mudou o padrão de gosto do universitário brasileiro, por outro lado também foi mudada por este. O violão, instrumento nobre da MPB-Bossa Nova, ganhou espaço novamente.¹⁴⁹ A sanfona, instrumento da tradição forrozeira e interiorana, retorna com tudo.

E no canto também há mudanças perceptíveis. O “vibrato”, aquela prática de fazer a voz vibrar, que remete ao bolero e à tradição latina e operística de canto, está

cada vez mais em extinção. O canto sertanejo ainda incomoda, mas choca menos que nos anos 90. Em entrevista com um artista sertanejo que fez sucesso nos anos 90, este me disse que Leo, da dupla Victor & Leo, soava para ele como “João Gilberto cantando sertanejo”. Para além da ironia e rancor da afirmação, ela denota uma transição no padrão de gosto, e a aproximação com o pai da Bossa Nova. De fato, se ouvirmos o primeiro disco independente de Victor & Leo (de 2002) e ouvirmos os últimos discos (“Boa Sorte pra você”, de 2010, ou “Amor de alma”, de 2011), percebe-se, claramente, a virtual extinção do vibrato. Cantores como Michel Teló,

¹⁴⁹ Não ignoro que o violão hegemonicamente usado e legitimado na MPB é o de cordas de nylon, e não o de aço, cujas origens remontam ao banjo americano e não a guitarra hispânico-árabe. De qualquer forma, o que se quer demarcar é que há uma mudança de instrumentação que torna o som mais palatável a determinados grupos sociais. Aliás, o próprio fato de os universitários sertanejos adotarem o violão de cordas de aço e não o de nylon demarca que eles não são passivos nessa transição, dialogando de forma ativa e escolhendo aqueles instrumentos que veem com capacidade de mediar sua própria história.

João Bosco & Vinícius e Paula Fernandes também cantam de forma moderna, despojada, indiretamente influenciados pelo canto informal de João Gilberto e, apesar de imitação da voz, cantam sem vibrato ou entonações operísticas, como faziam Chitãozinho & Xororó e Zezé Di Camargo & Luciano na década anterior. E, cada vez mais, as duplas perdem espaços para cantores solo, como os já citados Teló e Paula Fernandes, assim como, Luan Santana e Gustavo Lima. Isto parece apontar para um possível esgotamento de um modelo de canto tradicional do gênero e para uma aproximação a carreiras solo de grandes artistas da MPB, como Roberto Carlos ou Maria Bethânia, cantores que nunca sequer cogitaram cantar com uma segunda voz em terça.

De forma que a chegada dos sertanejos à universidade implica mudanças relativas tanto ao gênero, quanto ao meio de inserção. Tanto a louvação ao sertanejo universitário quanto o repúdio puro e simples não dão conta desta problemática e passam ao largo da compreensão mais profunda deste cabo de guerra do gosto e das identidades sócio-culturais nacionais envolvidas nessa batalha.

O COPO, O TRONO E A FÉ NA MARCA DO PÊNALTI

Tom Valença ¹⁵⁰

“Dizem que Adriano bebe, mas o que importa é que Adriano entra em campo e faz gol”. Com estas palavras, um dos examinadores da minha banca de sustentação de doutorado se referiu metaforicamente aos usuários de substâncias psicoativas que já não devem, *a priori*, ser representados como improdutivos, marginais, excluídos, principalmente quando seus usos recreativos não são incompatíveis com suas atividades laborais. Mas, indo além da metáfora, será que o próprio “Adriano, o Imperador”, Ronaldinho Gaúcho, “Ronaldo, o Fenômeno”,¹⁵¹ assim como outros jogadores e atletas não possuem direito a uma dose ou outra em seu tempo de lazer sem serem representados midiaticamente como problemáticos desviantes? Para estes desportistas quais são os limites socialmente construídos entre o uso e o abuso de álcool na configuração de suas carreiras e imagens?

E mais, esta problemática não diz respeito apenas aos usuários de substâncias psicoativas lícitas como o álcool. Em outubro de 2009, a Fifpro (Sindicato Mundial de Jogadores Profissionais de Futebol) se manifestou de forma contrária à diretriz da Wada (Agência Mundial Antidoping) que considera maconha doping. Essa manifestação está relacionada ao caso que envolve o jogador uzbeque Anzur Ismailov, suspenso por uso de maconha em junho do mesmo ano. De acordo com o comunicado publicado no site da entidade, a Fifpro argumenta que a maconha não deveria estar inclusa na lista elaborada pela Wada, já que “estudos científicos demonstraram que o uso de *cannabis* é prejudicial para quase todos os rendimentos atléticos”.

Para contradizer esta reflexão da Fifpro, seria significativo que houvesse pesquisas indicando *se e como* o uso de maconha melhora o rendimento atlético. Até agora não sei de nenhum estudo que tenha feito. É importante salientar que alguns componentes químicos da maconha não são eliminados do corpo do usuário num tempo menor do que duas semanas após o uso, o que não quer dizer que o usuário esteja sob o efeito da substância durante todo este período. Assim, o exame não provou que Ismailov fumou maconha para entrar em campo,¹⁵² mas sim que, num

¹⁵⁰ Tom Valença é Professor Doutor (UNIJORGE e CETAD/UFBA) e antropólogo (CAPS AD Gey Espinheira).

¹⁵¹ “Ronaldo, o Fenômeno” após abandonar a carreira de jogador afirmou que para fugir ao patrulhamento de seu comportamento extra campo costumava tomar bebidas alcoólicas em latas de refrigerantes.

¹⁵² O que seria muito difícil de acontecer sem chamar a atenção de outros, pois, nas horas que antecedem um jogo, os jogadores estão acompanhados pelo restante da equipe, o que inclui técnico, médico e dirigentes.

período de mais ou menos quinze dias antes do jogo e do exame, ele usou a substância. O que fica patente nesta situação é a indiferenciação na análise entre aspectos da vida privada e da vida profissional de Ismailov, ao condená-lo por buscar vantagem profissional quando, na prática, estava exercendo atividades recreativas em seu tempo livre. Enquanto no âmbito internacional, a norma da Wada começa a ser questionada por uma entidade competente como a FifPro, no Brasil, entre o uso de substâncias lícitas, como o álcool, e ilícitas, como a maconha, muita bola vem rolando, mesmo antes de Nelson Rodrigues ter percebido o país como uma *Pátria em chuteiras*, configurando uma nação cuja identidade está claramente interfaceada com a cultura futebolística.

Se comecei falando de Adriano, que não pareça que este artigo está querendo “alisar o ego” da torcida do Flamengo,¹⁵³ grande galera, com cerca de 32,2 milhões de pessoas (17% do total de torcedores brasileiros), ou da galera do Corinthians, com 25,8 milhões de torcedores (13,4%) que representam o quão popular é a cultura do futebol.¹⁵⁴ Pelo contrário, a intenção aqui é provocar reflexões sobre aspectos nem tão populares acerca do mais popular dos esportes. Desse modo, vou focar a observação no Botafogo, time com popularidade muito inferior a das equipes acima citadas, com aproximadamente 3,1 milhões de torcedores (1,6% do total). O Botafogo possui uma história *outsider* marcada por boêmios craques da bola que enchiam os olhos da torcida com jogadas geniais, mas que possuíam habilidade controversa na administração de seus estilos de vida: Heleno de Freitas, nos anos 1950, foi considerado um dos jogadores mais elegantes e criativos do período, com performances memoráveis, porém, fora de campo ficou conhecido por seus excessos; teve várias amantes de renome, não escondia que cheirara lança-perfume, éter e bebia o quanto queria, além de ter batido e apanhado em muitas brigas. No Botafogo houve também Mané Garrincha, o “anjo das pernas tortas” que também era mulherengo, gostava muito de cachaça¹⁵⁵ e que nos jogos costumava infernizar a vida dos adversários com sua ginga – dá até pra ficar na dúvida se ele parecia que cambaleava em campo ou fazia os zagueiros adversários cambalearem. Incontroláveis dentro e fora de campo, Heleno de Freitas e Garrincha tiveram fins trágicos. Apesar de possuir diploma de Bacharel em Ciências Políticas e Sociais, Heleno, nos desdobramentos de seu estilo de vida boêmio e desregrado, acabou infectado pela sífilis. Já debilitado, sofreu mudanças de personalidade que o fizeram ser considerado louco, morrendo num sanatório, onde passou os últimos seis anos de vida. Garrincha,

¹⁵³ Time no qual Adriano jogava na primeira versão desse artigo.

¹⁵⁴ Time do qual ele faz parte na versão final desse artigo.

¹⁵⁵ E esse gosto parece que veio “de berço”. Ruy Castro que escreveu a biografia do jogador conta que, descendente dos Índios Fulni-ô, Garrincha desde pequeno foi levado a seguir certa tradição comum entre seus familiares, bebendo na mamadeira um preparo chamado *cachimbo*: cachaça, canela em pau e mel. Cf. Ruy Castro. *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

que antes dos 30 anos já era pai de 10 filhos com três mulheres, teve um momento de ascensão fulminante na carreira quando foi considerado o principal responsável pelo bicampeonato mundial conquistado pela seleção brasileira, em 1962. Nessa época, o hábito e a fama de beber em excesso estiveram juntos, porém, no final dos anos 60, quando a carreira começou a cair no ostracismo, o consumo etílico se tornou seu “esporte” principal. Anos depois, sem dinheiro, sem saúde e com poucos amigos, Garrincha acabou morrendo de cirrose.

Já Paulo César Caju começou sua carreira no Botafogo em 1967 e, sendo um jogador talentoso, chegou à seleção brasileira com relativo sucesso, mas, politicamente polêmico – admirador de Malcom X e identificado com o Movimento Negro, afirmou que Pelé foi um alienado e acomodado em relação às questões raciais –, foi considerado um rebelde no ortodoxo mundo do futebol. Em relação ao que acontecia dentro de campo, ele acusou alguns jogadores do Grêmio, onde encerrou a carreira, de jogarem dopados a decisão do mundial de clubes de 1983. Não obstante ser contra o doping esportivo, fora de campo, Caju não se privou de curtir os prazeres que o sucesso facilitou, se tornando muito mais interessado em circular na noite movido a álcool e cocaína – hábito que desenvolveu quando jogou na França em 1974/75 –, do que nas politicagens que haviam tomado conta da cultura futebolística. Hoje, depois de enfrentar alguns problemas de saúde, aos 61 anos e de “cara limpa”, Caju é colunista de jornal. Outro botafoguense nessa lista de *outsiders* é Josimar que fez muito sucesso na Copa do Mundo de 1986 e depois, quando sua carreira entrou em declínio, dizem que ele gastou todo seu dinheiro nas baladas com cocaína, sempre acompanhado por louras fatais. Só voltou a virar manchete em 1993, por ter sido acusado de tráfico. Após pendurar as chuteiras, Josimar veio a se tornar evangélico.

Embora a associação da imagem de jogadores usuários de substâncias psicoativas não favoreça a imagem pública de nenhuma associação desportiva, o Botafogo não se intimidou com os preconceitos dominantes e, em 2007, contratou o zagueiro Renato Silva que havia sido dispensado do Fluminense por ser flagrado no antidoping por uso de maconha. Se no meio futebolístico causou algum estranhamento a rápida dispensa do jogador por doping, deve-se levar em conta que o patrocinador do Fluminense era o plano de saúde UNIMED, que não tolerou ver seu nome associado a um caso dessa natureza. A contratação do zagueiro por parte do Botafogo se deu no período da punição que durou 60 dias e Renato foi um dos destaques do time naquela temporada. Em 2009, houve o caso da promessa de craque Jobson, que nas últimas rodadas do campeonato brasileiro ajudou a salvar o Botafogo da queda para a segunda divisão. Jobson foi flagrado no antidoping após dois jogos decisivos por uso de cocaína – segundo o jogador, seu uso foi especificamente de crack e estava acontecendo já há um ano em momentos recreativos, não para entrar em campo. Inicialmente suspenso por dois anos, Jobson teve a pena reduzida para seis meses e, depois do Cruzeiro desistir de contratá-lo à época da divulgação do

resultado do exame, ele recebeu uma proposta para voltar a vestir a camisa do Botafogo que o recebeu de portas abertas, se dispondo a ajudá-lo, inclusive, com acompanhamento terapêutico. Enquanto um time patrocinado por um plano de saúde do porte da UNIMED dispensou um jogador que teve seu envolvimento com maconha amplamente midiaticizado, outro time que era patrocinado por uma marca de medicamentos genéricos – a Neo Química – ofereceu um voto de confiança para um jogador que teve problemas com seu uso de crack tornado manchete. No primeiro caso, o jogador foi excluído do time como desviante, no segundo caso, o jogador, foi reincorporado a equipe como ser humano.¹⁵⁶

Com envolvimento de patrocinadores ou não, em todos estes casos, fica difícil afirmar que as substâncias psicoativas consumidas por tais jogadores melhoraram suas performances futebolísticas. Pelo contrário, tais substâncias podem até atrapalhar quem precisa de rapidez de raciocínio espacial, noção prática de geometria aplicada e controle motor apurado. Os consumos de substâncias psicoativas por parte desses jogadores foram aspectos de seus estilos de vida configurados na esfera privada e assim sendo, em contextos e com motivações diferenciadas das que demandam performances futebolísticas com alto grau de excelência. Contudo, ao serem tornados públicos, tais consumos “emprestaram” um estigma às suas carreiras que nunca foi removido.

No senso comum, estes atletas são representados como um exemplo negativo para os jovens, para o espírito esportivo que “devem incorporar”. Sendo assim, então a discussão se dá não no campo da saúde ou da performance atlética e da competitividade esportiva e sim no campo da moral que respalda os costumes. Nesse sentido, é possível que o modelo ideal de jogador seja Kaká, evangélico e abstinente por definição. Aliás, na Copa das Confederações na África do Sul em 2009, foi possível ver na comemoração da seleção brasileira após vencer a competição, muitos jogadores com suas camisetas evangélicas orando no círculo central, comandados por Kaká e pelo capitão Lúcio.¹⁵⁷ Entretanto, a fé que une alguns brasileiros não é

¹⁵⁶ Depois de alguns problemas de comportamento não necessariamente ligado ao abuso de drogas, Jobson foi emprestado pelo Botafogo ao Atlético Mineiro onde não se adaptou, posteriormente sendo emprestado ao Esporte Clube Bahia. Sob a desconfiança inicial de ainda ser um usuário de drogas (ele foi obrigado a passar por exames semanais para provar que estava limpo), a torcida do “esquadrão de aço” baiano ao presenciar seus gols passou a tratá-lo como ídolo no campeonato brasileiro de 2011. Entretanto, em consequência de seguidas indisciplinas, (indisciplinas não relacionadas com o consumo de substâncias psicoativas ilícitas), Jobson acabou por ser afastado do Bahia. Nesse ínterim, em função de um recurso da Agência Mundial Antidoping contra o STJD relativo à redução da sua pena, o jogador voltou a ser julgado em 21/06/11 pelo Tribunal Arbitral do Esporte na Suíça e foi condenado a mais um semestre fora dos gramados. Vale ressaltar que sua defesa usou o argumento de que ele não praticou doping, sendo por hábito um dependente químico e não alguém que buscou vantagem desportiva.

¹⁵⁷ Talvez não tenha sido por coincidência que o técnico Dunga promoveu Lúcio a capitão da equipe. O zagueiro afirma que na concentração e nos treinamentos seu papel de líder é mais importante do que

unanimidade global. A FIFA, como entidade reguladora do futebol mundial e notoriamente laica, mandou um comunicado a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), apontando que seria prudente evitar usar o palco do futebol para manifestações religiosas. De fato, as regras da Fifa proíbem mensagens explicitamente políticas ou religiosas em campo e prevê punições em casos de descumprimento, o que deixa espaço apenas para manifestações de ordem comercial, como a visualização das marcas dos patrocinadores nos uniformes dos jogadores.

De qualquer forma como ninguém foi punido, a imagem religiosa que favorece comportamentos abstêmios vem sendo mais explorada para resgatar a aura mística da seleção brasileira,¹⁵⁸ em detrimento da imagem boêmia que nos anos 50/60 foi sucesso, mas que em 2006 foi eleita como a culpada pelo fracasso na Copa da Alemanha. Nessa perspectiva, em 2010, quando tentando se contrapor à disciplina permissiva do então técnico da Argentina, Maradona, que não via sentido em proibir o acesso dos jogadores em seu tempo de folga a sexo, vinho, churrasco e doces, o técnico Dunga afirmou que nem todo mundo gosta de sexo, de vinho ou de sorvete.

A declaração do argentino não causou maiores estranhamentos em face ao seu currículo, mas a do brasileiro¹⁵⁹ alimentou as primeiras páginas com manchetes que ironizaram sua tolerância zero quanto aos prazeres:¹⁶⁰ “*Sem balada na folga, seleção se divide entre golfe e shopping*”.¹⁶¹

Sem haver evidências de que essas medidas disciplinares espartanas sejam benéficas para a performance dos jogadores, há entre estes os que, por força do

durante os jogos, embora negue, parcialmente, que sua opção religiosa interfira na missão: “As conversas na concentração não são voltadas *em tudo* para a religião” (FSP:26/04/10).

¹⁵⁸ Em relação a esta imagem e suas dimensões, o time do Santos está sendo considerado o único no Brasil na corrente década a promover um futebol alegre, tendo como estrelas, Neymar e Paulo Henrique Ganso. Contudo, se estes jovens craques geram alegrias para os amantes do futebol-arte, também geraram mal-estar quando supostamente por serem evangélicos se negaram a descer do ônibus da equipe e participar de uma festa na Páscoa de 2010 para crianças com paralisia cerebral, por esta acontecer numa Instituição Espírita. Nesse recorte social com viés religioso não passa despercebido que, – diferentemente de Kaká – vivendo uma carreira de pop star entre carrões e baladas, Neymar em meados de 2011 disponibiliza um dízimo mensal entre 12 e 13.000 reais para a *Igreja Batista Peniel*.

¹⁵⁹ E se Dunga não criticou o churrasco citado por Maradona, se deve considerar que Dunga é gaúcho!

¹⁶⁰ De acordo com o jogador Branco, companheiro de Dunga na seleção que foi à Copa do Mundo em 1994, este último frequentava as rodas de bebida comandadas por Romário, (Extra on line, 30/05/10). É bom lembrar que aquela seleção foi campeã.

¹⁶¹ Alexandre Sinato e Bruno Freitas. “Sem balada na folga, jogadores da seleção se dividem entre golfe e shopping”. Copa do Mundo 2010. Disponível em <http://copadomundo.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/05/29/sem-balada-na-folga-jogadores-da-selecao-se-dividem-entre-golfe-e-shopping.jhtm>.

hábito religioso, não contestam a restrição de prazeres como também há os que acreditam que o futebol não é antônimo de alegria e divertimento.

Assim, se às vésperas da Copa de 2010, o veterano Lúcio afirmou que na seleção de 2006 não houve um racha ou tensão entre os evangélicos e os outros jogadores, não há como negar que Ronaldo, Ronaldinho, Roberto Carlos e Adriano, foram postos na berlinda como disfuncionais por terem curtido infinitas baladas no período da competição, o que supostamente teria levado a um rendimento pífio dentro de campo. Kaká, que sempre foi um bom menino – ele casou virgem aos 25 anos –, foi uma exceção entre os estigmatizados daquele time. O único “escândalo” no qual ele pode ser considerado envolvido é ter sido garoto-propaganda da *Igreja Renascer*,¹⁶² igreja cujos líderes foram presos nos EUA, em 2007, por evasão fiscal ao entrarem no país com um montante de dinheiro não declarado. Kaká, mesmo com seu rendimento técnico em baixa, se comparado com o ano de 2007, quando foi considerado o melhor jogador do mundo,¹⁶³ continuou sendo prestigiado como um atleta de comportamento exemplar e assim seguiu às vésperas da Copa de 2010, sendo mantido temporariamente no trono que muitos acreditam que pertence ao eterno “Rei” Pelé.

E por falar em rei, os mais antigos tendem a considerar Pelé e Garrincha, o Rei e o Príncipe do futebol, mesmo com carreiras tão díspares. Se Pelé foi visto como um jogador que jogava para vencer, Garrincha foi imortalizado como um boêmio que jogava para se divertir; o primeiro voltado para o grupo com seus objetivos duradouros e o segundo voltado para si com seus objetivos fugazes (ou numa hipótese menos auto-centrada, voltado para a torcida). Por demais simplistas, estas interpretações não estão relacionadas apenas ao que eles faziam dentro de campo. Pelé não sustentava uma imagem associada ao uso de bebida alcoólica como Garrincha,¹⁶⁴ pelo contrário, foi considerado o “atleta do século” e essa imagem foi boa para estrelar campanhas comerciais para vários produtos, inclusive para medicamentos contra impotência.¹⁶⁵ Contudo, talvez poucos se lembrem da

¹⁶² Igreja com a qual rompeu no fim de 2010.

¹⁶³ O troféu recebido por Kaká - que pretende um dia ser pastor - como melhor jogador do mundo foi entregue em agradecimento a Deus, a Igreja Renascer em Cristo em São Paulo, para exibição pública.

¹⁶⁴ Em 1958, após a conquista brasileira da Copa do Mundo na Suécia, um fabricante lançou a *Cachaça Pelé* sem a autorização do atleta. Logo em seguida, por ordem judicial apoiada no fato de Pelé não desejar veicular sua imagem junto a bebidas alcoólicas, a cachaça foi recolhida das prateleiras.

¹⁶⁵ O laboratório Pfizer marcou um gol de placa ao contratar o craque por cerca de US\$ 2 milhões como garoto-propaganda, pois a partir de então suas vendas do *Viagra* ganharam uma ereção quase sem fim. Para celebrar ainda mais a vitória da Pfizer, nem todos os medicamentos concorrentes do *Viagra* passaram no antidoping. LaShawn Merritt, campeão olímpico nos 400 metros em 2008 e do mundo em 2009, foi suspenso após três exames antidoping em 2010, devendo cumprir uma pena de banimento das pistas de atletismo por dois anos. O resultado deu positivo para a substância dehydroepiandrosterona (DHEA), encontrada no medicamento *Extenze*, grande sucesso no mercado estadunidense que é indicado para

impotência de Pelé quando seu filho, também jogador, foi acusado de traficar drogas, chegando a ser detido por meses em 2005. Alguém se lembra da reação de Pelé a essa situação? É mais fácil lembrar dele criticando Maradona anos antes, pois em seu ponto de vista era inadmissível que um jogador de futebol da grandeza do craque argentino tivesse se tornado usuário de cocaína. Para Pelé, Edinho seu filho, um goleiro mediano, foi vítima de más companhias.¹⁶⁶

Se as reflexões sociológicas feitas por Pelé não acrescentam muito ao óbvio, no quesito das relações amorosas uma comparação entre Pelé e Garrincha é sociologicamente inevitável, a que põe de um lado o casal Pelé e Xuxa e do outro Garrincha e Elza Soares. O Rei Pelé e a Rainha Xuxa nos anos 1980 espelharam a “pureza” da miscigenação nacional, vivendo um rápido conto de fadas que muito contribuiu para a carreira de ambos e para a internacionalização da imagem sorridente da democracia racial brasileira. Como exemplo incontestável desta imagem, há disponível na internet um vídeo promocional da Francisco Xavier Imóveis, no qual Pelé recebe como presente de Natal uma imensa caixa de onde sai Xuxa. Com seu presente “sentado no colo”, Pelé deseja que todos os brasileiros recebam o presente que desejam. Final feliz... Já Garrincha e Elza nunca estrelaram uma campanha publicitária, pelo contrário, foram chamados nas manchetes de jornais dos anos 1960 de “dois contra a cidade”, pois Elza não foi perdoada por ser mais uma “outra” na vida de Garrincha, que quando a conheceu era casado. Após sofrerem ameaças de morte e, posteriormente, terem a casa metralhada,¹⁶⁷ os dois partiram para um breve exílio na Itália no começo dos anos 70. Eis uma relação tragicamente configurada pelo contexto.

prolongamento de ereções e alongamento peniano. Vale ressaltar que Merritt afirma ter usado o medicamento longe do período de treinos e competições.

¹⁶⁶ Com a mesma visão simplista sobre o fenômeno das drogas, em entrevista à Marília Gabriela no Programa *Cara a cara*, Pelé afirmou que não gostava dos Beatles porque estes haviam difundido o consumo de drogas pelo mundo, no que foi refutado pela apresentadora, que disse ser essa uma imagem injusta para com a banda inglesa que contribuiu com aspectos importantes para a cultura jovem como a valorização da paz e do amor. À época desta entrevista, Pelé, o “atleta do século”, era garoto-propaganda do complexo vitamínico *Vitasay*. Já em 1961, antes dos Beatles começarem a influenciar a juventude, Pelé estreou na publicidade num anúncio do fortificante *Biotônico Fontoura* (cuja fórmula original na década de 1920 continha 19,5% de álcool etílico chegando em 2001 com 9,5% quando a ANVISA proibiu que medicamentos pediátricos contivessem mais de 0,5% de álcool em sua composição), cujo slogan era: “A receita do campeão”. Em 1970, ele lançou no mercado o *Café Pelé* que hoje é vendido também na Rússia e na China. Se por um lado, o “Rei” não quis associar seu nome a uma cachaça, por outro o associou ao consumo de álcool (vendido como remédio pediátrico) e de cafeína que também são drogas. Será que os Beatles realmente difundiram mais o consumo de drogas do que o Rei do futebol?

¹⁶⁷ Em 20 de junho de 1964, a casa onde Garrincha e Elza moravam sofreu uma violenta blitz militar e o Mainá que Garrincha ganhou de presente de C. Lacerda foi estrangulado por um carabineiro. Antes de sair, um outro carabineiro ainda fez ecoar na sala a seguinte fala: “Se abrir o bico vai ficar que nem esse passarinho!” Cf. Roberto Vieira. “O dia que a ditadura matou Mané Garrincha”. Disponível em <http://blogdojuca.uol.com.br/2011/06/o-dia-em-que-a-ditadura-matou-mane-garrincha/>. Acesso em 20/06/2011.

O casal Garrincha e Elza acabou sendo a representação viva da malandragem desenhada em torno do samba, do futebol e da cachaça, a mistura ilegítima de um nordestino descendente de índios e mulatos com uma negra do morro carioca, resultando em impureza sem sofisticação para gringo ver: as pernas tortas dele e a voz rouca e sensual dela eram exóticas atrações de terceiro mundo, mas atrações que, aos olhos dos brasileiros, deviam ficar confinadas nos campos de futebol, palcos de segunda categoria e nos botecos da vida, não nas festas da alta sociedade nem em programas de TV. Se a identidade cultural brasileira exportada entre os anos 1950 e 1970 foi recheada de futebol, samba e cachaça, é possível especular que Garrincha e Elza tenham formado o casal que representou o Brasil que desceu do morro para o asfalto com jogo de cintura para driblar as adversidades. Enquanto este casal hoje é cultuado por românticos e boêmios amantes do futebol, o casal pop Pelé e Xuxa, apesar da popularidade atingida enquanto esteve sob os holofotes nos anos 1980, não durou muito na memória coletiva, sendo hoje citado vez por outra em análises sociológicas lidas por um público restrito.

Se o trono do Rei Pelé de tempos em tempos é balanceado pela atuação política de cidadão Pelé fora de campo, Kaká, que por sua vez já alugou sua imagem ao Gatorade e a Pepsi, não critica a vida de ninguém, não aparece no circuito das celebridades e é quase unanimidade entre analistas de futebol, tendo a seu favor a capacidade de ser disciplinado longe de campo, mesmo sendo um jovem milionário, que, como muitos de seus companheiros, poderia estar aproveitando o lado faustoso da vida – e aqui está o ponto nevrálgico da questão. Movido por sua fé, Kaká está sentado no trono que poucos usufruíram, vivendo acima das tentações mundanas como sexo, álcool e outras drogas, e por isso recebendo respeito e confiança dos mais ortodoxos, servindo de exemplo para um específico modelo de juventude. Entretanto, no mundo do futebol nem sempre a bola é redonda, assim como nem todos os jogadores terão um trono para sentar no auge da carreira. Esses, inclusive, nem sempre possuem controle sobre as substâncias que consomem. Se hoje é mais do que politicamente incorreto usar drogas para melhorar performances, é preciso lembrar que na década de 1970 era mais do que comum que os jogadores recebessem por via injetável, complexos vitamínicos, assim como infiltrações de anestésicos e anti-inflamatórios para aplacar as dores conquistadas dentro de campo. O grande problema é que os cuidados com a higiene eram mínimos, como relata o ex-jogador do Bahia e atual professor de Educação Física e funcionário da Coordenadoria de Esporte da Prefeitura de Salvador Edmilson Machado: “Eram duas ou três agulhas

para 30, 40 jogadores. Ferviam e iam aplicando”.¹⁶⁸ O resultado é que muitos jogadores se tornaram portadores do vírus da Hepatite C – só no Ambulatório da UFBA, em 2010, havia 55 atletas em tratamento. A estimativa da Sociedade Brasileira de Hepatologia, é que grande parte dos jogadores brasileiros dos anos 70 esteja contaminada e nem sequer saiba disto. Em face desse exemplo, se os médicos dos clubes podiam administrar substâncias das quais os atletas pouco ou nada conheciam, prejudicando-lhes a saúde sem serem responsabilizados pelos danos causados, o problema configurado não é os atletas usarem drogas, mas sim usarem por conta própria.

Como exemplo, Dodô, em 2007, foi mais um atleta do Botafogo que foi flagrado no exame antidoping, dessa vez por uso de *Femproporex*, encontrado em pílulas de cafeína, sendo punido com dois anos de suspensão. Até hoje ele alega que usou os suplementos vitamínicos por recomendação e fornecimento do departamento médico do clube, mas nenhum médico foi responsabilizado, muito menos punido. A decisão do TAS-CAS (Tribunal Arbitral do Esporte) rejeitou o argumento de falta de dolo e/ou responsabilidade objetiva em um caso de doping. Em situações como esta, assumir a responsabilidade pelo uso – o que Dodô não fez – significa retratação da imagem pública não apenas do jogador como da ética desportiva, posta em xeque. Quem passou por isso foi o jogador de vôlei brasileiro, Giba, flagrado no antidoping por uso de maconha na Itália em 2003: "Estou arrependido, mas foi um erro único. Sei que sou um símbolo, um exemplo principalmente para as crianças e não poderia ter errado. Fui fraco, mas garanto que não acontecerá de novo". Giba que disse ter fumado uma única vez (!?!), após a suspensão por 8 jogos vestiu a camisa do esquadrão antidrogas: "a maconha não deve deixar de ser considerado doping, porque é uma substância que faz mal ao atleta, ao ser humano. Estou colocando minha imagem à disposição de quem queira fazer campanhas antidrogas".¹⁶⁹

Palavras sinceras ou não, em última instância, a responsabilidade sobre o corpo, seja ingerindo bebida alcoólica, um complexo vitamínico ou fumando maconha, deveria ser dos próprios atletas. Mas seriam estes tão autônomos em

¹⁶⁸ Diego Adans. "Ex-jogadores baianos têm problemas para sobreviver". *Jornal A Tarde*. 20/03/2010. Disponível em: <http://atarde.com.br/esporte/noticia.jsf?id=2077011>.

¹⁶⁹ "Giba admite ter usado maconha e diz estar arrependido". *Jornal Folha de São Paulo*. 13/03/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u56841.shtml>

relação aos interesses das entidades desportivas às quais pertencem? Em certos casos, esses interesses podem até flexibilizar uma suspeita de doping, denominando-a de “resultado analítico adverso para substância”, o que implica em não apontar culpa ou negligência por parte dos envolvidos. É o caso dos nadadores brasileiros Cesar Cielo, Nicholas Santos, Henrique Barbosa e Vinícius Waked, flagrados em maio de 2011 no exame antidoping pelo uso do diurético *Furosemida*. Para evitar que fossem suspensos do Mundial de Xangai agendado para julho de 2011, tais nadadores receberam apenas uma advertência por usarem o diurético que anteriormente ocasionou punições para outros atletas, como a ginasta Daiane dos Santos, suspensa por cinco meses, e a nadadora Daynara de Paula, suspensa por seis meses, após ser flagrada no Sul-Americano, em março de 2010. De acordo com os interesses institucionais, foi oferecido aos atletas da natação o “benefício da dúvida” – em outras palavras, eles são inocentes até que se prove o contrário –, quanto ao dolo em caso de suspeita de doping em um momento que antecede uma competição mundial. Interesses à parte, este benefício da dúvida ainda gerou polêmica, pois em 06/07 a Fina (Federação Internacional de Natação) anunciou que iria apelar na CAS (Corte Arbitral do Esporte) contra a decisão da CBDA (Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos), demandando uma punição exemplar. Ao fim e ao cabo, Cielo foi campeão mundial em Xangai nos 50 metros borboleta e nos 50 metros livre.

O espectro dos interesses institucionais não se limita ao nível de excelência das performances dos atletas, nem às suas comemorações de fundo religioso, ele atinge também as comemorações laicas. Nos Jogos Olímpicos de Inverno realizados em fevereiro de 2010 no Canadá, a seleção feminina de hóquei canadense ficou numa “saia justa” por ter comemorado a conquista da medalha de ouro consumindo cerveja, champanhe e charutos na pista de competição. O Comitê Olímpico Internacional prometeu investigar a “comemoração abusiva”, o que forçou a Federação Canadense a se desculpar, caso algum espectador houvesse se sentido ofendido. Curiosamente, esse receio de ofender a opinião pública ocorreu quando as autoridades de Vancouver, sede da competição, afirmaram que seriam bastante tolerantes com o consumo de maconha por parte dos turistas durante os jogos. Essa configuração deixa claro que acima dos direitos dos atletas enquanto cidadãos estão os direitos das instituições que administram os esportes de acordo com seus critérios, mantendo os interesses em torno da imagem da ética desportiva acima das demandas dos demasiadamente humanos competidores.

E se os humanos que competem ainda são falíveis, sabe-se de seus desejos de serem deuses que conquistam seus lugares no Olimpo do esporte. Levando em conta esta questão, o panorama dos órgãos reguladores para a Copa do Mundo 2010 pareceu estar menos centrado nos cuidados com a saúde dos atletas do que em

diminuir as possibilidades de uma pandemia de performances quimicamente induzidas,¹⁷⁰ como quase não houve na última edição da Copa das Confederações, realizada no mesmo país um ano antes. "Estamos planejando testes em todos os times, nos treinos, na estada nos seus países de origem e após a chegada à África do Sul", afirmou o médico chefe da Fifa, Jiri Dvorak. Cerca de 35 mil testes foram realizados em 2009, com resultado positivo em apenas 0,03% dos casos.¹⁷¹ Será que estes testes também detectam o consumo de álcool? De um jeito ou de outro, a comissão técnica da seleção brasileira pôde se sentir tranquila quanto à redução de riscos e danos para com sua imagem, já que o patrulhamento evangélico manteve os jogadores longe das bebidas alcoólicas, todavia é bom ressaltar que o álcool não está na lista de substâncias proibidas. Inclusive, em países como a Itália, vários jogadores costumam beber uma taça de vinho durante as refeições sem nenhum dilema ético ou restrição dos departamentos de medicina desportiva.

Levando em conta que cada caso deve ser analisado considerando seu contexto, assim como o uso de tabaco,¹⁷² o uso de bebida alcoólica, é desaconselhável para praticar atividades esportivas, mas não é proibido para desportistas. Contudo, quando se tenta explorar comercialmente a imagem dos prazeres proporcionados por uma carreira bem sucedida, polêmicas são configuradas, como a acontecida em 2009 em torno da campanha comercial da cerveja Brahma com "Ronaldo, o Fenômeno", na qual este apareceu associando suas várias recuperações de contusões na carreira ao fato de ser "brahmeiro". Imediatamente após a veiculação do comercial, a cervejaria Schincariol, concorrente da Brahma, afirmou que Ronaldo é ídolo das crianças e atleta de um esporte olímpico. Por esses dois aspectos, ele não poderia associar sua imagem a bebidas alcoólicas. Como consequência, as pressões da sociedade civil cresceram e a propaganda foi modificada com a fala do Fenômeno "sou brahmeiro", sendo trocada por "sou guerreiro" e com o copo de cerveja sumindo de sua mão.

¹⁷⁰ Em abril de 2010, o atacante marfinense Didier Drogba que atuava no Chelsea da Inglaterra, adiou uma operação de hérnia de disco, que o afastaria da temporada europeia e da Copa do Mundo. Atuando com fortes dores, será que este adiamento priorizou a saúde do jogador? E a presença de Rooney (Inglaterra), Pepe (Portugal), Iniesta e Torres (Espanha) na Copa não garantiu que estivessem com 100% de condições físicas, já que se recuperavam de lesões e fraturas graves, mas o show não podia parar...

¹⁷¹ Isso se não for levado em conta o chamado doping invisível, quando se usa hormônios como o DynEPO, praticamente impossível de ser detectado.

¹⁷² Um dado curioso está no uso de tabaco como rito de iniciação entre atletas. É o que conta Paulo Rink, jogador brasileiro naturalizado alemão que chegou a seleção germânica no ano 2000: "Tive que virar fumante para não ficar excluído na seleção. Teve uma época em que 18 dos 23 jogadores convocados para a Eurocopa fumavam. Se ficasse de fora (da roda de fumantes), eu já era lá dentro, estava ferrado", (UOL:24/05/10).

Essa polêmica gerada em torno da avidez por lucro fácil de alguns setores do mercado de consumo parece ter levantado a bandeira social de impedimento ante o gol que a CBF então buscava marcar com a imagem do jogador abstinente como modelo triunfante.¹⁷³ Vale apontar que, depois do fracasso da seleção na Copa do Mundo de 2010, na Copa América de 2011, além de não contar com a presença do abstinente e ex-intocável Kaká,¹⁷⁴ o técnico que substituiu Dunga, Mano Menezes, proibiu a presença de líderes religiosos na concentração. Será que a abstinência compulsória começa a ser jogada para escanteio? Enquanto as estratégias do jogo vão sendo repensadas, não causa estranheza que jogadores que conduzem um estilo de vida pouco “religioso” ganhem destaque nas primeiras páginas de jornais e blogs como só acontecia com artistas em um passado nem tão distante.

Polêmica instaurada, a crítica midiática sobre o direito que estes jovens milionários conquistaram para curtir alguns momentos da vida com um copo na mão, muitas vezes obscurece o dado de que o patrocinador oficial do Brasil na Copa do Mundo 2010 foi uma cervejaria! A lógica trazida por sua campanha publicitária é que todos os torcedores em frente aos aparelhos de TV podem virar guerreiros bastando ter sua cerveja ao alcance da mão, enquanto os jogadores para se tornarem guerreiros teriam que se sustentar basicamente na fé!¹⁷⁵ Não deve ter sido coincidência o fato de o Flamengo ter sido campeão nacional em dezembro de 2009, atingindo 19% dos torcedores do ranking brasileiro, quatro meses depois ter sua popularidade reduzida para 17%. Nesse período, os jornais foram recheados por manchetes com Adriano e Vagner Love – batizados de “O Império do Amor!” –, envolvidos com bebidas, baladas, baile funk, favela, brigas com namorada e passeios com traficantes armados. Na cabeça de muita gente pode ter passado o filme: “É isso que esses meninos pobres fazem depois de enriquecer?” Essa imagem hedonista soa não apenas contrária à ética recente da seleção brasileira como ao modelo que a cultura futebolística nacional vem processando. A imagem do time mais popular do Brasil, ainda se tornou mais abalada após um dirigente flamenguista afirmar que Adriano e Love, por

¹⁷³ Tais setores não desistiram de seus objetivos, apenas buscaram outras estratégias de campanha. Em 2010, a mesma cervejaria Brahma com os slogans “a primeira marca brasileira na história a patrocinar a Copa do Mundo da Fifa” e “patrocinadora da seleção mais guerreira do mundo”, convocou o técnico Dunga para ser garoto-propaganda, auxiliado pelos jogadores Luis Fabiano e Julio César em três comerciais. Foi tomado o cuidado de eliminar do texto dos três a palavra brahmeiro e o copo em nenhum momento aparece na sua mão de nenhum dos guerreiros. O lucro visado por esta campanha está traduzido nas palavras do superintendente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), Enio Rodrigues: “Com a Copa, é como se tivéssemos um mês a mais de verão no ano”, (IG: 27/05/2010).

¹⁷⁴ Será que o evangélico “moicano” Neymar, pai solteiro e baladeiro, cujo penteado exótico vem sendo copiado por jogadores e fãs, é a nova referência identitária do futebol brasileiro?

¹⁷⁵ O mesmo Enio Rodrigues esclarece que: “Em junho, o esperado é cerca de 6% a 7% do consumo anual, mas agora, com a Copa, esperamos que atinja a marca de dezembro a fevereiro. Com isso, há uma projeção de que o ano terminará com crescimento de 7% a 10% das vendas de cerveja, quando o ritmo de crescimento tem sido de cerca de 5% ao ano do mercado nacional”, (*Idem*).

serem estrelas, possuíam privilégios. Desde então, os privilegiados passaram a ser bodes expiatórios.

No jogo entre Botafogo e Flamengo, que decidiu o campeonato carioca de 2010, aos 33 minutos do segundo tempo, quando o Botafogo vencia por 2X1, surgiu um pênalti a favor do Flamengo. Adriano foi para a bola e... perdeu! Com o Botafogo sagrando-se campeão sem ter nenhum jogador associado à imagem de usuário de álcool e outras drogas, alguns torcedores do Flamengo, com a fé em baixa, disseram que Adriano deixou o trono de Imperador vago, pois perdeu o pênalti por estar de ressaca. Para muitos integrantes da maior torcida brasileira, o problema das estrelas privilegiadas, que acabou sabotando a performance de todo o time, foi o excesso de liberdade.

Numa matéria do Globo Esporte,¹⁷⁶ em uma aparente tentativa de definição do que seja uso ou abuso de álcool, Adriano foi entrevistado e afirmou que bebia para esquecer e não conseguia, mas esqueceu de dizer – ou a edição do programa não permitiu que dissesse – o que ele queria esquecer: a morte do pai,¹⁷⁷ seus compromissos que restringiam sua liberdade para usufruir sua fortuna ou qualquer outra questão. Sem elaborar reflexões mais complexas, a matéria insistiu na representação pública de Adriano como um alcoolista, indicando ser este “apenas mais um caso do conflito entre futebol e bebida”, no qual “a ascensão social fulminante costuma ser a grande vilã da história”. Então, o problema configurado foi que Adriano saiu da favela e continuou se comportando como um favelado num império luxuoso?¹⁷⁸ Sendo assim, o problema não é de fácil resolução, pois, em 2010, já no Brasil, as vezes em que voltou para a favela assumindo o quanto sentia falta das suas raízes socioculturais, Adriano foi perseguido por paparazzi e no dia seguinte crucificado nacional e internacionalmente por frequentar ambientes atípicos de um vencedor. Será que é esse conflito de identidade que ele quer esquecer? Será que o dado socialmente rejeitado é que alguém que saiu de uma favela carioca e chegou à Itália vindo a ser apelidado de *L'Imperatore* possa querer tomar umas doses com os amigos do tempo das “vacas magras”?

¹⁷⁶ Doze clubes da primeira divisão do futebol brasileiro já executam projetos de prevenção ao alcoolismo. Cf. Globo Esporte, 09/03/10. Disponível em: <http://video.globo.com/Videos/Player/Esportes/0..GIM1225742-7824-ALCOOLISMO+ATINGE+VARIOS+ATLETAS+DO+FUTEBOL+E+CLUBES+SE+PREPARAM+PARA+AJUDALOS.00.html>

¹⁷⁷ Alguns próximos dizem que os problemas de Adriano com o abuso de álcool começaram com a morte do pai em 2004.

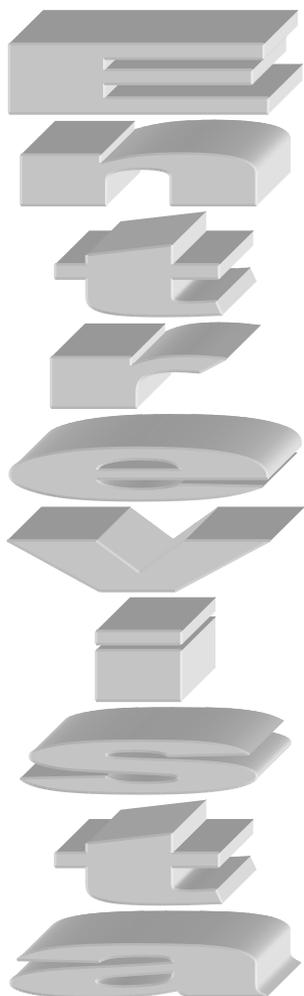
¹⁷⁸ Esse raciocínio não serviria para explicar o problema ocorrido com o “Doutor Sócrates”, ex-jogador de futebol com formação em medicina, portador de notória capacidade intelectual, politicamente engajado e que, em meados de 2011, foi vitimado por uma crise de cirrose hepática, diretamente relacionada ao consumo de bebida etílica, que quase lhe custa a vida. Sócrates não é fruto das favelas.

Menos de duas semanas após o jogo com o Botafogo, o carro de Adriano foi parado por uma blitz da Lei Seca. O jogador soprou no bafômetro e foi liberado. Essa informação saiu nos jornais e blogs como se significasse que o camisa 10 do Flamengo poderia estar mudando do vinho para a água. De qualquer modo, acabou não sendo uma surpresa quando Adriano foi desconvocado para a seleção brasileira depois de faltar treze treinamentos na temporada. Será que estas ausências foram consequências do consumo etílico ou seriam frutos dos danos psicológicos relacionados às pressões sobre um jovem que alçado à condição de celebridade é monitorado inescrupulosamente por uma pátria que não consegue dormir sem suas chuteiras?¹⁷⁹ Por ironia do destino e até desmentindo a lógica de Dunga quanto à preferência por vinho, um mês antes da Copa do Mundo 2010, a CBF lançou uma linha de espumantes e vinhos finos intitulados *Seleção Brasileira*.¹⁸⁰ Não seria surpresa caso oferecessem uma taça de alguma dessas bebidas para Adriano, que ele nervosamente respondesse: “pai, afasta de mim esse cálice!”.

¹⁷⁹ O calvário de Adriano continuou longe das favelas, mas nunca longe da mídia. Depois de sair do Flamengo em junho de 2010, ele voltou à Itália para jogar pelo Roma e, sofrendo com sucessivas contusões, não marcou nenhum gol em apenas oito jogos oficiais. Em março de 2011, após problemas disciplinares com o Roma, ele foi contratado pelo Corinthians, mas padecendo de novas contusões, só estreou sete meses depois.

¹⁸⁰ E essa postura liberal não se restringe a CBF. A Copa do Mundo de 2014 que acontece no Brasil, tendo um cervejaria como patrocinadora, vai abrir um precedente em relação ao Estatuto do Torcedor, que não permite consumo de bebidas alcoólicas nos estádios. De acordo com o então Ministro do Esporte, Orlando Silva, há “compromissos da FIFA com os patrocinadores” (Guilherme Fiuza, *Época*, 06/10/11) que viabilizam que os torcedores possam estar nos estádios com suas cervejinhas ao alcance das mãos.

Perspectiva Histórica



ENTREVISTA CONCEDIDA A IZABEL DE FÁTIMA CRUZ MELO**Edgard Navarro**

Edgard Navarro, cineasta baiano, nascido em Salvador, iniciou as suas incursões cinematográficas em 1976, através da bitola Super-8, em que realizou os filmes de curta-metragem “Alice no país das mil novilhas”, “O rei do cagaço” e “Exposed”, reconhecidos pelo seu caráter experimental e polêmico. Nos anos 1980, realizou “Porta de Fogo” e “Lin e Katazan”, filmes em 35 mm, ganhadores, respectivamente, de melhor filme e melhor roteiro em 1985, no Festival de Brasília, e melhor filme, melhor montagem e melhor ator, no mesmo festival, no ano de 1986. Ainda nos anos 1980, agregando-se com outros cineastas baianos, tais como Fernando Bérens, José Araripe e Pola Ribeiro, fundou e fez parte da Lumbra Cinematográfica, produtora do filme “Superoutro”, que, em 1989, foi premiado no 17º Festival de Gramado como melhor filme, melhor direção e melhor ator. Mesmo nos anos 1990, de aparente “marasmo” da cena cinematográfica baiana e brasileira, realizou vídeos como “O papel das flores” e o “Talento demais”. Já na década de 2000, realizou o seu primeiro longa-metragem, “Eu me lembro”, ganhador no Festival de Brasília, no ano de 2005, das categorias de melhor filme em 35mm pelo júri oficial, melhor direção, melhor roteiro, melhor atriz, melhor ator coadjuvante e melhor atriz coadjuvante, além do Festival de Goiânia em 2006, como melhor roteiro e melhor trilha sonora. Em 2011, lançou o seu segundo longa-metragem, “O homem que não dormia”, ganhador do melhor ator coadjuvante no Festival de Brasília no mesmo ano.

Perspectiva Histórica – Edgard, quais caminhos te levaram ao cinema?

Edgard Navarro - Fernando Belens foi uma das pessoas que me inspiraram a fazer cinema. Talvez ele tenha sido a mais importante, porque estive mais próximo de mim. Eu vi pela primeira vez uma projeção em super-8 na casa de Fernando, numa parede com o reboco esburacado. Eu vi o cinema acontecer de uma forma que eu nunca tinha visto antes. Era um cinema doméstico. Não no sentido de domesticado, mas no sentido de poder ser feito em casa, com um equipamento simples. Na verdade, são três coisas. Três eventos que confluem. Uma foi ter visto *Meteorango Kid* em 69, de André Luís... Era um filme de verdade, na telona, 35mm, com público assistindo. Era o cinema que eu sempre tinha visto e tinha paixão por ele, mas daquela vez o que eu via na tela era Salvador, era a Av. Sete, eram as pessoas que eu encontrava na rua.

E eu me identificava com o personagem central do filme, um maconheiro, enfim, um jovem anarquista, sem ideologia muito clara e contestador. Principalmente isso, um jovem rebelde. E a terceira pessoa foi Buñuel – um grande nome do cinema internacional –, pela forma que ele fez *O fantasma da liberdade*, com um roteiro que apontava para uma liberdade de criação muito grande, no próprio ato de criar não tinha roteiro... Melhor, era um roteiro meio maluco. Começava com um personagem, passava pra outro, pra outro, pra outro. Não tinha assim... uma lógica convencional, era uma coisa nunca antes vista por mim. Isso eu gosto. Isso me interessa. Buñuel, *Meteorango Kid* e no final das contas, lá no início da década de 70... 74, 75, eu vi esse cinema super-8 sendo feito aqui na Bahia, ali bem perto de mim. Mas na loja não tinha uma câmera pra comprar, entendeu? Assim, eu fui comprar em Manaus uma câmera pra mim, pra começar a fazer os filmes.

Na verdade, tudo tem a ver também com a Jornada de Cinema, porque foi a Jornada de Cinema que começou em 72 e eu apenas tive notícia remota no jornal de que estava havendo uma Jornada de Cinema e que tinha filme baiano participando. Isso plantou em meu coração um desejo de participar também, de fazer alguma coisa, de me mexer nessa direção. Mas só em 76 foi que eu consegui realmente amadurecer esse processo todo. E o fator mais determinante foi ter visto Fernando Belens com as experiências que ele fazia de 1, 2, 3 minutos, filmezinhos, filmecos. E eu disse, “eu quero isso, eu quero fazer filmeco. Quero pegar uma ideia e tentar me expressar artisticamente...”, porque o super-8 era usado mais pra fazer aniversário da família, casamento, festinhas familiares, um registro familiar doméstico. E era uma ousadia pensar essa bitola para fazer um cinema que tivesse um desejo de expressão mais nobre, sei lá. Entre aspas aí o nobre. Mas sei lá, era um desígnio artístico. Aí, e como eu me arvorava, pelo menos amante da arte,

né? Eu era um amante da arte. Eu queria me arvorar artista de alguma forma, e já tinha tentado isso com algumas canções que eu fiz para festival de música. Já tinha participado de alguns festivais **PH** – Qual relação você estabelece entre o cinema e as artes em geral e as experiências de alteração da percepção na sua trajetória?

EN - De repente, a experiência alucinógena que estava sendo muito difundida naquele momento. Alguns dos meus colegas já conheciam há muito tempo e eu não tinha coragem, na verdade, de fumar, porque tinha um tabu implícito que aquilo era coisa de marginais e tal. Então, e para mim o efeito foi (e ainda é) grandioso. É formidável, extraordinário, no sentido de mexer, de dar uma sacudida comigo que eu imagino que não seja tão forte com outras pessoas que não tenham esse grau de repressão (ou de sensibilidade aos efeitos de substâncias químicas no organismo). Para mim, foi tão forte que acabou sendo um dos fatores também decisivos para eu abandonar de vez a

engenharia, que eu era também engenheiro civil formado, tinha meu emprego e tal. E realmente todos esses fatores juntos e alguns outros de ordem mais íntima, familiar, uma coisa de meu espírito conturbado, a minha própria, digamos, idiossincrasia, a minha própria neurose determinou que a minha tábua de salvação fosse a arte, o cinema. É como se o cinema fosse uma coisa terapêutica, a arte, o teatro. Eu entrei pra fazer teatro no sentido de que ele ia me dar o caminho das pedras para uma coisa maior, que seria um caminho (se você quiser a palavra: espiritual), que me tocava muito de perto. Um desejo de transcendência que ali, naquele momento, também estava sendo servido no cardápio. Uma coisa espiritualista, misturada com orientalismo, o zen-budismo as filosofias exóticas, né? Gilberto Gil é um tanto responsável por isso, porque ele é um dos meus grandes ídolos. Eu o considero um dos poetas mais brilhantes. Ele, Caetano, Milton Nascimento e Chico, para mim, são

os pilares dessa época, que fizeram minha cabeça, que me formaram. Eu estava entrando para Escola de Teatro e estava de cabeça aberta, por causa da experiência de alteração da percepção que a maconha me trouxe. Era uma coisa diária, embora fosse muito dolorosa a minha neurose, a minha paranóia sempre... Eu me sentia assediado, ameaçado, mas era como se fosse um dragão que eu tinha que desmascarar. Então eu fumava diariamente. Isso está até dito no filme *Eu me lembro*.

Então, isso ajudou muito a desintegrar, enfim a dissolver a pedra e dar passagem a uma criatividade colorida, que a minha geração estava clamando por isso, e eu queria muito fazer parte dessa onda. E, então, o tema não foi outro senão *Alice no país das mil novilhas*, que é a coisa do cogumelo, da perda da ingenuidade, da inocência e a busca desse mundo da maravilha. Sem tirar a coisa da crítica, que era baseado num texto de Chico Buarque de Hollanda, do Fazenda Modelo e tal. E aí, eu me estribeei para poder trabalhar.

Mas então, tinha isso do filme ser feito com prazo determinado, porque a Jornada encerrava o prazo de inscrição em julho e a Jornada ia acontecer em setembro. Então, eu fiz um filme por ano. Eu me lembro dessa época de 76, 77, 78, pensando na Jornada. Estes três anos foram os anos em que eu participei efetivamente da Jornada, nesse período que você está querendo estudar. Então, eu fiz filmes. Eu corria, corria, com o prazo para inscrever [o filme]. Então, a Jornada, nesse sentido, me estimulou, me incentivou muito. Foi o mote de uma produção, porque, assim como aconteceu comigo, deve ter acontecido com outros cineastas. Eu trabalhava isoladamente, mas a partir daí, já nesse último momento aí, 78, por aí, eu me encontrei com outros cineastas superoitistas e formamos um grupo – a Lumbra –, que éramos eu, Fernando Belens, Pola e Araripe.

PH - Como você enxerga a relação dos superoitistas com a Jornada?

EN – Falando agora um pouco da ideologia da Jornada. A gente via a Jornada primeiro como uma vitrine onde a gente poderia colocar nossa merreca, nossa pequena bitola no meio de filmes feitos com todo um aparato, em 35 mm, com uma respeitabilidade, por causa do suporte profissional. Eram filmes que vinham do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, do Nordeste, de várias partes do Brasil.

Então, a gente tinha a possibilidade de fazer uma porcariazinha de um filmezinho pequeno na sua produção, que era feito com a sobra de salário que a gente tinha. Era muito barato fazer um filme em relação aos orçamentos que você teria para um curta-metragem. E nosso trabalho era exibido democraticamente em uma tela única, onde estava presente uma parte muito significativa do foro cinematográfico nacional.

Aqui na Jornada foram decididas coisas muito importantes em termos da política cinematográfica brasileira

e figuras muito importantes, como José Carlos Avellar, na época; quem mais, meu deus: Marco Aurélio Marcondes, Sérgio Peo... o próprio Sílvio Da-Rin, que hoje é o secretário do audiovisual, e um sem-número de pessoas que participavam da política e da arte de fazer cinema no Brasil, estavam ali presentes. E eu me sentia meio como um menino levado, né? Fazia as minhas traquinagens para mostrar e levar ao espanto, causar escândalo. Eu estava de alguma forma muito é... imbuído com a noção de que a caretice era a grande inimiga. A rebeldia que me movia, ela tinha um alvo principal que era a caretice. Eu não sabia, eu não sei dizer para você direito o que é caretice. Mas era uma série de coisas... por exemplo, não fumar maconha era caretice e se vestir de determinada forma era caretice. Porque eu era um desbundado, fazia parte de um grupo que era adepto de uma estética meio hippie, meio louca mesmo. Cabelos muito grandes e mal cuidados. A gente era... sandália havaiana, tudo contra o

establishment. A gente ouvia falar de contracultura, de Luiz Carlos Maciel no Brasil, de Timothy Leary, nos Estados Unidos, de Allen Ginsberg, de toda essa gente “*On the Road*”, “*beat generation*”, toda essa gente que nos inspirou e inspirava (desde 67, 68); essa onda inteira que ainda exerceu sua influência ao longo da década de 70, ela se espalhou aqui, tomou força, e não tinha terminado ainda. Eram os ecos dessa onda, movimento hippie, contestação de tudo. A gente tava vivendo a ditadura militar e tinha mais motivo ainda, né?

Então era isso: enquanto a Jornada propunha uma posição ideológica concreta, de esquerda, digamos, muito fundamentada – ou pelo menos era o que eles pensavam né? –, mais séria, digamos assim. Séria, era uma coisa séria. Quanto a mim, eu queria estar ou achava que estava além do bem e do mal. Eu estava além do Nietzsche, eu estava além da seriedade. É claro que há seriedade e eu respeitava esse lado, onde eles estavam muito mais



que a direita. A direita era o supra-sumo da caretece, era aquilo que se deveria combater, *a priori*. Mas você não pode, no meu raciocínio “troncho”, você não pode combater uma caretece de direita, com uma atitude careta de esquerda. Então, para mim, nem uma coisa nem outra coisa servia. A saída não era para direita nem para esquerda, tinha que ser pra cima! Era uma coisa esotérica, espiritual, misturada com uma coisa alucinógena, macrobiótica. Eu me lembro que a saída artística era... a anarquia! Quer dizer, a gente não queria governo para a gente, a gente queria o não-governo. A gente (quer dizer, eu falo por mim), quer dizer, essa gente era uma tribo a qual eu achava que pertencia e que, de alguma forma, eu pertencço até hoje. Um desejo de que não haja governo, de que as pessoas possam ter valores de dignidade, de honestidade, fraternidade, tudo movido por uma coisa muito grande, altruísta, maravilhosa, que nos colocavam como iguais perante a vida; e, porque

éramos iguais perante a vida, tínhamos que socializar os bens, socializar os conhecimentos, tínhamos de viver em comunidade, se possível, socializar até o próprio parceiro. Não teria essa coisa de parceiro. Existia uma ideia de comunidade. É como uma sociedade tribal antiga, onde os pais eram pais de todos porque ninguém sabia quem eram os pais. Não. As crianças eram filhas de todos os pais possíveis dali, e as mães também eram mães coletivas. Uma coletivização dos bens que lá no ideário hippie e que, até hoje eu acho, é uma coisa muito bonita, que ia de encontro a essa atitude de documentários cinematográficos com uma ideologia marxista, que tinha uma estética muito quadrada (se usava esse termo também na época). E a invenção... o cinema de invenção, da ousadia e do escândalo para mim era muito mais revolucionária, mesmo que ela fosse ou parecesse uma coisa até sem sentido. Porque esse *non-sense*, ele fazia parte de uma estética

revolucionária daquele tempo e até de tempos anteriores. Eu me identificava com artistas e filósofos como Arthur Rimbaud, Van Gogh, Nietzsche, André Breton e Dalí, com essa turma da arte moderna do início do século, né? Com essa coisa que dava as costas a qualquer regime político. A gente já estava vendo ali que o stalinismo era uma coisa autoritária e que a esquerda... É bonita essa esquerda romântica, essa guerrilha que foi feita no Brasil. A guerrilha de Cuba... É tudo muito bonito, tem uma parte muito bonita, corajosa, de libertar o povo, socializar os bens e tal. Mas a gente tinha contra isso o autoritarismo que era implícito na práxis de esquerda. Então, nosso ser do desbunde não admitia esse autoritarismo. Então, quem representava o autoritarismo na Jornada da Bahia? Era Guido Araújo! Guido Araújo era meu alvo preferencial. Coitado de Guido! Hoje eu vejo, com certa maturidade, que a gente adquire com o tempo... eu acho que ele não merecia essas porradas,

porque ele estava se esforçando muito contra uma ditadura instalada para que acontecesse o festival. Ele estava ali tentando fazer a Jornada acontecer, quer dizer, um festival onde a ideologia de esquerda se colocava. Pintavam filmes que não passariam no circuito normal. Filmes cuja ideologia era contra o sistema estabelecido, então era um organismo e um evento de resistência, e, ao me colocar contra esse evento, eu estava... fui acusado por alguns de meus colegas. Mas eu assumo a culpa por certos gestos mais espetaculosos, digamos assim, como um cara que estava atrapalhando o movimento de resistência porque queria aparecer. Provavelmente eles tinham razão. Na verdade, há uma contradição nisso. Meu trabalho (supostamente, por mim) continha elementos que eram muito mais importantes do que eu próprio, o ego. Eles continham a semente dessa revolução estética poderosa, a meu ver. Mas, ao mesmo tempo, para que o mundo ficasse sabendo (o mundo restrito do círculo

dos cinéfilos) era preciso que eu fizesse bastante barulho.

PH – Nesse período que você estava aí desbundado, andando pela cidade, não só durante o período da Jornada, mas durante o ano, durante a vida de vocês, por onde vocês andavam na cidade? Quais lugares vocês estavam, com quais pessoas vocês estavam? Quais eram os espaços por onde vocês andavam na cidade?

EN – Ah! Tinha o Grão de Arroz, que era um restaurante macrobiótico, que começou em 74, com uma figura lendária da cultura baiana (eu acho), sem ser um homem de cultura. Era o dono do restaurante Grão de Arroz – Lula, né? Lula, Luiz da Mota Cunha. Por acreditar na alimentação natural e em todo o ideário da macrobiótica, ele criou esse restaurante e abriu uma roda de encontros pra onde vinham todas as pessoas interessantes da cultura baiana e brasileira. Por exemplo, ali eu me lembro que veio Gabeira e veio Juca Ferreira. Juca Ferreira havia convivido com Gabeira

no exílio na Suécia e, quando Gabeira veio à Bahia, talvez para divulgar um de seus livros, uma palestra sobre *O que é isso, companheiro?*, quem foi o cicerone de Gabeira foi Juca. Veio Gil. Algumas vezes, Gil almoçou lá no Grão. Vinha um guru indiano dar uma palestra... E a gente via lá numa das mesas o guru meditando em lótus. Gente de música, de teatro. Possi (José Possi Neto), que era um grande encenador paulista, irmão de Zizi Possi e que morava na Boca do Rio e ensinava na Escola de Teatro, comia lá no Grão de Arroz... Todos nós íamos aprender um pouco desse equilíbrio dado pela alimentação correta. O desbunde trazia um desequilíbrio, né? Mas que de uma forma equilibrava com essa comida macrobiótica. Portanto, um dos pontos era o Grão de Arroz, onde a gente encontrava tanta gente incrível com ideias tão exóticas e que fazia parte da mesma tribo (ou não), mas que pelo menos se tangenciava. Havia uma interação de crenças. É... malucos de todo tipo. A gente discutia

muito filosofia, religião, teologia, arte de modo geral, literatura. E besteira também. Falava-se muita besteira.

Tinha o Morro da Sereia, que é onde Fernando Belens morava e mora até hoje. A casa de Fernando Belens era um centro de encontro também de amigos de cinema e das artes de modo geral. Fernando era o centro do movimento. Sempre, quando tinha gente de fora e da Jornada também, ele fazia um caruru, e esse caruru ficou famoso. Gente da Gira Filmes, que era uma empresa de jovens de São Paulo que estavam na mesma batida da mesma geração que a gente. E quando eles vinham para a Jornada, faziam festa na casa de Fernando e de Lu, seu companheiro de sempre. E havia o dia-a-dia. Durante a semana, eu não levava dois ou três dias sem ir ao Morro da Sereia. E, às vezes, ficávamos todos os dias lá. Fernando e Lu se mudaram pra uma casa que construíram ali mesmo, bem mais perto do mar; Araripe e Pola alugaram a casa onde

antes moravam Fernando e Lu e se mudaram pra lá. Éramos eu, Pola, Fernando, Araripe, todos trabalhando numa agitação só. E outros, que eram satélites: tinha Melo, Zé Delmo, Nê, Vito Diniz que morou uns tempos lá... E, depois, Fafá Pimentel, Laura Bezerra, Eliene Benício e o pessoal do Teatro da Encruzilhada (aí já estamos na década de oitenta). Uma vez, anos mais tarde, nos reunimos com os meninos de Pernambuco – Lírio, Paulo Caldas, Marcelo Gomes e Cláudio Assis – e fizemos uma sessão histórica com um lençol improvisado em tela, na casa de Pola, no Nordeste de Amaralina. Naquela noite – acho que todos concordam – fundamos o cinema PE-BA (Pernambuco-Bahia). E havia Dinoraht do Valle, que é uma grande escritora paulista, muito amiga de Fernando. Todo verão ela vinha para a Bahia e ficava na casa de Fernando, que ela ajudou a construir. Para falar de Dina tenho que me estender um pouco mais. Ela já morreu, há alguns anos. Produziu uma literatura maravilhosa e um dos

romances dela, *Pau Brasil*, serve de inspiração para um longa-metragem que Fernando está fazendo. Sem contar que ela era crítica implacável de nossas ideias e esboços. Foi colaboradora nos diálogos de “Porta de Fogo” e de “Superoutro”, tendo chegado a ler e aprovar uma versão não definitiva de “O homem que não dormia”. Assim era Dina... uma figura maravilhosa, inspiradora de rebeldias, nossa musa, como uma deusa encarnada grega, ou uma bruxa gorda, uma puta encantada de outra esquina, cabíria e gelsomina, uma deusa profana, devassa, despudorada, pervertida, promíscua... Mas no sentido da inocência, da liberdade... Era tão livre que se lhe desse na telha podia dar para qualquer um, sem culpa. Dina era muito além do que se pode imaginar. Uma mulher de meia idade que tinha a vitalidade de uma menina de 16 anos e um amor no coração que... faz a gente se sentir eterno. Esse amor eu busco... vou continuar buscando. Esta era Dina.

A Escola de Teatro também era um puta reduto bacana de encontro. Eu fiz algumas peças como ator, poucas. E tinha o ICBA. O ICBA também tinha muitos eventos interessantes. Tinha *A Banda do Companheiro Mágico* que tocava lá. Tinha o grupo de dança *Trancham*, grupo de teatro... vários grupos de teatro nascendo ali, brotando

Perspectiva
Histórica

R
e
s
e
n
h
a

ALLEN, Woody. **Meia-Noite em Paris** (Midnigt in Paris). Estados Unidos/Espanha/França, 2011. Aprox. 94 minutos

CONFERÊNCIA DO NORDESTE 50 ANOS DEPOIS: UMA MEMÓRIA SUBVERSIVA DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO

Zózimo Trabuco¹⁸¹

Efemérides são momentos de afirmação e disputa pela memória e quase sempre motivam lançamentos de livros, filmes e debates acadêmicos ou públicos sobre os significados de um evento, uma personalidade ou um conjunto delas. Em datas comemorativas, esses mecanismos de atualização da memória supracitados expressam o quanto a compreensão do passado é uma dimensão das relações de poder no presente. A celebração de uma efeméride, portanto, diz muito tanto sobre o que é lembrado quanto sobre a sociedade e os sujeitos históricos que lembram.

Nas proximidades do Cinquentenário da *Conferência do Nordeste*, a editora *Novos Diálogos* publicou, no ano passado, o principal estudo sobre o evento de autoria de Joanildo Burity e, em abril deste ano, ocorreu no Espírito Santo um seminário rememorativo dos 50 anos do mais importante conclave do protestantismo brasileiro, com as principais personalidades remanescentes daquele evento e mais a presença do autor de *Fé na Revolução*.

Há cinquenta anos, em meio à efervescência política do governo de João Goulart, com a presença de movimentos sociais no campo e na cidade e os conflitos da Guerra Fria, um segmento do protestantismo brasileiro empreendeu um diálogo com a intelectualidade brasileira, visando compreender o que naquele momento apresentava-se como um processo revolucionário. A revolução, para os diferentes lados dos alinhamentos políticos da época, tornava-se uma promessa ou uma ameaça crescente, e mais do que a discussão sobre se ela ocorreria ou não, parecia urgente tomá-la nas mãos e dar-lhe o caráter desejado. Os protestantes também falavam de revolução. Como Joanildo Burity salientou, não é surpreendente que eles falassem sobre o tema, tão impregnado na atmosfera política e cultural da época, mas que tal tema fosse falado *pelos protestantes*, até então historicamente recalcitrantes ao engajamento político.

Originalmente publicado como dissertação de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com o título “Os protestantes e a revolução brasileira”, o

¹⁸¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor substituto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

trabalho de Joanildo Burity é representativo de um novo esforço de diálogo e aproximação entre segmentos do protestantismo e da intelectualidade brasileira no período de redemocratização, após duas décadas de Ditadura Militar. Foi defendida em 1989, ano da primeira eleição direta para presidente da República e também da publicação de outro trabalho que representava o mesmo esforço acadêmico e político de diálogo e aproximação entre o protestantismo e a “realidade brasileira”: *Os Escolhidos de Deus: Trabalhadores, pentecostais e cidadania*, de Regina Reyes Novaes. As análises das relações entre o ecumenismo protestante e a ideologia revolucionária (Burity) e entre o pentecostalismo e os movimentos sociais (Novaes) podem ser entendidos como movimentos recíprocos de segmentos das esquerdas e do protestantismo em estabelecerem novos diálogos numa nova república que então começava a nascer.

O paradigma da Sociedade Responsável tornou-se mais consistente nos discursos e práticas religiosas do protestantismo a partir da Segunda Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em Evanston (EUA), em 1954. O CMI tornara-se a principal entidade ecumênica ou inter-elesiástica do protestantismo no mundo, e contribuía com iniciativas congêneres em níveis continentais e nacionais. As entidades ecumênicas ligadas ao CMI contribuía para o engajamento individual e coletivo dos cristãos na superação das desigualdades sociais, e ajudavam, ainda, a difundir as concepções teológicas que dialogavam com os desafios da modernidade.

Na América Latina, a ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina) foi formada a partir dos departamentos de Igreja e Sociedade das confederações evangélicas nacionais, como a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), ligada ao CMI. A juventude evangélica participava ativamente dessas entidades e possuía suas próprias organizações, como sociedades internas nas igrejas (mocidade, juventude, etc.) e grupos missionários ou de estudos bíblicos. No Brasil, a mais importante para o ecumenismo protestante foi a União Cristã de Estudantes Brasileiros (UCEB) que agregava os diferentes núcleos das Associações Cristãs de Acadêmicos (ACA). Os eventos e publicações da juventude evangélica, como o *Jornal da Mocidade* (presbiteriana) e a revista *Cruz de Malta* (metodista), foram fundamentais para o aprofundamento do paradigma de responsabilidade social no protestantismo brasileiro.

Para compreender os desdobramentos desse paradigma da sociedade responsável no protestantismo brasileiro, o autor de *Fé na Revolução* analisou o principal evento organizado pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB) através do seu Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI), posteriormente denominado Departamento de Igreja e Sociedade. A quarta e última conferência organizada bianualmente pela CEB para discutir o papel social das igrejas cristãs diante da realidade brasileira foi a única a ocorrer em território nordestino e, por isso, ficou conhecida como A

Conferência do Nordeste, com o tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”.

Antes de analisar os discursos dos protestantes e dos intelectuais da academia convidados a falarem na Conferência do Nordeste – destaque para as presenças de Celso Furtado e Paul Singer –, o autor apresentou tanto a formulação do discurso e da prática da responsabilidade social no protestantismo quanto a construção da ideologia da revolução brasileira pela intelectualidade e as esquerdas da época. Sobre a primeira, chamou a atenção para o fato de que

não aponta para nenhuma forma concreta de sociedade que possa ser identificada como sendo a sociedade cristã. Trata-se, antes, de um conjunto de princípios que embasariam as aproximações concretas das igrejas às questões sociais, políticas e econômicas da atualidade. Há lugar, portanto, para uma posição crítica a ambos os sistemas sociais vigentes que, sob o signo da Guerra Fria, procuravam se impor como alternativa inescapável (p. 136).

Sobre a segunda, Joanildo Burity argumentou que mesmo as concepções revolucionárias mais críticas ao projeto político do PCB não se distanciavam muito dos principais elementos da construção discursiva deste, o caráter nacional, popular e anti-imperialista da revolução brasileira. Na terminologia do autor, tanto entre protestantes ecumênicos e fundamentalistas, quanto entre a esquerda tradicional e a “nova esquerda” nascente, havia uma economia discursiva comum que dava margens à negociação em meio aos conflitos de projetos de igreja, de sociedade e de revolução.

Encarnando os paradigmas em discussão e movimentando-se em meio às entidades existentes no seio do protestantismo, quatro personalidades, entre os muitos sujeitos analisados pelo autor, representaram de forma mais evidente a experiência desse protestantismo ecumênico que almejava compreender/transformar a “realidade brasileira”: Richard Shaul, Waldo Cesar, João Dias de Araújo e Rubem Alves.

Richard Shaul, missionário e teólogo norte-americano de confissão presbiteriana, trouxe para o protestantismo brasileiro as principais correntes críticas da teologia protestante europeia e norte-americana, atuou junto à juventude evangélica e formou jovens teólogos e lideranças leigas progressistas. Através do missionário, o princípio da neo-ortodoxia do teólogo suíço Karl Barth tornou-se fundamental para essa geração: “Fazer teologia com uma Bíblia em uma das mãos e o jornal do dia em outra”. Waldo Cesar, liderança leiga da juventude presbiteriana e do departamento de

Igreja e Sociedade da CEB e ISAL, foi talvez o principal articulador do ecumenismo protestante, além de um dos mais recorrentes autores e palestrantes em eventos e publicações, certamente por conta da formação sociológica. Posteriormente criaria a revista *Paz & Terra*, importante veículo de debate intelectual pós-golpe militar, proibida depois do AI-5, e que daria origem à editora homônima.

João Dias de Araújo, teólogo e pastor presbiteriano, à época um colaborador das Ligas Camponesas, pronunciou uma palestra que se tornou célebre e foi alvo de análise cuidadosa no trabalho de Joanildo Burity: “A revolução do Reino de Deus”, em que descrevia o conceito bíblico como o mais importante dogma da fé cristã e uma metáfora do horizonte de libertação humana de todas as formas de opressão e desumanização. O conceito de Reino de Deus assim entendido tornou-se uma importante mediação simbólica e discursiva para o diálogo com a ideologia da revolução das esquerdas brasileiras. Rubem Alves, pastor presbiteriano e ex-aluno de Richard Shaull no Seminário Presbiteriano do Sul, produziu o primeiro texto utilizando no título a expressão “teologia da libertação”, consagrada na década seguinte pelos escritos católicos. Era 1968, e por problemas de edição, sua tese de doutorado foi publicada nos EUA, com o título de *Teologia da esperança humana* e, no Brasil, com o título *Da Esperança*, já na década de 1980.

Como todos os marcos, a *Conferência do Nordeste* representou simultaneamente um ponto de chegada e um ponto de partida. O paradigma da sociedade responsável que conduziu uma significativa parcela do protestantismo para o diálogo ecumênico e à militância política, não satisfazia mais à juventude evangélica presente nas universidades e nos movimentos políticos e culturais do início da década de 1960, quando a revolução entrava cada vez mais em pauta. O desdobramento desse paradigma numa Teologia da Revolução (Richard Shaull) ou numa Teologia da Libertação (Rubem Alves) no final da década parecia representar novas possibilidades de transformação social e de horizontes intelectuais.

Porém, no meio do caminho tinha uma ditadura, ou, talvez, duas. Antes mesmo do golpe militar e de tudo o que o envolveu, como a campanha de desestabilização do governo Jango e o discurso anticomunista, os grupos mais conservadores das comunidades protestantes reagiram ao ecumenismo e ao progressismo social da UCEB, CEB, ISAL e CMI. Tomaram o poder nas igrejas e com ele a possibilidade de decidir o que era ortodoxo e o que era heresia. Cassaram mandatos pastorais e eclesiásticos e expurgaram seminários e entidades religiosas do que denominaram “infiltração comunista”. O golpe militar foi saudado como uma “revolução” que iria fazer na sociedade brasileira o que já fora feito nas igrejas: a eliminação dos subversivos. Citando um texto do livro: “o destino dos progressistas protestantes foi, de certa maneira, o dos progressistas não-religiosos – com a agravante de que a derrota começou mais cedo.” (p. 238).

Ao contrário do que o título possa sugerir o trabalho de Joanildo Burity não interessa apenas pelas contribuições que oferece à compreensão do protestantismo no Brasil, mas também do discurso revolucionário das esquerdas da época e, a partir da experiência protestante, de como a religião foi desafiada a dar respostas a uma conjuntura de grande ebulição política e ideológica. E o autor interpreta essa relação entre religião e política munido teoricamente das discussões correntes à época da escrita da dissertação sobre ideologia e análise de discurso. Discurso que, segundo a perspectiva adotada, não possuía dono, ou pelo menos não um único dono, ainda que os fragmentos discursivos, esses sim, pertencessem aos seus sujeitos enunciadoreis.

O livro *Fé na Revolução* coloca, ainda, em discussão o papel do protestantismo na sociedade brasileira, como se posicionar nos debates públicos e diante dos problemas sociais. Em contraposição ao que predominava contemporaneamente à escrita do texto e nos dias de hoje, a participação do protestantismo ecumênico nos anos 1960 “aponta para uma inserção qualificada no debate público, sem demandas clientelistas e sem sectarismo religioso. Uma modulação política da identidade evangélica que dialoga direta e abertamente com a intelectualidade secular, o catolicismo em processo de renovação (às vésperas do Concílio Vaticano II) e a esquerda partidária da época (marxista e não marxista).” Importante destaque, uma vez que essa experiência é obscurecida pelos padrões vigentes de participação política do segmento evangélico, submetendo o protestantismo externamente a uma interpretação homogeneizadora e, internamente, a um horizonte limitado de perspectivas.

ALLEN, Woody. **Meia-Noite em Paris** (Midnight in Paris). Estados Unidos/Espanha/França, 2011. Aprox. 94 minutos

MEIA-NOITE EM PARIS: VIVER O PRESENTE É MAIS IMPORTANTE QUE SONHAR O PASSADO

Grimaldo Carneiro Zachariadhes¹⁸²

Mas quando eu me lembro são anos dourados
(Chico Buarque e Tom Jobim)

Em seu filme *Meia-Noite em Paris*, o diretor americano Woody Allen aborda um tema fascinante não só aos historiadores, mas a todos aqueles que se debruçam sobre o tempo e suas mudanças. Seu longa-metragem reflete sobre a romantização do passado, sendo mais explícito: a construção imaginária, social ou individual de uma “época de ouro” em um determinado momento da história, em um determinado lugar. Momento pretérito em que as pessoas eram melhores, a sociedade era mais humana, a inocência e a pureza ainda existiam, os sentimentos eram reais, ou seja, em que a “vida era mais vida”. Neste filme, o ambiente ideal e a idade do ouro para um americano que está na França é a Paris dos anos 20.

Gil Pender (Owen Wilson) é um homem sonhador. Ele trabalha como roteirista em Hollywood, mas, apesar do sucesso e de ganhar muito dinheiro na sua profissão, se sente frustrado, pois deseja mesmo é ser reconhecido como um grande escritor. Procurando inspiração para o seu primeiro livro, ele vai à Paris, cidade que venera, com a sua noiva Inez (Rachel McAdams). Ela é uma esnobe, que se prende mais às questões meramente materiais, tais como comprar uma poltrona pela pechincha de €18.000 euros, enquanto ele preza o prazer de uma caminhada por Paris debaixo de chuva. Como se pode perceber, os dois se combinam como água e óleo.

O casal não está sozinho nesta viagem. Junto a eles estão os pais da noiva que simplesmente não suportam o genro. Em um momento do filme em que eles estão tomando café, é demonstrado como as posições políticas de ambos os colocam em trincheiras opostas. Além de tudo isso, sua noiva acaba encontrando um antigo amigo, Paul (Michael Sheen), um pedante pseudo-intelectual, por quem ela era apaixonada na universidade, acompanhado da mulher dele. Mesmo a contragosto, Gil se vê impelido a conhecer pontos turísticos de Paris junto com o casal de amigos de

¹⁸² Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisa (CEBEP).

sua noiva. A todo o momento, Paul tenta demonstrar como sabe muito sobre tudo (ou acha que sabe), de vinho até esculturas de Rodin, para a angústia de Gil e o deleite da sua noiva, Inez.

Gil se sente perdido nesta viagem tanto quanto em sua vida. Apesar de estar em Paris, os dias passam entediantes, sem razão, e ele não consegue se concentrar em seu livro. As companhias são tão maçantes que ele prefere sair sozinho pela cidade. Ele procura uma saída mágica. Em uma noite, à meia-noite, ao descansar na escadaria de uma igreja, depois de caminhar pela Cidade Luz, um casal a bordo de um carro antigo o convida a entrar no automóvel. Ele está prestes a adentrar em uma máquina do tempo que o transportará para Paris dos Anos 20, a época de ouro da cidade na visão de Gil. Nesta viagem, Gil se encontrará com os seus ídolos e lendas do passado. Desfilam pelo longa-metragem Ernest Hemingway, Scott Fitzgerald, Cole Porter, T.S. Eliot, Picasso, Gertrude Stein, entre vários outros.

Nesta sua jornada ele até conhece um possível amor, a bela e sedutora modelo Adriana (Marion Cotillard). Ele imagina a possibilidade de um romance com esta personagem de outra época. Talvez, ela possa oferecer a emoção que a sua noiva não consegue. Ela se torna uma chama a arder dentro do seu peito. Esta mulher do passado, que vinha da Paris dos Anos 20, da época de Ouro de Gil, parece ser o contraponto ideal para as frustrações do seu relacionamento do presente.

Neste momento, o filme já nos levou a refletir sobre a tendência que temos de romantizar uma determinada época que não vivenciamos. Como a modelo que seduz o protagonista do filme, o passado tem o seu charme, tem seu encanto, principalmente, porque não o conhecemos de fato. Nunca nos é dada a possibilidade de conhecer o passado de um local por inteiro, em toda sua complexidade e ambivalência. Só conhecemos fragmentos dele. Isso nos permite que queiramos destacar aqueles pontos que nos parecem positivos, enquanto desconhecemos ou silenciamos outros, ao nosso bel prazer.

Seguindo o caminho que o filme nos leva a refletir, poderíamos apontar para uma variante de um problema semelhante que é a romantização de tempos passados que nós mesmos vivenciamos, e que, com a distância, começam a tomar novos contornos, a nos parecer melhores do que foram quando vivenciamos aquele período de fato. Como sabemos, a memória é seletiva e volátil.

Podemos citar como parâmetro o que está acontecendo atualmente com a celebração da década de 80 do século XX. Esta década está sendo exaltada por meio de filmes, páginas na internet, shows e livros. Do ponto de vista de quem era jovem naquela época, era uma verdadeira época de Ouro. Tempos de uma beleza perdida, que não volta mais. Ninguém se lembra da inflação galopante, da instabilidade política e dos



resquícios da ditadura que permeavam aquele momento. Ou até isto, do ponto de vista atual, não tem a menor importância.

O mais impressionante é quando quem viveu àquela época, na sua plena juventude, quer impor aos jovens de hoje sua visão (romantizada) de mundo. Em e-mails, páginas no facebook e orkut, power-points e chats, afirmam que a geração dos Anos 80 foi a que teve infância e adolescência de verdade. Como senhores do tempo, dizem qual o melhor momento da história (será que os pais da geração da década de 80 compartilham desta opinião?). Mas, pergunte a uma criança ou adolescente da geração do século XXI, o que seria viver um mundo sem computador? Sem celular? Sem as possibilidades infinitas geradas pela internet? A resposta pode ser desconcertante.

Durante o filme, quando Gil tenta provar a Adriana que ela vive no período mais esplendoroso da história, os Anos 20, ela responde, com desdém, que não consegue ver o que tem de tão especial naquele momento em que ela vive. Em dado instante, a conversa é interrompida, pois aparece uma carruagem que os convida a entrar. Na verdade, é mais um portal do tempo que os leva para Paris da *belle époque* de 1890. Este é o tempo de Lautrec, Gauguin, Renoir, Degas e Monet. A época de ouro dos sonhos de Adriana. E, quando Gil e Adriana conversam com as pessoas daquele período, ouvem dizer que na verdade a época de ouro, não era a Paris do final do século XIX, mas sim a da Renascença.

Como um quebra-cabeça que vai se encaixando, Woody Allen nos faz perceber o cerne do problema. E o protagonista do filme começa a se desgarrar da sua ilusão. Nesta sua jornada ao passado, ele compreendeu que as pessoas de cada período criam os seus anos dourados. Que é estéril a tentativa de provar que o passado é melhor que o presente. Que todas as épocas têm seus problemas e dificuldades. Gil começa a compreender que as idades de ouro na verdade não passam de uma construção *a posteriori*. E o mais importante, aquilo que vai fazê-lo enfrentar com sabedoria a sua vida em sua própria época: ele percebe que a romantização do passado é fatalmente a negação do presente, e a construção imaginária de uma época dourada era apenas uma forma dele fugir da atualidade com todos os seus problemas e dilemas.

MATOS, Jucélio. **Doc de Amor**. Documentário. Faculdade Maurício de Nassau. 2010. 70 minutos.

QUANDO DUAS MÃOS DECIDEM SE SEPARAR DO QUARTO PROIBIDO: OS AMORES DE JUCÉLIO MATOS.

Aristides Oliveira¹⁸³.

Esse amor sem razão.

Sem valor amanhã.

Mesmo assim arderá eternamente.

(Marina Lima)

O cinema brasileiro contemporâneo colhe seus frutos. Vivemos uma fase marcada pelas novas possibilidades de produção audiovisual em virtude da democratização das mídias e do suporte de expressão. Hoje é possível colocar em prática ideias até então amarradas pela limitação dos recursos técnicos, que estavam disponíveis nas mãos de poucos. Agora, podemos criar e fazer cinema no Brasil em perspectiva plural, experimentando a linguagem dentro de nossas viabilidades e desejos de criação, com nossos celulares, web cams, máquinas fotográficas e demais dispositivos móveis.

Novos documentaristas surgem nessa safra criativa, produzindo sentido à História, seja na política, nos debates sociais, religião, etc. No caso de Jucélio Matos, às histórias das sensibilidades contemporâneas. Ao iniciar seus estudos sobre cinema em 2004, Jucélio se revelou para a cena audiovisual pernambucana em pouco tempo, com o filme *Doc de Amor* (2010).

Realizado para um trabalho de conclusão de curso da Faculdade Maurício de Nassau, o filme já desbravou quatro festivais – Festival Brasileiro de Cinema Universitário (RJ), Curta Cabo Frio (RJ), Festival do Filme etnográfico do Recife (PE) e Arraial Cine Fest (BA) – e vem ganhando espaço por onde passa, ao explorar um tema desconcertante e misterioso para muitos de nós: o Amor.

O filme apresenta um mosaico de histórias, expando a vida de várias pessoas comuns vivendo seu dia-dia, sejam nos postos de gasolina, nos bares, nas cozinhas, nas casas, nas aventuras ou nos lanches habituais de fim de tarde. Em cada coração que transita no filme, podemos encontrar diferentes reinados, que decidem as formas de vivenciar suas noções de Amor.

O filme problematiza o ato de amar, visto nos depoimentos como ruptura das convenções, que antes prendiam nossos corpos numa estrutura rígida, sustentado pelo

¹⁸³ Mestre em História pela Universidade Federal do Piauí.

senso masculinizante da sociedade, limitando as possibilidades de experimentação dos sentidos.

Jucélio sabe captar os aromas das perspectivas, das vozes que prendem o espectador nas narrativas mais íntimas, na busca de produzir vários sabores que se aproximam do paladar de Rodolfo, o cozinheiro real do filme, especialista em transformar o Amor num conjunto de porções regadas à salada verde (leveza), com um toque de arroz marroquino (consistência), mesclado com proteína – entre o salmão e o camarão (energia e tranquilidade), fechando com um café e chocolate, para não perder o ânimo.

Nem sempre o Amor é visto como trânsito de liberdade. Ele também é controle e disciplina, como aquele pote de jujubas que você não pode devorá-lo de imediato, mas só pode comer um, sob o monopólio de uma tutora, que impede o desejo de se lambuzar no açúcar. É o que podemos ver no reinado de Paula, que percebe o Amor numa lógica de jogo e controle – muitas vezes de forma tirânica – para gerar “funcionalidade” e medida na relação. Para ela, “amar é castigo. Nada sobre controle, tudo em perigo. Adorável penitência, chicote amigo. Se chegar a falência, morro contigo”.

Entre comida e controle, temos expectativa e morte, entre risos e timidez, temos a representação cênica que faz do Amor um grande espetáculo, demarcando as fronteiras entre o real e o desejo. Até que ponto nos é permitido quebrar mais de um pote e saciar nossa fome?

Cada vida aberta nos ensina que o Amor não é visto apenas por um ângulo, mas vividos em múltiplos olhares não-contemplativos, que fazem do sentimento um campo de experiências e troca de sensibilidades, mesmo que o outro não fale sua língua, ou que não consiga viver sob o mesmo teto. Os amores enquanto processo, fluxo e instrumento de redefinição constante de cada indivíduo.

O filme não expõe o Amor como efetivação, resultado final, previsibilidade. O que Jucélio procura é transitar pelas experiências que se colocam diante de nós, para compartilhar um conjunto de visões em processo de construção, muitas vezes não-ditas no universo do senso-comum, que é vigiado pela estupidez da virilidade machista, restrita ao moralismo triunfante do homem sifilizador e da mulher recatada, enrijecida pela tradição do corpo que se fecha para os possíveis e impossíveis.

Paralelo às narrativas, Jucélio explora no filme o uso de legendas para contar outra história, exigindo do espectador atenção redobrada no cruzamento entre o texto e as imagens. Era uma vez um príncipe que “só gostava de príncipes”, com receio de perder todas as suas riquezas, o príncipe “decide escrever um discurso a todo seu reinado”, um pronunciamento que fala do Amor.

Para receber inspiração, o príncipe vai em busca de conviver com pessoas que compartilhavam das mesmas emoções. As legendas que narram esta história não aparecem numa ordem definida, mas durante todo o filme, dispersas entre as vozes que revelam seus amores ao espectador. As legendas também são utilizadas em algumas cenas para acompanhar simultaneamente os depoimentos.

Quando entrevista Rodolfo, Jucélio experimenta trocar a voz do depoente pelas legendas, onde a entrevista é textualizada, a partir de um corte na cena, para inverter a relação que o espectador mantinha até então com o filme. Nesse momento, quem assiste é também leitor, ao acompanhar a conversa entre os dois, a partir do texto disponível, silenciando as vozes, ao destacar imagens de Rodolfo no trabalho, cozinhando, despreocupado com a presença da câmera, que fixa o olhar em seus movimentos quase automáticos na cozinha.

Já no final do filme, Jucélio retoma as legendas para concluir que o príncipe, ao escrever seu discurso, “aprontou-se elegantemente... e desistiu. Não havia sentido em falatório algum, porque, apesar de amor rimar tanto com dor, ele resolveu acreditar no tempo presente. Independente em qual lado do espelho estivesse. E a realidade e ficção viraram assim, um só amor”.

Seria o príncipe do *Doc de Amor* uma extensão de Jucélio? Ou nossas extensões mais íntimas, postas em questão? Para adentrar neste universo que se desfaz como uma névoa branca, que se perde entre as folhas e o céu, é preciso se permitir ativar todos os poros que ainda nos restam para consumir e ser consumido pelos amores que compartilhamos num espaço aberto-fechado-aberto, num exercício constante de reinvenção dos conceitos que cercam o Amor, a fim de torná-lo livre, para degustações afetivas, e quem sabe, efetivas...

O sol reaparece, os corpos são obrigados a se separar... É hora de ir embora para casa... Mas, como diz Jorge Mautner, “minhas lágrimas se acabaram, mas não a vontade de chorar... só o amor pode matar o medo”. Esse é o *Doc de Amor*, meu *Doc de Amor*, que Jucélio Matos fez para o mundo. Por uma história das sensibilidades.